



Ensino Fundamental  
Anos Iniciais

# 5

## História

Manual exclusivo do aluno

## Capítulo 1

### A Colonização Portuguesa

#### A Exploração do Território

Antes de alcançar o Brasil, os portugueses vinha há muito tempo buscando uma rota para chegarem às Índias. Essa rota era feita através da navegação de boa parte do litoral africano até que as embarcações alcançassem os mares do Oriente. Depois de várias viagens feitas durante o século XV, os portugueses conquistaram essa rota e, com isso, esperavam lucrar com os tecidos, temperos e outras mercadorias encontradas no mundo oriental.

Desse modo, ao chegarem ao Brasil, os portugueses estavam bem mais preocupados em desenvolver o comércio oriental do que se arriscar com as desconhecidas terras brasileiras. Foi de tal modo que, nas três primeiras décadas da nossa colonização, os portugueses pouco fizeram por aqui. Alguns historiadores chegam a dizer que os trinta primeiros anos de nossa colonização foram marcados por certo “abandono”.

É importante destacar que, mesmo não tendo a mesma importância das Índias, o território brasileiro foi em diferentes momentos visitados por embarcações portuguesas que tinham a função de reconhecer melhor o nosso território e patrulhar nossas terras contra a invasão de outras nações europeias que tinham o interesse de colonizar o Brasil. Na verdade, a falta de uma presença mais marcante dos portugueses incentivou que outros povos europeus, como espanhóis e franceses, chegassem a desembarcar por aqui nesse tempo.



Não encontrando nenhuma grande riqueza mais atraente, como os metais preciosos, os portugueses se limitaram a explorar a extração do pau-brasil nessa época. Essa madeira, além de servir para construção de casas e embarcações, tinha uma tinta natural avermelhada que servia para o tingimento de tecidos. Nesse tempo, os tecidos tingidos na cor vermelha eram muito valorizados na Europa.

Para realizarem a retirada das toras de pau-brasil do nosso território, os portugueses contaram com o auxílio dos grupos indígenas que aqui viviam. Afinal de contas, os portugueses não tinham conhecimento das regiões exatas em que esse tipo de madeira poderia ser encontrado. Os indígenas, tendo maior conhecimento do território, realizavam a extração da madeira nas matas e o transporte até as regiões litorâneas. As toras de madeira eram armazenadas nas feitorias, construções que eram empregadas como marcos da presença portuguesa no Brasil.

Os indígenas que realizavam esse tipo de trabalho eram recompensados pelo sistema de “escambo”. Nesse tipo de sistema de trabalho, os indígenas recebiam mercadorias diversas em troca do pau-brasil retirado. Notamos aqui que o trabalho escravo ainda não havia sido implantado pelos portugueses. A escravidão só começou a partir da década de 1530, quando os portugueses intensificariam sua presença no Brasil, mas afinal, por que motivo eles tiveram mais interesse no Brasil a partir desse momento?

A mudança de comportamento dos portugueses pode ser explicada por vários motivos. O primeiro deles é o fracasso do comércio desenvolvido nas Índias. A demorada viagem e a concorrência imposta por outros comerciantes diminuíram as vantagens que os portugueses esperavam ter no Oriente. Além disso, as ameaças de invasão estrangeira no Brasil e a existência de ouro em outras regiões da América também motivaram a mudança da atenção portuguesa para com nossas terras.

Foi assim que, no ano de 1500, uma expedição chefiada por Martim Afonso foi mandada com diversos objetivos. Chegando aqui, essa nova expedição portuguesa deveria expulsar os estrangeiros que aqui se encontrassem e buscar metais preciosos em nossas terras. Ao mesmo tempo, deveriam fundar os primeiros povoamentos que marcariam o início de uma colonização portuguesa mais intensa em nossas terras.

### **Em busca de riquezas**

Em março de 1500 partiu de Lisboa, Portugal, uma frota com treze embarcações comandada por Pedro Álvares Cabral, com destino a Calicute, na Índia.

Os portugueses já conheciam o caminho marítimo para a Índia, pois em 1498 outro navegador português, Vasco da Gama, havia realizado essa viagem, trazendo consigo navios carregados de artigos luxuosos e especiarias.

Naquela época, as especiarias eram muito valorizadas, pois ajudavam a conservar e a melhorar o sabor dos alimentos. Além disso, eram utilizadas como remédios contra diversas doenças. Dessa forma, para os portugueses o objetivo principal da expedição de Cabral era ampliar as negociações com as Índias, estabelecendo feitorias na região.

### **A viagem de Cabral**

A chegada dos portugueses ao Brasil é ainda hoje uma questão sem respostas claras. Durante muito tempo afirmou-se que Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil em 22 de abril de 1500 por acaso, após a esquadra que comandava se desviar da rota traçada após uma tempestade.

Mas há outras versões para essa história. Existem documentos que indicam a possibilidade de que o italiano Américo Vespúcio tenha viajado pela costa brasileira em junho de 1499. Outros documentos indicam que o espanhol Vicente Pinzón tenha também passado por aqui meses depois de Vespúcio. O também espanhol Diego de Lepe seria outro navegador a viajar em mares brasileiros, em 1500.

Mas fontes um pouco mais antigas ainda indicam que o português Duarte Pacheco Pereira havia ancorado no Brasil em 1498, por ordem do rei de Portugal, D. Manuel I. Estas informações levam-nos a pensar se há possibilidade na história de se fazer afirmações com muita certeza sobre eventos que ocorreram há muito tempo. Talvez a dúvida seja a melhor forma de se chegar ao conhecimento.

Mas o que é oficialmente certo é que a conquista do território brasileiro pelos portugueses se iniciou a partir da chegada de Cabral, em 22 de abril de 1500. Era a segunda viagem organizada pela coroa portuguesa com destino à cidade de **Calicute**, na Índia. Esta cidade indiana era um local de intenso comércio e a primeira expedição portuguesa que lá chegou, comandada por **Vasco da Gama**, em 1498, deu muito lucro para os portugueses.

Cabral estava encarregado de conseguir o mesmo sucesso que Vasco da Gama. Para isso, saiu de Lisboa em 09 de março de 1500, com uma esquadra formada por 13 embarcações (3 caravelas e 10 naus). Era a maior expedição marítima que já se tinha organizado. O financiamento da expedição foi conseguido pela coroa portuguesa em bancos de Florença, na Itália, e por outros mercadores.

A viagem durou pouco mais de um mês. O primeiro sinal de terra firme visto pelos portugueses foi o Monte Pascoal, no litoral sul da Bahia. Recebeu este nome por ser época da Páscoa e os portugueses serem católicos. Dias depois desembarcaram em local que deram o nome de Porto Seguro, hoje chamado de Santa Cruz Cabrália, na Bahia.

O escrivão da expedição, Pero Vaz de Caminha registrou o primeiro contato entre os portugueses e os habitantes do local. Afirmava Caminha que eram puros e bons, admirando-se da nudez dos indígenas e de como não ficavam envergonhados com ela. Acreditava ainda Caminha que poderiam facilmente ser convertidos ao cristianismo.

Portugueses e indígenas realizaram ainda algumas trocas de produtos. Cabral mandou erguer uma cruz de pedra para registrar que havia tomado posse da terra. Realizaram-se duas missas no território, celebradas pelo frei Henrique Soares.

Essa terra teve vários nomes. Os tupis a chamavam de Pindorama, que em sua língua significava “região ou país das palmeiras”. Os portugueses, por acreditarem ser o local recém-conhecido uma ilha, deram o nome de Ilha de Vera Cruz, mas a apelidaram também de Terra dos Papagaios, em virtude da existência de muitas destas aves.

Alguns anos depois, passaram a chamá-la de Terra de Santa Cruz, pois perceberam que o Brasil não era uma ilha. Mas a designação de Brasil só ocorreria em 1505 em razão da existência de muitas árvores de pau-brasil, utilizadas na Europa para o tingimento de tecidos.

Pedro Álvares Cabral ficou por aqui até o dia 1º de maio de 1500, quando ordenou que uma nau regressasse a Portugal levando uma carta de Pero Vaz de Caminha, dando as boas-novas da posse do novo território. Deixaram nas novas terras dois degredados (pessoas condenadas a viver fora de seu local de origem) e continuou sua viagem à cidade de Calicute.

Durante muito tempo foi dito que o Brasil havia sido descoberto por Pedro Álvares Cabral. Mas se já existiam pessoas habitando o local, como poderia Cabral tê-lo descoberto? O mais correto seria dizer que Cabral iniciou a conquista do Brasil por Portugal.

- ✓ **Especiarias** – plantas aromáticas como: cravo, canela e pimenta.
- ✓ **Feitorias** – estabelecimento construído para armazenar e comercializar produtos.

## Carta para o Rei de Portugal

A Carta de Pero Vaz de Caminha, cujo título oficial é *Carta a el-Rei Dom Manoel sobre o descobrimento do Brasil*, é considerada o primeiro documento escrito no e sobre o Brasil. Seu autor era o escrivão oficial do rei Dom Manoel I, de Portugal, genro dos reis espanhóis D. Fernando e Isabel de Castella. Caminha acompanhou a frota de navios comandada pelo Capitão Pedro Álvares Cabral, em 1500, que tinha a missão de fazer reconhecimento de um território do “Novo Mundo” ainda não explorado pelos espanhóis, mas já visitado (na região Norte) por outro navegador português, Duarte Pacheco Pereira, em 1498.

Caminha ficou encarregado de relatar ao rei o que havia de curioso, útil e valioso na região encontrada. Essa região corresponde hoje ao atual litoral baiano – a carta foi escrita por Pero no atual território da cidade de Porto Seguro. Graças a essa carta (com sete páginas manuscritas no total) que hoje sabemos o dia em que Pedro Álvares Cabral e os demais tripulantes pisaram em terras brasileiras pela primeira vez: 22 de abril de 1500. Preocupação central do rei Dom Manoel: o ouro

Como dito acima, Pedro Álvares cumpria a missão de reconhecer um território que já era de conhecimento do rei Dom Manoel desde 1498, por meio dos relatos de Duarte Pacheco Pereira. Esses relatos, entretanto, permaneceram por um bom tempo em segredo. Dom Manoel precisava ter certeza do que lá havia de riqueza a ser explorada. Metais como ouro e prata eram o tipo de “achado” mais cobiçado. A confirmação da existência de tais metais coube a Cabral.

Em um dos trechos da carta, Caminha descreve o contato que Cabral fez com dois índios. O episódio segue narrado no trecho abaixo:

Um deles viu umas contas de rosário brancas. Mostrou que as queria, pegou-as, folgou muito com elas e colocou-as no pescoço. Depois as tirou e, com elas, envolveu os braços. E acenava para a terra e logo para as contas e para o colar do capitão, como querendo dizer que dariam ouro por aquilo.

O Capitão Cabral estava usando um colar de ouro. Caminha, a princípio, achou que o índio quisesse trocar ouro por um colar de miçangas. Mas um tempo depois, os homens de Cabral perceberam que metais preciosos não podiam ser vistos em grande quantidade na nova terra, como acontecera aos espanhóis, que, chegando à América Central, viram astecas com adornos feitos de ouro. Como diz o pesquisador Lucas Figueiredo, em sua obra *Boa Ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)*, ao comentar esse trecho da carta de Caminha:

Na carta de sete páginas escrita por Caminha com letra miúda e elegante, o rei tomou conhecimento de como era a nova conquista de Portugal. Parecia o paraíso na terra, tinha muito inhame e, caso houvesse interesse em cultivá-la, tudo nela daria. O episódio do colar na capitania, interpretado pelo escrivão como a indicação da suposta presença do metal em terra, foi relatado com a devida cautela. “Tomávamos nós nesse sentido por ser esse o nosso desejo”, anotou caminha com uma honestidade singular.

Apesar da grande importância que hoje em dia a carta de Caminha tem enquanto documento histórico, por um longo tempo ela esteve guardada nos arquivos da Marinha Real Portuguesa como um documento qualquer. Ela só veio a ser

descoberta, no século XVIII, pelo guarda-mor do arquivo da Torre do Tombo, José Seabra da Silva.

## **A Exploração do Território**

A exploração do Pau-Brasil foi a primeira atividade econômica do país, logo após o descobrimento pelos portugueses, em 1500. A madeira foi a primeira riqueza que saltou aos olhos dos portugueses que aqui chegaram junto com Pedro Álvares Cabral.

Sendo uma atividade bastante fácil para os colonizadores, tanto por conta da abundância da madeira em todo o litoral quanto por conta do trabalho escravo indígena, arregimentado à custa de violência e trocas de produtos, a extração de pau Brasil foi a melhor alternativa para a exploração e posterior colonização das terras descobertas.

Para assegurar os interesses da Coroa Portuguesa, desde os primeiros momentos, a exploração do pau Brasil foi regulamentada e dependia de autorização expressa da Coroa e do pagamento de taxas que garantiam que a riqueza não fosse retirada do país sem vantagens para os portugueses.

O primeiro a se beneficiar dessa atividade econômica foi Fernando de Noronha que, em 1501, conseguiu a autorização junto a Portugal e se tornou o primeiro grande extrator da madeira tão desejada. Seu esforço gerou as bases da atividade econômica preponderante do início da colonização.

Para conseguir a permissão para explorar o pau Brasil, qualquer interessado deveria se comprometer a colaborar com a exploração do território recém descoberto (do qual ainda não tinham noção da dimensão). Era preciso que explorassem ao menos 330 léguas para o interior, a partir da costa, além de garantirem o custeio do processo de extração. Somado a isso, o interessado deveria se comprometer com a edificação e manutenção de uma estrutura de defesa que garantisse a segurança do território. Como última condição, era proibida a queima de madeira corante, fosse pau Brasil ou qualquer outra.

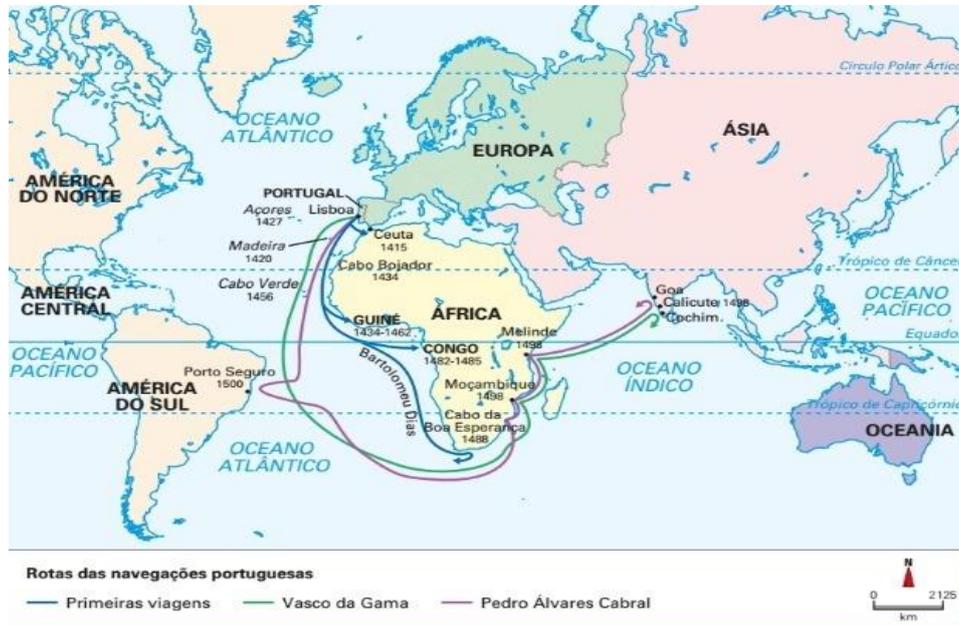
Com o tempo colonos de outros países acabaram por tentar participar da extração do pau Brasil. Os espanhóis optaram por respeitar as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas e rapidamente se retiraram dos territórios portugueses. No entanto, um grande número de piratas franceses chegava à costa brasileira, aproveitavam a pouca vigilância e extraíam a madeira ilegalmente, gerando inclusive incêndios e desmatamentos proibidos pela Coroa Portuguesa.

O Pau Brasil foi explorado até a exaustão no país. Mesmo em meados do século XIX, ainda havia exploração, ainda que pouca, tanto pela raridade da árvore, quase desaparecida do país pela exploração descontrolada, quanto pela descoberta de um novo corante não natural que produzia os mesmos efeitos.

Símbolo de nossa terra e base da nossa economia em seu nascedouro, o pau Brasil é um patrimônio do nosso país e hoje o nosso esforço é voltado a preservá-lo da maneira mais eficiente possível, permitindo assim que as gerações vindouras possam ter a chance de conhecer a árvore que nomeia o nosso país.

## Compreensão

Observe no mapa a seguir, as rotas das expedições de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral.



Após analisar o mapa, responda às questões.

1. Descreva as rotas realizadas por Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral.

---

---

---

---

2. Identifique as diferenças entre as rotas das expedições de Vasco da Gama e de Cabral.

---

---

---

---

3. Explique por que as especiarias tinha um alto valor comercial para os portugueses no século XV,

---

---

---

---

4. Qual foi a primeira forma de exploração das terras? E como era realizado esse trabalho?

---

---

---

---

5. Explique por que o Brasil recebeu esse nome.

---

---

---

### **Tratado de Tordesilhas**

Tratado de Tordesilhas, assinado em sete de junho de 1494, foi um acordo entre o monarca de Portugal, D. João II, e os reis do que hoje é a Espanha moderna, Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão. Apesar de o documento ter sido o resultado das recentes descobertas das viagens do navegador genovês Cristóvão Colombo, para entender por completo sua relevância histórica é necessário ter em mente acordos prévios feitos entre as potências ibéricas.

Em paralelo ao recuo islâmico na Península Ibérica, a partir do século XIII, os castelhanos disputaram com os portugueses a exploração e domínio da costa atlântica africana, considerada essencial para garantir uma passagem para a Índia que não dependesse exclusivamente do Mar Mediterrâneo. Durante o século XV, a contínua expansão dos reinos ibéricos nesta direção gerou conflitos comerciais e, por consequência, rivalidade política. A partir da década de 1450, reis portugueses solicitariam intervenção a sucessivos papas, a fim de garantir não apenas a posse temporal e espiritual das terras já descobertas, mas também dos territórios ainda desconhecidos no Atlântico.

Por volta da época da disputada ascensão ao trono de Isabel I de Castela, em 1474, um primeiro tratado começou ser negociado por Portugal para aquietar as disputas a respeito, culminando finalmente no chamado Tratado de Alcáçovas. Assinado pelas duas partes em 1479, o documento acertava a paz entre os reinos após a Guerra de Sucessão Castelhana (1475-79), tendo como principais cláusulas a renúncia de D. Afonso V ao trono de Castela e um futuro casamento entre os filhos dos soberanos.

Além disso, o tratado demarcava as zonas de influência de cada lado no Oceano Atlântico ao estabelecer o domínio dos Reis Católicos nas Ilhas Canárias, garantindo aos portugueses a exploração de todas as terras ao sul. Ambos os reinos comprometeram-se a não infligir os domínios estabelecidos, e o papa Sisto IV ratificou o acordo em 1481.

Em 1492, contudo, ocorreram as primeiras descobertas por Cristóvão Colombo, alterando por completo a situação diplomática estabelecida anteriormente. Quase que imediatamente após a chegada do navegador à Espanha, o casal real procurou garantir o apoio do papa aragonês Alexandre VI. De acordo, uma *bula* (*bula Inter coetera*) foi publicada em maio de 1493, estabelecendo que todas as terras descobertas e ainda por descobrir a oeste das Ilhas Canárias eram possessão exclusiva dos Reis Católicos, restando a Portugal apenas as terras a leste. Julgando que tal decisão do pontífice contradizia diretamente o Tratado de Alcáçovas assinado alguns anos antes, o rei D. João II procurou Isabel I e Fernando II para negociações paralelas.

Enfrentando uma situação interna problemática e procurando evitar a hostilidade do reino vizinho, os monarcas acabaram por concordar, e o acordo foi selado. Ficou

decidido que a separação das terras demarcadas seria feita a partir de um meridiano que estaria a 370 léguas (aproximadamente 1780 quilômetros) a oeste das ilhas de Cabo Verde; todas as terras a oeste seria da Coroa espanhola, enquanto as terras a leste pertenceriam à monarquia portuguesa. Contudo, como os espanhóis necessitariam de navegar pelas águas portuguesas para atingir seus próprios domínios, certas cláusulas garantiam passagem segura, embora ainda proibissem qualquer exploração.

## **A Ocupação do Litoral Brasileiro**

### **A ocupação do Território Brasileiro e a Economia Colonial**

No primeiro século de colonização as terras exploradas na América portuguesa se reduziam ao litoral brasileiro, sendo o pau-brasil o produto que mais interessava aos colonizadores. No entanto, a partir do século XVI ocorreu uma significativa mudança na configuração do território, já que ocorreu uma maior interiorização da ocupação tendo em vista a conquista dos chamados sertões, regiões estas distantes do litoral.

As mudanças ocorridas neste perfil de ocupação estiveram ligadas a fatores como a necessidade de proteger o território, a busca pela mão de obra indígena, pela expansão da pecuária para o abastecimento interno e também pela não necessidade do respeito ao Tratado de Tordesilhas no momento da união entre Portugal e Espanha.

### **A Empresa Açucareira**

O início da efetiva ocupação territorial da colônia, a partir de 1530, fez com que Portugal estabelecesse sua primeira empresa colonial em terras brasileiras. Em conformidade com sua ação exploratória, Portugal viu na produção do açúcar uma grande possibilidade de ganho comercial. A ausência de metais preciosos e o anterior desenvolvimento de técnicas de plantio nas Ilhas do Atlântico ofereciam condições propícias para a adoção dessa atividade.

Mesmo possuindo tantas vantagens, o governo português ainda contou com o auxílio da burguesia holandesa. Enquanto Portugal explorava economicamente as terras com a criação das plantações e engenhos, os holandeses emprestavam dinheiro e realizavam a distribuição do açúcar no mercado europeu. Tal acordo foi de grande importância para a Coroa Portuguesa, tendo em vista que a mesma não contava com recursos suficientes para investir na atividade.

Para extrair lucro máximo na atividade açucareira, Portugal favoreceu a criação de plantations destinadas ao cultivo de açúcar. Essas plantations consistiam em grandes expansões de terras (latifúndios) controladas por um único proprietário (senhor de engenho). Esse modelo de economia agrícola, orientado pelo interesse metropolitano, acabou impedindo a ascensão de outras atividades para fora dos interesses da economia portuguesa.

Além de restringir a economia, a exploração do açúcar impediu a formação de outras classes sociais intermediárias que não se vinculassem à produção agrícola e ao senhor de engenho. Na base desta pirâmide social estariam os escravos africanos trazidos das possessões coloniais portuguesas na África. Além de oferecerem mão de obra a um baixíssimo custo, o tráfico de escravos africanos constituía outra rentável atividade mercantil à Coroa Portuguesa.

O engenho, centro da produção de açúcar, baseava-se em um modo de organização específica. A sede administrativa do engenho fixava-se na casa-grande, local onde o senhor de engenho, sua família e demais agregados moravam. A senzala era local destinado ao precário abrigo da mão de obra escrava. As terras eram em grande parte utilizadas na formação de plantations, tendo uma pequena parte destinada a uma restrita policultura de subsistência e à extração de madeiras.

Separada do espaço do cultivo da cana, existiam outras instalações que davam conta do processamento da cana-de-açúcar colhida. Na moenda, na casa das caldeiras e na casa de purgar ocorria o beneficiamento de toda a produção recolhida. Esse era um processo inicial para o transporte do açúcar que, ao chegar à Europa, ainda sofreria outros processos de refinamento.

Dessa forma, notamos que a fazenda açucareira representava bem mais que um mero sistema de exploração das terras coloniais. Nesse mesmo espaço rural percebemos a instituição de toda uma sociedade formada por hábitos e costumes próprios. O engenho propiciou um sistema de relações sociais específico, conforme podemos atestar na obra clássica *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Na qualidade de um espaço dotado de relações específicas, o engenho e o açúcar trouxeram consigo muitos aspectos culturais da sociedade brasileira.

Durante o Período Colonial, a empresa açucareira foi o grande investimento dos portugueses nas terras brasileiras. Contudo, as necessidades de consumo das populações nativas serviram para o desenvolvimento de outras atividades econômicas destinadas à subsistência. Tais empreendimentos econômicos ficaram comumente conhecidos como atividades acessórias ou secundárias e costumava abranger o plantio de pequenas e médias culturas e produção de algodão, rapadura, aguardente, tabaco e mandioca.

Nesse cenário a atividade pecuarista também começou a ganhar espaço com a importação de algumas reses utilizadas para o trabalho nos engenhos de açúcar.

Com o passar do tempo, o crescimento do rebanho de gado acabou causando problemas no interior das plantações de açúcar, que tinham parte de sua plantação destruída pela ação desses animais. Com isso, o lucro a ser alcançado com a produção açucareira se incompatibilizava com a incômoda presença do gado dentro das fazendas.

A questão chegou a ser tratada pelas autoridades metropolitanas, que estabeleceram um decreto que proibia a realização de qualquer atividade pecuarista nas regiões litorâneas do Brasil. À medida, apesar de seu caráter visivelmente restritivo, acabou impulsionando a criação de gado no interior do território de forma extensiva com o uso de pastagens naturais. Segundo algumas estimativas, no século XVII, a atividade alcançava várias regiões nordestinas e contava com mais de 600 mil cabeças.

Além de se constituir enquanto uma atividade econômica alternativa aos projetos de exploração colonial, a pecuária também instituiu novas relações de trabalho alheias ao uso da mão de obra escrava. Geralmente, a pecuária necessitava de um pequeno número de trabalhadores e tinha sua mão de obra composta por trabalhadores livres de origem branca, negra, indígena ou mestiça. Além disso, o pagamento pelos serviços prestados era comumente realizado com o repasse de novos animais que surgiam no rebanho.

Com o surgimento das atividades mineradoras nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a pecuária ampliou seu mercado consumidor estabelecendo novas frentes de expansão no Nordeste e na região Sul do território. Além de servir para o abastecimento da população, a atividade pecuarista também consolidou um próspero comércio de equinos e muares usados para o transporte de pessoas e mercadorias. Geralmente, eram organizadas feiras em alguns centros urbanos do interior onde esses animais eram negociados.

Além de ocupar uma importante posição no ambiente colonial, a expansão da pecuária foi de grande importância no processo de ampliação do território.

Paralelamente, após a decadência da atividade mineradora no interior, a pecuária também se consolidou como uma nova atividade que substituiria o vazio econômico deixado pelo escasseamento das minas.

### **As drogas do Sertão**

Ao longo da colonização, observamos que a incursão pelo interior do nosso território abriu caminho não apenas para o conhecimento de novos espaços, mas também para a existência de várias plantas, frutas e raízes que compunham a nossa vegetação. Nesse processo, o contato com as populações indígenas também foi de suma importância para que os colonizadores conhecessem as potencialidades curativas e culinárias das chamadas “drogas do sertão”.

Antes que a nossa colonização se efetivasse, a partir de 1530, toda a Europa tinha grande interesse nas especiarias vendidas nas Índias. As ervas, frutos, raízes e sementes do mundo oriental serviam para a preparação de remédios, a fabricação de manufaturas e o tempero da comida. No século XV, o advento das grandes navegações – lideradas pelas nações ibéricas – objetivava a conquista de uma rota que ligasse a Europa aos comerciantes indianos, tamanho era o interesse por esses produtos.

Envolvidos em tal projeto, os portugueses acabaram conquistando uma rota de chegada ao Oriente por meio da circunavegação da África. Tal rota, apesar de cumprir o seu objetivo, acabou não sendo economicamente viável por conta do grande tempo gasto na viagem e a concorrência de outros povos que já comercializavam com os indianos. Dessa forma, a possibilidade de se vender e consumir as especiarias em Portugal acabou não sendo concretizada.

Nos séculos XVI e XVII, a exploração da região amazônica acabou surgindo como uma solução para o papel econômico anteriormente desempenhado pelas especiarias indianas. Afinal, esse espaço do território colonial acabou se mostrando rico em frutas, sementes, raízes e outras plantas que tinham finalidades medicinais e culinárias. Cacau, cravo, guaraná, urucum, poaia e baunilha foram alguns dos produtos que ficaram conhecidos como as tais “drogas do sertão”.

Na maioria das vezes, a extração das drogas do sertão era feita pelas missões jesuítas que se localizavam no interior do território e aproveitavam da mão de obra indígena disponível. Paralelamente, os bandeirantes, em suas incursões pelo interior, também realizavam essa mesma atividade com o objetivo de vender esses produtos na região litorânea. De modo geral, a extração das drogas do sertão atendia demandas provenientes tanto do mercado interno como do mercado externo.

É interessante ressaltar que atualmente a historiografia não aceita mais a visão clássica dos ciclos econômicos, ou seja, a ideia de que o período colonial teria sido economicamente conduzido por ciclos, ou seja, sustentado sucessivamente pela exportação de produtos específicos, primeiramente o pau-brasil, depois o açúcar, o ouro e o café.

### **Bandeirantes e Jesuítas: A definição dos limites geográficos e a mão de obra indígena.**

Denominam-se bandeirantes os sertanistas do Brasil Colonial, que, a partir do início do século XVI, penetraram nos sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, sobretudo a prata, abundante na América espanhola, indígenas para escravização ou extermínio de quilombos.

Estes homens, que saíam de São Paulo e São Vicente, dirigiam-se para o interior do Brasil caminhando através de florestas e também seguindo caminho por rios, o Rio Tietê foi um dos principais meios de acesso para o interior de São Paulo. Estas explorações territoriais eram chamadas de Entradas ou Bandeiras.

Enquanto as Entradas eram expedições oficiais organizadas pelo governo, as Bandeiras eram financiadas por particulares (senhores de engenho, donos de minas, comerciantes).

Estas expedições tinham como objetivo predominante capturar os índios e procurar por pedras e metais preciosos. Contudo, estes homens ficaram historicamente conhecidos como os responsáveis pela conquista de grande parte do território brasileiro. Alguns chegaram até fora do território brasileiro, em locais como a Bolívia e o Uruguai.

Do século XVII em diante, o interesse dos portugueses passou ser a procura por ouro e pedras preciosas. Então, os bandeirantes Fernão Dias Pais e seu genro Manuel Borba Gato, concentraram-se nestas buscas desbravando Minas Gerais. Depois outros bandeirantes foram para além da linha do Tratado de Tordesilhas e descobriram o ouro. Muitos aventureiros os seguiram, e, estes, permaneceram em Goiás e Mato Grosso dando início a formação das primeiras cidades.

Nessa ocasião destacaram-se: Antônio Pedroso, Alvarenga e Bartolomeu Bueno da Veiga, o Anhanguera.

Como conclusão, pode-se dizer que os bandeirantes foram responsáveis pela expansão do território brasileiro, desbravando os sertões além do Tratado de Tordesilhas. Por outro lado, agiram de forma violenta na caça de indígenas e de escravos foragidos, contribuindo para a manutenção do sistema escravocrata que vigorava no Brasil Colônia.

Os jesuítas também tiveram grande importância na ocupação e delimitação do território colonial, já que através dos aldeamentos e missões adentraram os sertões através da exploração de uma série de produtos. Os mesmos eram padres da Igreja Católica que faziam parte da Companhia de Jesus. Esta ordem religiosa foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola.

A Companhia de Jesus foi criada logo após a Reforma Protestante (século XVI), como uma forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo. Portanto, esta ordem

religiosa foi criada no contexto da O que ocorreu de fato foi a preponderância de certos produtos em determinados momentos e não a exclusividade dos mesmos, já que a economia colonial era bem mais complexa do que unicamente a exportação de produtos, tendo em vista a montagem de um vigoroso mercado interno.

Contra Reforma Católica. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, com a expedição de Tomé de Souza.

### **Objetivos dos Jesuítas**

- ✓ Levar o Catolicismo para as regiões recém-descobertas, no século XVI, principalmente à América;
- ✓ Catequizar os índios americanos, transmitindo-lhes as línguas portuguesa e espanhola, os costumes europeus e a Religião Católica;
- ✓ Difundir o catolicismo na Índia, China e África, evitando o avanço do Protestantismo nestas regiões.

Nos aldeamentos jesuítas os índios eram educados para viver como cristãos. Essa educação significava uma imposição forçada de outra cultura, a cristã. Os jesuítas valiam-se de aspectos da cultura nativa, especialmente a língua, para se fazerem compreender e se aproximarem mais dos indígenas. Esta ação incrementava a destribalização e violentava aspectos fundamentais da vida e da mentalidade dos nativos, como o trabalho na lavoura.

Do ponto de vista dos jesuítas, a destruição da cultura indígena simbolizava o sucesso dos aldeamentos e da política metropolitana inspirada por eles. Os religiosos argumentavam que as aldeias não só protegiam os nativos da escravidão e facilitavam sua conversão, mas também forneciam uma força militar auxiliar para ser usada contra tribos hostis, intrusos estrangeiros e escravos bêbados. Entretanto, os efeitos dessa política eram tão agressivos e aniquiladores da identidade nativa que, não raro, os índios preferiam trabalhar com os colonos, apesar de serem atividades mais rigorosas, pois estes pouco se envolviam com seus valores, deixando-os mais livres.

Em sua trajetória, as missões jesuítas encamparam uma grande população de indígenas que ganhava educação religiosa em troca de uma rotina de serviços voltados à manutenção desses próprios locais. Com o passar do tempo, algumas dessas propriedades clericais passaram a integrar a economia interna da colônia com o desenvolvimento da agropecuária e de outras atividades de extrativismo. Dessa forma, conciliavam uma dupla função religiosa e econômica.

Enquanto essa situação próspera se desenhava no interior da colônia, os proprietários de terra do litoral enfrentavam grandes dificuldades para ampliar a rentabilidade de suas posses. Um dos grandes problemas esteve ligado à falta de escravos africanos que nem sempre atendiam à demanda local e, ao mesmo tempo, possuíam um elevado valor no mercado colonial. Foi daí então que os bandeirantes começaram a adentrar as matas com objetivo de apresar e vender os índios que resolveriam a falta de mão de obra.

De fato, essa atividade gerou um bom lucro aos bandeirantes que se dispunham a adentrar o interior à procura de nativos. Contudo, a resistência destes e o risco de vida

da própria atividade levaram muitos bandeirantes a organizarem ataques contra as missões jesuíticas.

Afinal de contas, ali encontrariam uma boa quantidade de “índios amansados” que já estariam adaptados aos valores da cultura europeia e valeriam mais por estarem acostumados a uma rotina de trabalho.

Com isso, a rivalidade entre bandeirantes e jesuítas marcou uma das mais acirradas disputas entre os séculos XVII e XVIII. Vez após outra, ambos os lados recorriam à Coroa Portuguesa para resolver essa rotineira contenda. Por um lado, os colonizadores reclamavam da falta de suporte da própria administração colonial. Por outro, os jesuítas apelavam para a influência da Igreja junto ao Estado para denunciarem as terríveis agressões dos bandeirantes.

O desgaste causado por essas disputas só foi resolvido com as ações impostas pelo marquês de Pombal. Primeiramente, decidiu determinar a expulsão dos jesuítas do Brasil por estes imporem um modelo de colonização alheio ao interesse da Coroa. E, logo em seguida, determinou o fim da escravidão indígena e a formação de aldeamentos diretamente controlados por representantes da administração metropolitana.

### **A Escravidão Africana**

A substituição da mão de obra escrava indígena pela africana ocorreu, progressivamente, a partir de 1570. As principais formas de resistência indígena à escravidão foram as guerras, as fugas e a recusa ao trabalho, além da morte de uma parcela significativa deles. Segundo o historiador Boris Fausto, morreram em torno de 60 mil índios, entre os anos de 1562 e 1563.

As causas eram doenças contraídas pelo contato com os brancos, especialmente os jesuítas: sarampo, varíola e gripe, para as quais não tinham defesa biológica.

Outro fator bastante importante, se não o mais importante, na substituição de mão de obra indígena pela africana, era a necessidade de uma melhor organização da produção açucareira, que assumia um papel cada vez mais importante na economia colonial. Para conseguir dar conta dessa expansão e demanda externa tornou-se necessária uma mão de obra cada vez mais especializada, como a dos africanos, que já lidavam com essa atividade nas propriedades dos portugueses, na Ilha da Madeira, litoral da África.

Nessa época, a Coroa começou a tomar medidas contra a escravização dos A substituição da mão de obra escrava indígena pela africana ocorreu, progressivamente, a partir de 1570. As principais formas de resistência indígena à escravidão foram as guerras, as fugas e a recusa ao trabalho, além da morte de uma parcela significativa deles. Segundo o historiador Boris Fausto, morreram em torno de 60 mil índios, entre os anos de 1562 e 1563.

Para o historiador Eduardo Silva, “a escravidão não funcionou e se reproduziu baseada apenas na força. O combate à autonomia e indisciplina escrava, no trabalho e fora dele, se fez através de uma combinação de violência com a negociação, do chicote com a recompensa.”.

Os escravos que trabalhavam na casa grande recebiam um tratamento melhor e, em alguns casos, eram considerados pessoas da família. Esses escravos, chamados de

“ladinos” (negros já aculturados), entendiam e falavam o português e possuíam uma habilidade especial na realização das tarefas domésticas. Os escravos chamados “boçais”, recém-chegados da África, eram normalmente utilizados nos trabalhos da lavoura. Havia também aqueles que exerciam atividades especializadas, como os mestres de açúcar, os ferreiros, e outros distinguidos pelo senhor de engenho. Chamava-se de crioulo o escravo nascido no Brasil.

Geralmente dava-se preferência aos mulatos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, deixando aos de cor mais escura, geralmente os africanos, os trabalhos mais pesados.

A convivência mais próxima entre senhores e escravos, na casa grande, abriu espaço para as negociações. Esta abertura era sempre maior para os ladinos, conhecedores da língua e das manhas para “passar a vida”, e menor para os africanos recém-chegados, os boçais. Na maioria das vezes, essas negociações não visavam à extinção pura e simples da condição de escravo, e sim, obter melhores condições de vida, manutenção das famílias, liberdade de culto, permissão para o cultivo em pedaço de terra do senhor, com a venda da produção, e condições de alimentação mais satisfatórias.

### **Compreensão**

Responda às questões.

1. Quando a Coroa Portuguesa iniciou o processo de colonização do Brasil? Por quê?

---

---

---

---

2. Por que foram instalados engenhos de açúcar na Colônia?

---

---

---

---

3. Explique por que os padres Jesuítas eram importantes no projeto colonizador português no Brasil.

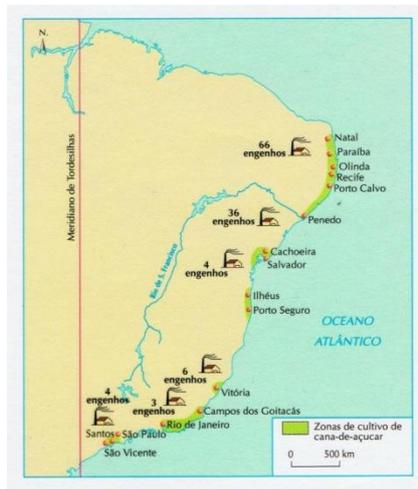
---

---

---

---

4. Observe o mapa



a) Quantas vilas existam no Brasil por volta de 1580?

---



---



---



---

b) No século XVI, as vilas e cidades brasileiras se concentravam nas regiões de litoral. Em sua opinião por que isso acontecia?

---



---



---



---

5. Explique como aconteceu a Escravidão Africana.

---



---



---



---

## A Administração Colonial

Com o sistema de Capitânicas Hereditárias, criado por D. João III a partir de 1534, teve início a colonização regular da colônia.

Este sistema não se constituía em uma experiência totalmente nova, pois já havia sido empregado na colonização das ilhas portuguesas do Atlântico.

A presença francesa e a situação desfavorável do comércio com o Oriente foram os fatores determinantes que desencadearam o início da ocupação.

Esta foi realizada com base em recursos de particulares, pois os capitais disponíveis estavam concentrados no comércio oriental. Assim, o sistema de capitânicas se constituiu em uma divisão do território brasileiro em lotes, de extensão variada, e concedida a particulares interessados em vir colonizar com os seus próprios recursos. Dois documentos regiam o sistema: as cartas de doação e os forais.

O primeiro realizava a doação do lote ao donatário e especificava quais os poderes de que estava investido. O segundo determinava os direitos e os deveres dos donatários.

A capitania não podia ser vendida e o Estado português, em casos especiais, tinha o direito de retomá-la, mediante indenização ou confisco. O donatário (capitão-mor) podia fundar vilas e doar sesmarias. Este último direito era-lhe garantido pelo foral, que também permitia a livre exploração das minas, salvo o pagamento o quinto real.

As dificuldades para o desenvolvimento das capitanias foram enormes, apesar das vantagens concedidas aos donatários. Alguns deles não vieram nem tomar posse das terras. Outros fracassaram pela falta de recursos financeiros, pelas hostilidades dos estrangeiros e dos indígenas, pelas dificuldades de comunicação com Portugal e pela falta de um organismo centralizador.

Diante destas dificuldades, apenas duas capitanias conseguiram realizar o que a metrópole desejava: Pernambuco e São Vicente.

Com finalidade de superar as dificuldades das capitanias e centralizar política e administrativamente a colônia, D. João III, em 1548, criou o Governo Geral. Essa centralização foi necessária para impedir o abuso de poder por parte dos donatários, combater mais eficientemente a pirataria, deter a hostilidade dos indígenas e incentivar a economia. Algumas atribuições dos donatários passaram para nova autoridade, mas as capitanias continuaram existindo normalmente.

Além do cargo de Governador Geral, outros cargos foram criados, como o de Provedor-mor, encarregado da administração e arrecadação; o de Ouvidor-mor, com atribuições Judiciárias; o de Capitão-Mor-da-Costa, responsável pela defesa do litoral, além de outros cargos menores.

O Governador Geral administrava de acordo com o Regimento e com as novas instruções que vinham de Portugal. Havia órgãos especializados como as Intendências e as Mesas de Inspeção, subordinadas diretamente à metrópole, não sofrendo interferência das autoridades constituídas na colônia. Sua função era essencialmente fiscalizadora e tributária.

O sistema de Governo perdurou até a vinda da família Real portuguesa, em 1808, apesar de algumas tentativas de divisão que ocorreram. A primeira foi a divisão em dois governos, um na Bahia e outro no Rio de Janeiro, de 1573, a 1578.

Em 1621 foi criado o Estado do Maranhão, território que ia do Ceará até o extremo norte. O Estado do Brasil compreendia o restante da Colônia. Em 1737 o estado do Maranhão foi substituído pelo Estado de Grão-Pará e Maranhão que foi absorvido em 1774 pelo do Brasil. A partir de 1720 os governadores gerais passaram a utilizar o título de vice-rei, que lembrava menos um funcionário executante de ordens e parecia a própria personificação do sagrado poder monárquico.

Em 1763, a capital da colônia foi transferida para o Rio de Janeiro, principalmente devido à exploração do ouro e às questões fronteiriças no sul.

Sem dinheiro para bancar os custos de um processo de colonização centralizado, dom João III adota o modelo que já experimentara com sucesso nas possessões da África – o das Capitanias Hereditárias.

Pouco tempo depois, institui também a figura do Governo Geral. Capitánias e Governo Geral coexistem por mais de dois séculos, numa sobreposição de poderes nem sempre tranquila.

O sistema de Governos Gerais é interrompido entre 1580 e 1640, época em que Portugal e suas colônias ficam sob domínio da Espanha.

## Capitánias Hereditárias



Mem de Sá

Pelo sistema de Capitánias Hereditárias, implantado entre 1534 e 1536, a Coroa repassa para a iniciativa privada a tarefa e os custos de promover a colonização.

A colônia é dividida em 15 donatárias, ou capitánias: faixas paralelas de terra, com 50 léguas de largura, que vão do litoral até os limites do Tratado de Tordesilhas. São doadas a 12 capitães donatários, geralmente membros da pequena nobreza enriquecidos no comércio com o Oriente. Em troca das terras, compromete-se com a Coroa em desenvolver a agricultura canavieira e montar engenhos de açúcar, produto raro e muito valorizado na Europa. Alguns donatários não chegam a tomar posse. Outros renunciam a seus direitos ou vão à falência nos primeiros anos.

Das 15 capitánias, as de São Vicente e de Pernambuco são as de maior sucesso. Esta última consegue grande prosperidade com a lavoura de cana e produção de açúcar. O sistema de capitánias é extinto em 1759.

## Direitos dos Donatários

Em suas capitánias, os donatários são senhores absolutos e devem obediência apenas ao rei. Têm autonomia civil e criminal sobre as terras cedidas, recebem a propriedade sobre dez léguas de terra ao longo da costa e direitos de posse e usufruto sobre a produção do restante da capitania. São autorizados a vender anualmente em Lisboa 39 índios escravizados. Podem fundar vilas, nomear ouvidores e tabeliães e doar lotes de terra – as sesmarias – aos cristãos que tenham condições de torná-las produtivas.

Apesar dos privilégios, a empreitada é cheia de riscos e exige investimentos iniciais volumosos. As vilas são administradas por alcaide nomeado pelo donatário e por uma câmara municipal (às vezes chamada de senado da câmara). A câmara é formada por três ou quatro vereadores, um procurador, dois almotacéis (ou fiscais), um tesoureiro e

um escrivão e presidida por um juiz ordinário ou juiz-de-fora, nomeado pela Coroa. Os vereadores, com mandatos de três anos, são eleitos entre os proprietários de terra e de escravos.

## **Governo Geral**

O rei Dom João III cria o Governo Geral e transforma a capitania da Bahia em capitania real em 17 de dezembro de 1548. Seu objetivo é centralizar a administração colonial por meio de funcionários de confiança e, assim, aumentar o controle sobre os lucros da produção açucareira e a eficiência no combate às invasões estrangeiras. O Governo Geral é mantido durante a dominação espanhola com a independência portuguesa, os governadores recebem o título de vice-reis. O sistema é extinto em 1808, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil.

## **Estrutura dos Governos Gerais**

O governador-geral, nomeado pelo rei, é assessorado pelas Juntas Gerais, que funcionam como um Conselho de Estado, e pelas Juntas de Fazenda, encarregadas da administração econômica e fiscal. As vilas continuam sob o poder dos capitães-donatários, que não aceitam a ingerência dos funcionários reais em seus negócios. Na prática, o poder dos primeiros governadores limita-se à capitania da Bahia.



## **Governadores**

O primeiro é Tomé de Souza. Ele chega ao Brasil em 29 de março de 1549 e governa até sua morte, em 1553. É substituído por Duarte da Costa, que fica no cargo por quatro anos. O terceiro é Mem de Sá, que governa de 1557 até 1572. Até a chegada da família real no Brasil, em 1808, sucedem-se na colônia 47 governadores-gerais.

## **Fundação de Salvador**

Salvador, sede do Governo Geral é fundada por Tomé de Souza logo após sua chegada, em 1549. A vila cresce rapidamente com a vinda de mais colonos, atraídos pelas doações de sesmarias.

Eles introduzem a cultura do arroz e de árvores frutíferas, começam as criações de gado, as plantações de cana-de-açúcar e instalam engenhos.

## **Fundação do Rio de Janeiro**

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é fundada em 1º de março de 1565, por Estácio de Sá, sobrinho do governador-geral Mem de Sá. O local escolhido é o do antigo forte construído pelos franceses na entrada da baía de Guanabara.

## Divisão do Governo Geral

Em 1572 Dom Sebastião divide a administração da colônia em dois governos gerais. O do sul, com sede em São Sebastião do Rio de Janeiro, fica responsável pelos territórios da capitania de Ilhéus para baixo. O governo do norte, com capital em Salvador, se encarrega de administrar a região que vai da capitania de Porto Seguro à de Pernambuco. O sistema dura pouco. O governo único é restabelecido em 1578; há uma nova divisão entre 1608 e 1612.

## Estado do Maranhão e Grão-Pará

Em 1621, já sob domínio espanhol, é criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Seu objetivo é melhorar as defesas da costa e os contatos com a metrópole, já que as relações com Salvador são dificultadas pelas correntes marítimas.



## Compreensão

1. Nos primórdios do Sistema Colonial, as concessões de terras efetuadas pela metrópole portuguesa pretendiam tanto a ocupação e o povoamento como a organização da produção do açúcar, com fins comerciais. Identifique a alternativa correta sobre as medidas que a Coroa portuguesa adotou para atingir esses objetivos.

- Dividiu o território em capitanias hereditárias, cedidas aos donatários, que, por sua vez, distribuíram as terras em sesmarias a homens de posses que as demandaram.
- Vendeu as terras brasileiras a senhores de engenho já experientes, que garantiram uma produção crescente de açúcar.
- Dividiu o território em governações vitalícias, cujos governadores distribuíram a terra entre os colonos portugueses.
- Armou fortemente os colonos para que pudessem defender o território e regulamentou um uso equânime e igualitário da terra entre colonos e índios aliados.

e) Distribuiu a terra do litoral entre os mais valentes conquistadores e criou engenhos centrais que garantissem a moenda das safras de açúcar durante o ano inteiro.

2. Em 1534, o Governo Português concluiu que a única forma de ocupação do Brasil seria através da colonização. Era necessário colonizar, simultaneamente, todo o extenso território brasileiro. Essa colonização dirigida pelo governo português se deu através da:

a) criação da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil.

b) criação do Sistema de Governo-Geral e Câmaras Municipais.

c) criação das Capitanias Hereditárias.

d) montagem do Sistema Colonial.

e) criação e distribuição de sesmarias.

3. A imagem abaixo é um mapa das Capitanias Hereditárias feito por Luís Teixeira, provavelmente em 1574.



Mapa das Capitanias Hereditárias

Apesar do intuito de Portugal em utilizar as Capitanias Hereditárias como forma de garantir a colonização e o povoamento do território colonial, as dificuldades econômicas e de enfrentamento das populações indígenas impediram o sucesso das capitanias. Apenas duas capitanias hereditárias conseguiram obter lucros, e eram as capitanias de:

a) São Vicente e Bahia.

b) Pernambuco e Maranhão.

c) Espírito Santo e Porto Seguro.

d) São Vicente e Pernambuco.

e) Rio Grande e Ceará.

4. “[El rei D. João III] ordenou que se povoasse esta província, repartindo as terras por pessoas que se lhe oferecessem para as povoarem e conquistarem à custa de sua fazenda, e dando a cada um cinquenta léguas por costa com todo o seu sertão, para que eles fossem não só senhores, mas capitães delas pelo que se chamam e distinguem por capitanias.”

Ao receber uma Capitania Hereditária, o donatário recebia também o Foral, um documento onde eram determinados os seus direitos e deveres nas terras a ele concedidas. Dentre esses direitos e deveres não constava:

- a) o direito de repassar a concessão das capitanias a um descendente.
- b) o dever de cumprir as funções militares e judiciais na capitania.
- c) o direito de controlar o direito de passagem nos rios e portos.
- d) o direito de vender as terras recebidas a terceiros.
- e) fundar vilas.

## **Escravidão Indígena no Brasil Colonial**



Negociantes com escravos indígenas

O litoral brasileiro era repleto de tribos indígenas no começo do século XVI, época em que os portugueses chegaram ao Brasil. Como o objetivo principal dos colonos era a obtenção de lucro na nova terra conquistada, a opção pela escravidão indígena foi quase que imediata. O auge da escravidão indígena no Brasil foi no período inicial da colonização, entre os anos de 1540 e 1580.

### **O escambo**

A primeira “relação de trabalho” entre portugueses e índios brasileiros foi o escambo. Os portugueses ofereciam objetos (espelhos, apitos, cordas, facas e etc.) aos índios em troca do trabalho no corte e transporte de pau-brasil.

### **O trabalho nos Engenhos**

Com o estabelecimento dos engenhos de açúcar no nordeste do Brasil, os colonos precisavam de grande quantidade de mão de obra. Muitos senhores de engenho recorreram a escravização de índios. Organizavam expedições que invadiam as tribos de forma violenta, inclusive com armas de fogo, para sequestrarem os indígenas jovens e fortes para levarem até o engenho.

### **O trabalho na Região Norte**

A mão de obra escrava indígena foi muito utilizada na segunda metade do século XVII, principalmente no Maranhão. Os índios foram usados em pequenas lavouras e também na exploração das "drogas do sertão". A falta e o alto custo dos escravos africanos fizeram com que os colonos optassem pelos índios. O uso dos nativos como escravos teve forte oposição dos jesuítas, que entraram em conflito com os colonos da

região. Foi somente em 1682, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Estado do Maranhão, que a mão de obra indígena começou a deixar de ser usada, sendo substituída pelos escravos africanos.

### **O Comércio de Escravos Indígenas**

Houve até um mercado de negócios com escravos indígenas. Comerciantes organizavam expedições de captura indígena para lucrar com a venda destes escravos aos senhores de engenho.

### **Outra forma de obtenção de Escravos Indígenas**

Era muito comum a guerra entre tribos indígenas. Os portugueses aproveitaram esta rivalidade, faziam alianças com determinadas tribos e, em troca de apoio militar, recebiam índios adversários capturados como recompensa.

### **Principais problemas e dificuldades da Escravidão Indígena no Brasil**

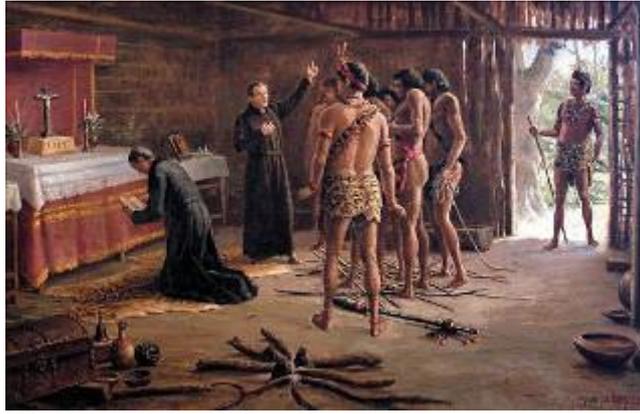
Desde o início a Escravidão Indígena não deu certo pelos seguintes motivos:

- ✓ Os índios não aguentavam o trabalho forçado e intenso nos engenhos;
- ✓ Muitos indígenas resistiam ao trabalho forçado, não trabalhando (mesmo recebendo punições físicas) ou tentando a todo custo fugir para a mata;
- ✓ Havia forte oposição ao trabalho escravo indígena por parte dos jesuítas portugueses que vieram para o Brasil catequizarem os indígenas no período colonial;
- ✓ Com o aumento do lucrativo tráfico de escravos africanos, a própria Coroa Portuguesa começou a se opor à escravização indígena no final do século XVI;
- ✓ Muitos indígenas morreriam de doenças trazidas pelos colonos portugueses como, por exemplo, sarampo, varíola e gripe.

### **Diminuição e fim da Escravidão Indígena**

A partir do final do século XVI houve uma forte redução da escravidão indígena. Isso ocorreu, principalmente, em função das dificuldades apontadas acima e também do aumento da escravidão negra africana. Esta segunda era bem mais lucrativa aos comerciantes e também a cora portuguesa. Não houve também, como ocorre com a indígena, uma forte oposição dos jesuítas ao trabalho escravo africano no Brasil.

## Jesuítas no Brasil Colônia



Durante a colonização do Brasil pelos portugueses, uma ordem religiosa cumpriu um papel de destaque na organização social da colônia: a Companhia de Jesus, ou simplesmente os jesuítas, como eram comumente conhecidos.

Os jesuítas liderados por Manoel da Nóbrega chegaram à colônia Brasil em 1549, junto a Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral enviado por Portugal. A principal função dos jesuítas, ao virem ao Brasil, era evangelizar, catequizar e tornar cristãos os indígenas que habitavam estas terras.

Na Europa, o objetivo dos jesuítas era evitar o aumento do número de protestantes. A Companhia de Jesus havia sido fundada em 1534, pelo militar **Santo** Inácio de Loyola, no contexto da Reforma e da Contrarreforma religiosa. Na colônia, pretendiam também impedir que os protestantes realizassem a catequização indígena.

Para que a catequização fosse realizada, era necessário que os indígenas aprendessem a língua portuguesa para a leitura de trechos bíblicos e o ensino da prática religiosa católica. Um dos nomes mais conhecidos no processo de evangelização que chegaram até nós foi o do padre José de Anchieta.

Mas os jesuítas não ensinavam apenas os indígenas. Os filhos de colonos, principalmente dos senhores de engenho, também eram educados por eles. Para oferecer essa educação, os jesuítas criaram alguns colégios pela colônia, sendo o mais conhecido o Colégio de São Paulo, em torno do qual foi fundada a cidade de São Paulo de Piratininga, atual São Paulo.

A educação dos colonos era rígida. A disciplina era duramente cobrada. Em caso de desobediência a alguma norma ou mesmo no erro de alguma lição, os alunos eram punidos pelos jesuítas com castigos, muitas vezes físicos. O mais conhecido foi o uso da palmatória, um instrumento de madeira utilizado para bater na palma da mão dos alunos. Porém, como a educação tradicional indígena era diferente, baseada na solidariedade e na cooperação, com os índios mais novos aprendendo com os mais velhos, foram necessárias algumas mudanças.

Nas missões, locais onde os jesuítas habitavam por vezes com milhares de indígenas, foi necessário em muitos momentos abandonar os castigos físicos. Elas estavam localizadas em várias localidades da colônia, sendo as mais conhecidas as construídas no sul, na fronteira onde estão Paraguai e Argentina.

As missões serviram também para que os jesuítas mudassem os hábitos dos indígenas. O interesse era que eles passassem a viver de acordo com a cultura europeia:

que as famílias fossem nucleares (pai, mãe e filhos do casal), que eles se fixassem em um local (grande parte das tribos indígenas era seminômade, vivendo em constante deslocamento) e passassem a adotar os ritmos e as disciplinas de trabalho que impunham os europeus. Esse processo ficou também conhecido como aculturação.

Com isso, os jesuítas conseguiram que as missões produzissem para seu próprio consumo, além de fornecerem excedentes que eram comercializados. Toda essa situação levou os jesuítas a entrarem em conflitos com os colonos, que tinham interesse na escravização indígena. As missões serviam como áreas protegidas da ação dos colonos, mas também resultaram em fonte de força de trabalho para os jesuítas que se enriqueceram com a exploração dos indígenas.

Além do que eram comercializados nas missões, os jesuítas conseguiram acumular fortuna com a posse de enormes extensões de terras e engenhos. Os jesuítas permaneceram na colônia portuguesa na América até 1759, quando foram banidos das colônias portuguesas. A venda do patrimônio dos jesuítas garantiu altas rendas para a Coroa Portuguesa, o que mostrou que o poder espiritual dos jesuítas também havia se transformado em poder econômico.

## Compreensão

1. No processo de Colonização do Brasil (sécs. XVI-XVIII), os jesuítas tiveram papel de destaque na difusão do catolicismo. Sobre eles é correto afirmar, exceto:

- a) Detinham o monopólio da educação e, na segunda metade do século XVI, fundaram colégios na cidade de Salvador e na Vila de São Vicente.
- b) Sua tarefa missionária era a catequização dos índios, convertendo-os à verdadeira fé e à recuperação de fiéis.
- c) Construíram as missões para impedir a escravidão dos indígenas pelos coloniais e manter o universo de valores culturais dos índios.
- d) Foram expulsos de Portugal e das possessões coloniais pelo Marquês de Pombal, após 1750, devido ao seu poder econômico e político.

2. “Quando chega a época do amanho da terra e da sementeira, (...) o padre dá a cada índio duas ou três juntas de boi para o amanho da roça (...). Pois o padre chegou a um índio, que lhe parecia ser o mais aplicado. Que tinha ele feito dos bois, que o padre tinha lhe emprestado? (...) o coitado está com fome, desatreia o zebruno e o abate. (...) Desta maneira, o pobre boi do arado virou fumaça num único almoço (...). Aos europeus isto parecerá incrível, mas aqui entre nós é a pura verdade, que os índios deixam estragar as espigas de milho maduras e amarelas, se os padres não os ameaçam expressamente com 24 pancadas de sova como castigo. Castigar desta maneira paternal tem resultado extraordinário, também entre os bárbaros mais selvagens, de sorte que nos amam de verdade, como os filhos aos pais.”

SEPP, Anton. (1655-1733). *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1972, p. 87.

A passagem acima se refere ao trabalho que os jesuítas desenvolviam junto aos índios do Brasil, nos séculos XVI e XVII. Sobre esse contexto histórico, aponte a alternativa correta:

- a) Os jesuítas desenvolveram a catequese junto aos índios, como forma de escravizá-los, aplicando constantes castigos físicos a quem não trabalhasse;

b) Os jesuítas pregavam que os índios selvagens não tinham alma e que, portanto, era necessário convertê-los ao catolicismo, como forma de torná-los mais dóceis para serem escravizados pelos senhores de terras;

c) As missões tinham como orientação integrar os índios nos princípios da civilização cristã, promovendo a educação religiosa e para o trabalho;

d) O trabalho das missões foi interrompido, pois não alcançava resultados práticos e muitos padres acabavam adquirindo hábitos próprios dos índios, o que contrariava os interesses da Igreja;

e) Apesar de conseguirem muitos resultados positivos nas atividades econômicas, pois castigavam os índios preguiçosos, no campo religioso não alcançaram resultados, sendo baixo o número de índios que se converteram ao Cristianismo.

3. A Ordem Jesuíta foi claramente inspirada em sua forma de organização nas estruturas militares da Idade Moderna. Inclusive seu fundador foi um militar ferido em combate, cujo nome era:

a) José de Anchieta

d) Inácio de Loyola

b) Manoel da Nóbrega

e) Marquês de Pombal

c) António Vieira

4. A Companhia de Jesus exerceu durante quase todo o período colonial um importante papel na atuação conjunta à Coroa Portuguesa no processo de colonização brasileira. Controlou a educação no período e realizou a assimilação de algumas tribos indígenas à nova sociedade que estava se constituindo. Porém, em decorrência dos ideais iluministas e da influência que exercia sobre alguns governantes do século XVIII, a Companhia de Jesus foi suprimida dos territórios portugueses:

a) pelo Padre Antônio Vieira.

d) pelo Marquês de Pombal.

b) pela Rainha Maria I.

e) pelo papa Clemente XIV.

c) por D. João IV.

5. A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola no século XVI, que exerceu forte influência em diversas áreas coloniais controladas por europeus entre os séculos XVI e XVIII. Apesar de ter sido uma ordem religiosa muito próxima aos clérigos poderosos do Vaticano, somente no século XXI conseguiu fazer com que um de seus membros se tornasse papa. Qual foi esse papa?

a) João Paulo II.

d) João XXIII

b) Bento XVI.

e) Pio XII

c) Francisco I.

## Capítulo 2

### O Período Colonial

#### A Economia Colonial e o Trabalho Escravo

#### Os Primeiros Anos do Brasil



A extração do pau-brasil: a mais importante atividade econômica dos primeiros anos da colonização. No ano de 1500, a chegada da expedição do navegador português Pedro Álvares Cabral marcou oficialmente a colonização das terras brasileiras pela Coroa Portuguesa. A primeira impressão que temos é que, já naquele mesmo ano, os portugueses começaram a explorar e lucrar muito com as riquezas a serem exploradas em nossas terras. Mas as coisas não aconteceram de forma tão simples assim.

Antes de alcançar o Brasil, os portugueses vinham há muito tempo buscando uma rota para chegarem às Índias. Essa rota era feita através da navegação de boa parte do litoral africano até que as embarcações alcançassem os mares do Oriente. Depois de várias viagens feitas durante o século XV, os portugueses conquistaram essa rota e, com isso, esperavam lucrar com os tecidos, temperos e outras mercadorias encontradas no mundo oriental.

Desse modo, ao chegarem ao Brasil, os portugueses estavam bem mais preocupados em desenvolver o comércio oriental do que se arriscar com as desconhecidas terras brasileiras. Foi de tal modo que, nas três primeiras décadas da nossa colonização, os portugueses pouco fizeram por aqui. Alguns historiadores chegam a dizer que os trinta primeiros anos de nossa colonização foram marcados por certo “abandono”.

É importante destacar que, mesmo não tendo a mesma importância das Índias, o território brasileiro foi em diferentes momentos visitado por embarcações portuguesas que tinham a função de reconhecer melhor o nosso território e patrulhar nossas terras contra a invasão de outras nações europeias que tinham o interesse de colonizar o Brasil. Na verdade, a falta de uma presença mais marcante dos portugueses incentivou que outros povos europeus, como espanhóis e franceses, chegassem a desembarcar por aqui nesse tempo.

Não encontrando nenhuma grande riqueza mais atraente, como os metais preciosos, os portugueses se limitaram a explorar a extração do pau-brasil nessa época. Essa madeira, além de servir para construção de casas e embarcações, tinha uma tinta

natural avermelhada que servia para o tingimento de tecidos. Nesse tempo, os tecidos tingidos na cor vermelha eram muito valorizados na Europa.

Para realizarem a retirada das toras de pau-brasil do nosso território, os portugueses contaram com o auxílio dos grupos indígenas que aqui viviam. Afinal de contas, os portugueses não tinham conhecimento das regiões exatas em que esse tipo de madeira poderia ser encontrado. Os indígenas, tendo maior conhecimento do território, realizavam a extração da madeira nas matas e o transporte até as regiões litorâneas. As toras de madeira eram armazenadas nas feitorias, construções que eram empregadas como marcos da presença portuguesa no Brasil.

Os indígenas que realizavam esse tipo de trabalho eram recompensados pelo sistema de “escambo”. Nesse tipo de sistema de trabalho, os indígenas recebiam mercadorias diversas em troca do pau-brasil retirado. Notamos aqui que o trabalho escravo ainda não havia sido implantado pelos portugueses. A escravidão só começou a partir da década de 1530, quando os portugueses intensificariam sua presença no Brasil. Mas afinal, por que motivo eles tiveram mais interesse no Brasil a partir desse momento?

A mudança de comportamento dos portugueses pode ser explicada por vários motivos. O primeiro deles é o fracasso do comércio desenvolvido nas Índias. A demorada viagem e a concorrência imposta por outros comerciantes diminuíram as vantagens que os portugueses esperavam ter no Oriente. Além disso, as ameaças de invasão estrangeira no Brasil e a existência de ouro em outras regiões da América também motivaram a mudança da atenção portuguesa para com nossas terras.

Foi assim que, no ano de 1530, uma expedição chefiada por Martim Afonso foi mandada com diversos objetivos. Chegando aqui, essa nova expedição portuguesa deveria expulsar os estrangeiros que aqui se encontrassem e buscar metais preciosos em nossas terras. Ao mesmo tempo, deveriam fundar os primeiros povoamentos que marcariam o início de uma Colonização Portuguesa mais intensa em nossas terras.

### **A escravidão de indígenas**

A mão de obra escravizada aumentava os lucros da Coroa Portuguesa com o comércio de produtos como o pau-brasil e, principalmente, o açúcar.

Os colonizadores necessitavam de mão de obra para trabalhar na produção açucareira. Nas demais atividades econômicas, a introdução do trabalho escravo mostrou-se a alternativa mais barata. Inicialmente, recorreu-se à escravidão de indígenas.

No entanto, diversos fatores dificultavam sua escravização, como a resistência por meio de fugas e de ataques aos engenhos e vilas. Além disso, para evitar seu aprisionamento, os indígenas deslocaram-se cada vez mais para o interior do território.

## Os Negros Trazidos para o Brasil



A força de trabalho dos negros foi explorada durante vários séculos no Brasil. No começo da colonização brasileira, os portugueses buscaram empreender ações econômicas que viessem a estabelecer lucro para a Coroa Lusitana. A partir do ano de 1530, a instalação das primeiras lavouras de cana-de-açúcar exigiu um elevado número de trabalhadores que não poderia ser obtido em um país tão pequeno como Portugal.

Foi então que a escravidão surgiu como uma oportunidade de resolver essa demanda por mão de obra e, ao mesmo tempo, ampliar os lucros com a atividade agroexportadora a ser desenvolvida por aqui. Dentre os povos escravizados, os indígenas brasileiros tiveram sua força de trabalho utilizada pelos portugueses, assim como as populações africanas que também eram colonizadas pelos portugueses.

Transformando-se em uma atividade lucrativa para os portugueses, o tráfico de escravos africanos para o Brasil iniciou a captura, transporte, venda e exploração sistemática de vários povos do continente africano. Entre os séculos XVI e XIX foi enorme a quantidade de pessoas retiradas de seus locais de origem para terem sua força de trabalho aproveitada em terras brasileiras.

Além do número de africanos transformados em escravos, devemos também destacar que uma enorme quantidade de prisioneiros morria nos porões dos navios negreiros. Acomodados em condições degradantes e submetidos a uma dieta alimentar insuficiente, quase metade dos negros trazidos da África acabava falecendo na travessia do Oceano Atlântico.

Mesmo tendo acabado no ano de 1888, a escravidão negra ainda teve efeitos diversos na história brasileira. Apesar da libertação, a população negra do Brasil ainda sofreu com o preconceito e a imposição de baixos salários. Pesquisas recentes mostram que pessoas negras que exercem a mesma função ou cargo de uma pessoa branca recebem salários menores.

Há alguns anos o governo brasileiro vem tomando algumas ações para amenizar os efeitos negativos da escravidão. Pela nossa lei, a realização de injúrias racistas ou qualquer tipo de atividade discriminatória por razão semelhante é punida como crime. Ao mesmo tempo, várias ações e debates vêm sendo realizados para superar essas lamentáveis marcas deixadas pela escravidão no Brasil.

## Compreensão

1. Explique como aconteceu a primeira forma de exploração das terras que hoje é o Brasil.

---

---

---

2. Com o aumento da produção do pau-brasil e o açúcar, como foi possível aumentar a mão-de-obra escrava?

---

---

---

3. Como eram as defesas dos indígenas?

---

---

---

4. Os africanos escravizados no Brasil por volta de 1570, para trabalharem nas lavouras. Como era o tratamento com os escravos?

---

---

---

## Economia Açucareira

A produção de açúcar em terras brasileiras foi a melhor forma encontrada pelos portugueses para compensar economicamente os esforços em proteger a colônias de ameaças estrangeiras. A economia açucareira teve início no litoral e foi bastante lucrativa, pois o produto era bastante consumido nos países europeus. A cultura da cana-de-açúcar ainda deu aos colonizadores, a possibilidade de organização do cultivo permanente do solo. Com isso, houve o início do povoamento da colônia de uma maneira sistemática.

A economia açucareira já estava superando os lucros que Portugal ganhava com o pau-brasil. O motivo foi a expansão rápida do plantio da cana em regiões onde as condições eram muito favoráveis. Para o desenvolvimento da agricultura canavieira eram necessários chuvas e clima quente; e o Brasil contava com tudo isso.

O solo de massapé, presente no litoral do Nordeste do Brasil também foi fundamental para o cultivo. Mas esta não foi a primeira experiência portuguesa com a produção de açúcar. Eles há muito tempo, já plantavam cana-de-açúcar na Ilha da Madeira e nos Açores.

## Compreensão

1. Quem deu início à agricultura da cana-de-açúcar no Brasil?

---

---

2. Onde o cultivo obteve maior desenvolvimento e por quê?

3. Quem foi favorecido com a produção de açúcar?

4. O que a cultura da cana provocou?

5. Nessa época, o açúcar era usado para quê?

## Engenho

### Os holandeses e o açúcar do Brasil

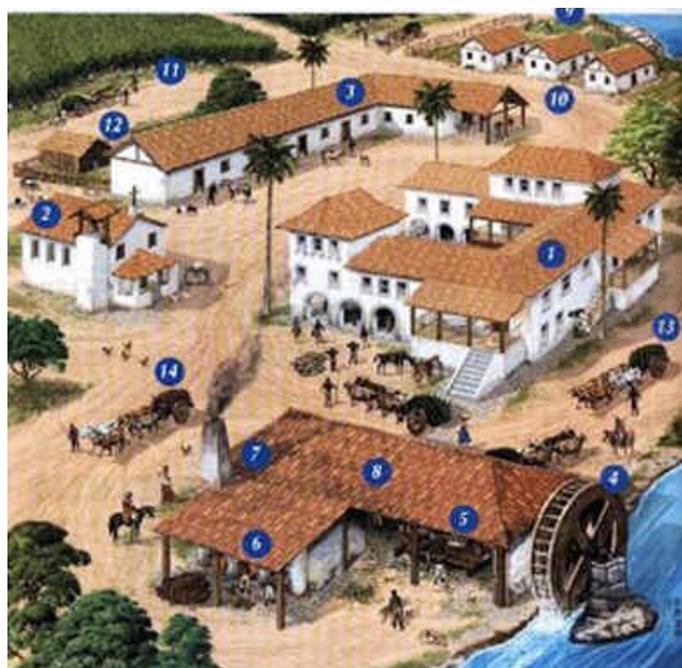
No século XVII, a Holanda era uma das maiores potências econômicas da Europa. Um dos negócios mais lucrativos da burguesia holandesa (também chamada de flamenga) tinha a ver com o açúcar do Brasil.

Para começar, imagine que um nobre português quisesse instalar um engenho no Brasil. Como conseguir dinheiro para comprar as máquinas, as caríssimas caldeiras de cobre, as ferramentas e os escravos? Ele poderia pedir dinheiro emprestado ao Banco de Amsterdã, que era o maior banco holandês da época.

Como você vê, os holandeses financiavam a produção de açúcar. Em troca, recebiam o pagamento dos juros.

Os lucros Indiretos da Holanda com o açúcar brasileiro não paravam aí. Em várias ocasiões, os comerciantes portugueses contrataram companhias de navegação holandesas para transportar o açúcar do Brasil até Lisboa. Grande parte do açúcar saía do Brasil em estado bruto para ser refinado (até ficar branco e fininho) em Amsterdã.

Naqueles tempos de mercantilismo, os burgueses holandeses monopolizavam (controlavam com exclusividade) muitas rotas de comércio de açúcar entre os países europeus. Por isso os comerciantes portugueses tinham de vender seu açúcar diretamente aos holandeses. Depois, os holandeses revendiam o açúcar pelo resto da Europa.



Portanto, os holandeses tinham várias maneiras indiretas de lucrar com o açúcar do Brasil: financiando e recebendo juros bancários, cobrando pelo transporte e pelo refino, ou revendendo na Europa. Houve momentos em que eles tinham mais lucros com o açúcar do Brasil do que os próprios comerciantes portugueses. Essa melosa ligação comercial entre Holanda, Portugal e Brasil foi encerrada de surpresa, quando aconteceu a União Ibérica.

### **A crise do açúcar**

A crise do açúcar brasileiro ocorreu após a expulsão dos holandeses do Brasil, pois eles não desistiram do açúcar. Instalaram engenhos nas Antilhas (que são ilhas que ficam no mar do Caribe, lá na América Central) e começaram a exportar açúcar para a Europa. Dessa maneira, a produção mundial de açúcar aumentou demais, O açúcar brasileiro passou a ter de disputar compradores com o açúcar antilhano. Com tanto açúcar sendo oferecido no mercado, os preços foram caindo.

As coisas não estavam boas na Europa. Na famosa crise do século XVII, ninguém conseguia comprar muita coisa. Os preços caíram muito e mesmo assim o comércio continuava declinando. Dá para perceber que isso também botou os preços do açúcar brasileiro lá no porão.

Com os preços internacionais em queda, as exportações brasileiras caíram, o que provocou a ruína de muitos senhores de engenho.

Porém houve um fator que atenuou a crise: as compras de açúcar pelo mercado interno brasileiro.

### **Engenho de Açúcar**

Os escravos na produção de açúcar no período colonial...

As fazendas produtoras de açúcar no período histórico da colonização no Brasil eram referidas como engenho de açúcar. O termo também define as máquinas utilizadas para moer a cana-de-açúcar. Os engenhos de açúcar eram predominantes no nordeste e destinavam a sua produção de açúcar para a metrópole portuguesa e para o mercado europeu.

O engenho era composto pela casa-grande, senzala, capela, horta e o canavial. Era utilizada a mão-de-obra escrava dos negros africanos. Depois da expulsão dos holandeses, a produção do açúcar brasileiro passou a sofrer a concorrência do açúcar holandês produzido nas ilhas da América Central.

O chamado engenho-banguê incluía a moeda, a casa das caldeiras e a casa de purgar. Os engenhos resistiram até o século XX, nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas e São Paulo.

Foram finalmente extintos, a partir da evolução da agroindústria e o surgimento das usinas de açúcar e álcool.

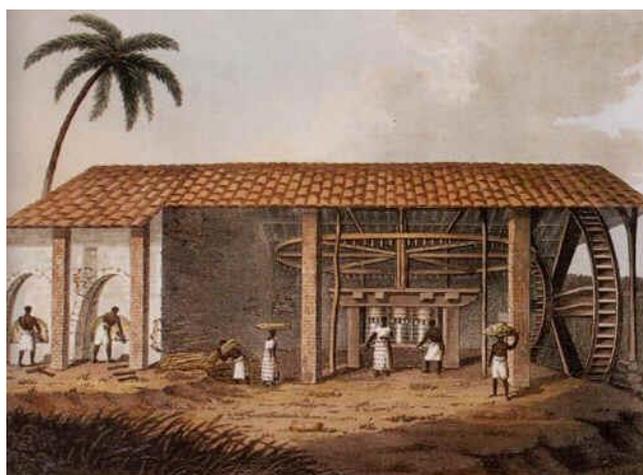
No engenho, as etapas de produção do açúcar iniciavam-se na moagem de cana. Na moagem era extraído o caldo de cana; posteriormente encaminhado para o tanque e depois armazenado.

Para a produção da cachaça, o caldo era armazenado para a fermentação e destilação. Na produção do açúcar, o caldo era colocado em tachos de cobre em fogo, até a etapa do resfriamento do mel.

Especialmente no norte (região conhecida como Nova Inglaterra) e no centro da costa atlântica da América do Norte, desenvolveu-se uma economia dinâmica, com produção para o mercado interno, logo desdobrando-se em atividades comerciais e manufatureiras, produzindo as origens da riqueza dos Estados Unidos.

Observe o quadro abaixo.

<b>Colônia de Exploração</b>	<b>Colônia de Povoamento</b>
Latifúndio	Pequena propriedade familiar
Monocultura	Policultura e desenvolvimento de manufaturados
Trabalho compulsório: escravidão e servidão indígena	Trabalho livre e “servidão por contrato”
Mercado externo	Mercado interno
Pacto Colonial	Liberdade Econômica



## Senhores e Escravos

Durante o ciclo da cana-de-açúcar, a sociedade colonial se definia a partir da casa-grande e da senzala. Formando o poderoso grupo socioeconômico da colônia, havia os brancos colonizadores, donos dos engenhos, que habitavam as casas-grandes.

O poder dessa aristocracia canavieira ia além de suas terras, expandindo-se pelas vilas, dominando as Câmeras Municipais e a vida colonial.

A autoridade do senhor de casa-grande era absoluta: em família a obediência lhe era incondicional e o respeito como chefe superior, indiscutível, estando as mulheres submetidas a um papel subordinado, complementar.

A sociedade açucareira teve, assim, um carácter explicitamente patriarcal. Os escravos, considerados simples mercadorias, formavam a base econômica dessa sociedade indígena e, principalmente, negros africanos eram responsáveis pela quase totalidade dos trabalhos braçais executados na colônia, constituindo “as mãos e pés do senhor”.

Os escravos, em sua maioria trabalhavam de sol a sol na lavoura e na produção de açúcar, vigiados por um feitor, sofrendo constantes castigos físicos. Alguns exerciam trabalhos domésticos na casa-grande como cozinheiras, arrumadeiras, amas de crianças, moleques de recados, etc. Formando uma pequena parcela da população, havia os homens livres, plantadores de cana com poucos recursos, que não possuíam instalações para produzir o açúcar (engenhos), sendo obrigados a vender a cana a um senhor de engenho.

A essa camada intermediária pertenciam também os feitores, capatazes, comerciantes, artesãos, padres, militares e funcionários públicos, moradores das poucas vilas e cidades da época. Auge do ciclo da cana-de-açúcar. Durante os séculos XVI e XVII, o Brasil tornou-se o maior produtor de açúcar do mundo, gerando imensas riquezas para os senhores de engenho, para Portugal e, sobretudo, para os holandeses.

Ostentando sua opulência, os senhores de engenho do Nordeste importavam da Europa desde roupas e alimentos até louças e objetos de decoração. Como consequência da maciça importação de mercadorias europeias, da importação de escravos e da participação dos holandeses e portugueses no comércio de açúcar, quase toda a riqueza gerada por este ciclo econômico foi desviada da colônia para as áreas metropolitanas, caracterizando as condições do pacto colonial.

Atividades complementares da economia açucareira. Embora a economia do período colonial tenha se baseado num único produto, que concentrava quase completamente o interesse e as atividades de toda a colônia, havia algumas atividades secundárias, realizadas para complementar as necessidades da população. Sendo assim, havia, dentro do próprio engenho, uma pequena produção de aguardente e rapadura, utilizada no consumo interno da colônia e também no escambo de escravos africanos.

Ao mesmo tempo, iniciou-se a criação do gado que se desenvolveu no Nordeste, próximo aos engenhos, penetrando depois no interior. Sendo uma atividade complementar, importância comercial da criação de gado era muito menor que a da produção de açúcar. Entretanto, além de servir para mover as moendas e transportar o açúcar, o gado era fonte de alimentação e fornecia o couro que era usado na confecção de roupas, calçados, móveis e outros utensílios.

Na criação de gado, quase não havia escravos, predominando o trabalho livre, principalmente dos indígenas. O gado era criado de forma extensiva, ou seja, solto nas terras, sempre à procura de melhores pastagens. Dessa forma, o gado penetrou no interior, alcançado, já no século XVII, o Maranhão e o Ceará, ao norte, e, mais ao sul, as margens do rio São Francisco.

Originaram-se, assim, diversas fazendas no interior, o que acabou levando ao desbravamento da atual região Nordeste. Além da criação e gado, havia o cultivo de alguns produtos agrícolas complementares, como a mandioca que constituía a base da alimentação da população colonial, principalmente dos escravos.

O fumo ou tabaco era produzido principalmente para ser trocado por negros escravos na costa africana, onde era muito valorizado. Sua produção desenvolveu-se mais na Bahia e em Alagoas. Já o cultivo de algodão desenvolveu-se mais no Maranhão e visava apenas à produção de tecidos rústicos usando na confecção das roupas dos

escravos, já que, para os senhores de engenho e suas famílias, as vestimentas vinham da Europa.

A produção de artigos manufaturados na colônia era controlada pela metrópole portuguesa, a quem interessava assegurar a venda dos tecidos produzidos na Europa. No século XVII, a riqueza do açúcar levou os holandeses a invadirem o Brasil. Durante alguns anos, eles dominaram o Nordeste e se apropriaram de suas técnicas de produção.

Após sua expulsão, em 1654, os holandeses tornaram-se os maiores concorrentes dos produtores nordestinos, passando a fabricar açúcar nas suas colônias das Antilhas. Isso marcou o início da decadência econômica do Nordeste açucareiro, o que levou toda a colônia a uma profunda crise.

## **Colônias de Exploração e Colônias de Povoamento**

A Colonização Portuguesa no Brasil, assim como a espanhola na América, realizou-se com base no pacto colonial, produzindo riquezas que quase nunca ficavam nas áreas coloniais. Ao mesmo tempo, para garantir os ganhos e o domínio colonial, as metrópoles definiam o tipo de propriedade e a forma de produzir, além de exercerem o controle da produção.

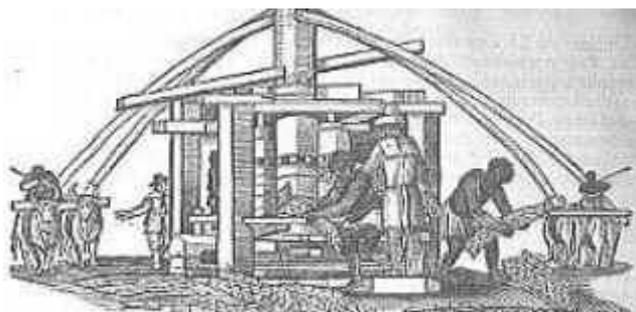
Resulta daí uma economia e uma organização social que espelhavam a dominação e a dependência. Para atender às exigências metropolitanas, o Brasil e a América Espanhola transformaram-se num conjunto de colônias de exploração. Situação muito diferente aconteceu com a América Inglesa, em cuja colonização, só iniciada no século XVII, teve predomínio as colônias de povoamento.

Para lá se dirigiram colonos que fugiram de perseguições religiosas ou políticas e que tinham interesse em se instalar na colônia e produzir para sua sobrevivência. Fundando as chamadas Treze Colônias, contavam com o clima temperado de boa parte de seu território, muito semelhante àquele que haviam deixado na Europa.

## **Economia e Sociedade Canavieira**

### **O Açúcar**

Durante toda a fase colonial brasileira, houve sempre um produto em torno do qual se organizava a maior parte da economia. A importância de determinado produto crescia até alcançar o apogeu e depois entrava em decadência. Embora sua produção continuasse, surgia outro produto que entrava rapidamente em ascensão, substituindo em importância o anterior.



## Moenda

Depois que os escravos chegavam ao Brasil passava por um período de recuperação devido ao desgaste da viagem. Depois eram vendidos e levados ao local de trabalho.

Após Portugal ter perdido o monopólio do comércio com as índias, decidiu colonizar o Brasil e aumentar a produção de especiarias para mandar para a metrópole.

Naquela época o principal produto econômico era a cana-de-açúcar e eram os escravos quem faziam todo o serviço até a cana se transformar em açúcar.

## Lugares do Engenho

Cada engenho tinha lugares que determinavam onde iria ser feito cada coisa:

- ✓ **Casa-Grande** – era onde o Senhor do engenho morava com sua família
- ✓ **Moradias** – era onde moravam os habitantes livres do engenho
- ✓ **Casa de purgar** – lugar onde começa a produção do açúcar (purificação da cana)
- ✓ **Caldeira** – onde ferve o caldo da cana
- ✓ **Moenda** – onde moer os grãos da cana
- ✓ **Senzala** – é a moradia dos escravos.

## Processo de Fabricação do Açúcar

- ✓ Os escravos aplicam a água sobre o barro
- ✓ Eles retiram os pães das formas
- ✓ O açúcar vai para a casa de purgar e é purificado nas andainas
- ✓ Separação das “caras”
- ✓ Cristalização do açúcar
- ✓ Organização das andainas para o encaixe das formas
- ✓ Perfuração das formas para a drenagem do açúcar
- ✓ Batimento do açúcar para o encaixotamento
- ✓ Batimento do açúcar na parte de cima das formas
- ✓ Separação dos pães do açúcar
- ✓ Aplicação do barro.

## Compreensão

1. “Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites,

as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.”

VIEIRA, A. Sermões. Tomo XI. Porto: Lello & Irmão, 1951 (adaptado).

O trecho do sermão do Padre Antônio Vieira estabelece uma relação entre a Paixão de Cristo e

- a) a atividade dos comerciantes de açúcar nos portos brasileiros.
- b) a função dos mestres de açúcar durante a safra de cana.
- c) o sofrimento dos jesuítas na conversão dos ameríndios.
- d) o papel dos senhores na administração dos engenhos.
- e) o trabalho dos escravos na produção de açúcar.

2. Com relação à economia da cana-de-açúcar e da pecuária no Nordeste durante o período colonial, é correto afirmar que:

- a) por serem as duas atividades essenciais e complementares, portanto os mais permanentes foram as que mais usaram escravos.
- b) a primeira, tecnologicamente mais complexa, recorria à escravidão, e a segunda, tecnologicamente mais simples, ao trabalho livre.
- c) a técnica era rudimentar em ambas, na agricultura por causa da escravidão, e na criação de animais para atender o mercado interno.
- d) tanto em uma quanto em outra, desenvolveram-se formas mistas e sofisticadas de trabalho livre e de trabalho compulsório.
- e) por serem diferentes e independentes uma da outra, não se pode estabelecer qualquer tentativa de comparação entre ambas.

3. A imagem abaixo é do holandês Frans Post, que pintou diversas imagens do Brasil, dentre elas os engenhos de açúcar.



Fábrica de açúcar e plantação do Engenho Real, de Frans Post (1612-1680)

Os engenhos constituíam verdadeiras fábricas, realizando todas as fases do processo de produção do açúcar em suas próprias instalações. Dentre as alternativas abaixo, qual indica uma informação incorreta sobre os engenhos de açúcar?

- a) Após a colheita, a cana-de-açúcar era levada à moenda para sofrer o esmagamento de seu caule e a extração da garapa.

b) Em terras coloniais era produzido apenas um tipo de açúcar: o mascavo, de coloração escura. O açúcar branco era refinado na Europa, em virtude de ser direcionado aos consumidores desse continente.

c) As moendas funcionavam com o uso da tração animal, o trapiche, pois os gastos exigidos para a sua construção eram menores.

d) Os engenhos não estavam disponíveis em toda e qualquer propriedade que plantava cana-de-açúcar. Os fazendeiros que não possuíam um engenho eram geralmente conhecidos como lavradores de cana.

e) Além dessas unidades produtivas, um engenho também contava com construções utilizadas para o abrigo da população que ali vivia, como a Casa-grande e a Senzala.

4. A agromanufatura do açúcar no Brasil colonial garantia todo o processo de produção, desde o plantio da cana até o produto final, pronto para ser exportado para a Europa, ficando na colônia o açúcar mascavo e sendo exportado em sua maior parte o açúcar branco. Apesar de controlar todo o processo de produção, não eram os portugueses que realizavam a distribuição do produto na Europa, cabendo essa função aos:

a) ingleses.

b) holandeses.

c) franceses.

d) belgas.

e) espanhóis.

### **A Resistência dos Escravos**

No desenvolvimento do regime escravocrata no Brasil, observamos que os negros trazidos para o espaço colonial sofriam um grande número de abusos. A dura rotina de trabalho era geralmente marcada por longas jornadas e a realização de tarefas que exigiam um grande esforço físico. Dessa forma, principalmente nas grandes propriedades, observava-se que o tempo de vida de um escravo não ultrapassava o prazo de uma década.

Quando não se submetiam às tarefas impostas, os escravos eram severamente punidos pelos feitores, que organizavam o trabalho e evitavam a realização de fugas. Quando pegos infringindo alguma norma, os escravos eram amarrados no tronco e açoitados com um chicote que abria feridas na pele. Em casos mais severos, as punições poderiam incluir a mutilação, a castração ou a amputação de alguma parte do corpo. De fato, a vida dos escravos negros no espaço colonial era cercada pelo signo do abuso e do sofrimento.

Entretanto, não podemos deixar de salientar que a população negra também gerava formas de resistência que iam contra o sistema escravista. Não raro, alguns escravos organizavam episódios de sabotagem que prejudicavam a produção de alguma fazenda. Em outros casos, tomados pelo chamado “banzo”, os escravos adentravam um profundo estado de inapetência que poderia levá-los à morte. Não suportando a dureza do trabalho ou a perda dos laços afetivos e culturais de sua terra natal, muitos negros preferiam atentar contra a própria vida. Nesse mesmo tipo de ação de resistência,

algumas escravas grávidas buscavam o preparo de ervas com propriedades abortivas. Além disso, podemos salientar que o planejamento de emboscadas para assassinar os feitores e senhores de engenho também integrava esse corolário de ações contra a escravidão.

## **Quilombo dos Palmares**

Zumbi foi um dos mais bravos líderes da comunidade quilombola dos Palmares. Durante todo o período em que a escravidão foi vigente, os cativos empreenderam formas diversas de escaparem daquela ordem marcada pela repressão e o controle. Dentre as várias manifestações de resistência, os quilombos, também conhecidos como mocambos, funcionavam como comunidades de negros fugidos que conseguiam escapar do controle de seus proprietários.

Sendo local de refúgio, os escravos escolhiam localidades de difícil acesso que impedissem uma possível recaptura. Além disso, os quilombos também eram estrategicamente próximos de algumas estradas onde poderiam realizar pequenos assaltos que garantissem a sua sobrevivência. Não sendo abrigo apenas de escravos, os quilombos também abrigavam índios e fugitivos da justiça.

Um dos quilombos mais conhecidos da história brasileira foi Palmares, instalado na serra da Barriga, atual região de Alagoas. Com o passar do tempo, Palmares se transformou em uma espécie de confederação, que abrigava os vários quilombos que existiam naquela localidade. Seu crescimento ocorreu principalmente entre as décadas de 1630 e 1650, quando a invasão dos holandeses prejudicou o controle sobre a população escrava.

A prosperidade e a capacidade de organização desse imenso quilombo representaram uma séria ameaça para a ordem escravocrata vigente. Não por acaso, vários governos que controlaram a região organizaram expedições que tinham por objetivo estabelecer a destruição definitiva de Palmares. Contudo, os quilombolas resistiram de maneira eficaz e, ao longo de oitenta anos, conseguiram derrotar aproximadamente trinta expedições militares organizadas com este mesmo objetivo.

Mediante a resistência daquela população quilombola e não mais suportando a exaustão das derrotas, o governador de Pernambuco, Aires Sousa e Castro, e Ganga Zumba, importante líder palmarino, assinaram o chamado “acordo de 1678” ou “acordo de Recife”. Por esse tratado, o governo pernambucano reconhecia a liberdade de todos os negros nascidos em Palmares e concedia a utilização dos terrenos localizados na região norte de Alagoas.

## **Compreensão**

1. Qual foi a principal forma de resistência contra a escravidão no Brasil?

---

---

2. Explique o que é um Quilombo.

---

---

3. Qual o maior quilombo formado durante o período colonial no Brasil? Quais são as principais características desse quilombo.

---

---

## **Expansão Territorial Brasil**

### **Invasão holandesa no Brasil**

Entre os anos de 1630 e 1654, o Nordeste brasileiro foi alvo de ataques e fixação de holandeses. Interessados no comércio de açúcar, os holandeses implantaram um governo em nosso território. Sob o comando de Maurício de Nassau, permaneceram lá até serem expulsos em 1654. Nassau desenvolveu diversos trabalhos em Recife, modernizando a cidade.

### **Expansão Territorial: bandeiras e bandeirantes**

Foram os bandeirantes os responsáveis pela ampliação do território brasileiro além do Tratado de Tordesilhas. Os bandeirantes penetram no território brasileiro, procurando índios para aprisionar e jazidas de ouro e diamantes. Foram os bandeirantes que encontraram as primeiras minas de ouro nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

O Ciclo do Ouro: século XVIII – após a descoberta das primeiras minas de ouro, o rei de Portugal tratou de organizar sua extração. Interessado nesta nova fonte de lucros, já que o comércio de açúcar passava por uma fase de declínio, ele começou a cobrar o quinto. O quinto nada mais era do que um imposto cobrado pela coroa portuguesa e correspondia a 20% de todo ouro encontrado na colônia. Este imposto era cobrado nas Casas de Fundição.

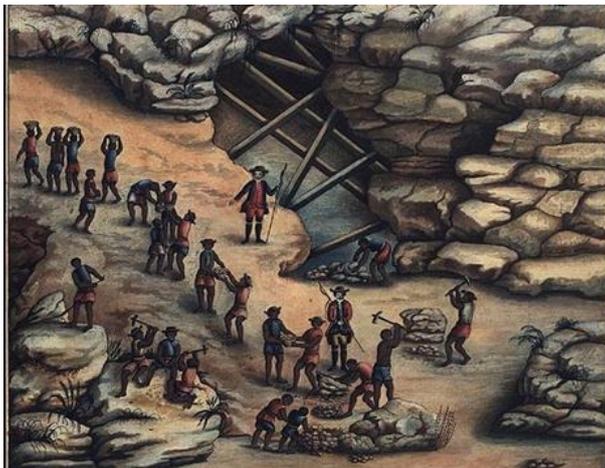
A descoberta de ouro e o início da exploração da minas nas regiões auríferas (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás) provocou uma verdadeira "corrida do ouro" para estas regiões. Procurando trabalho na região, desempregados de várias regiões do país partiram em busca do sonho de ficar rico da noite para o dia. O trabalho dos tropeiros foi de fundamental importância neste período, pois eram eles os responsáveis pelo abastecimento de animais de carga, alimentos (carne seca, principalmente) e outros mantimentos que não eram produzidos nas regiões mineradoras.

Desenvolvimento urbano nas cidades mineiras começou a surgir e o desenvolvimento urbano e cultural aumentou muito nestas regiões. Foi neste contexto que apareceu um dos mais importantes artistas plásticos do Brasil: Aleijadinho.

Vários empregos surgiram nestas regiões, diversificando o mercado de trabalho na região aurífera. Igrejas foram erguidas em cidades como Vila Rica (atual Ouro Preto), Diamantina e Mariana.

Para acompanhar o desenvolvimento da Região Sudeste, a capital do país foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.

## Trabalho escravo nas minas



Os bandeirantes paulistas, no século XVII, encontraram minas de ouro na província do Brasil, em primeiro instante no território onde, atualmente, é o estado de Minas Gerais, depois nas vizinhanças da então cidade de Cuiabá, metrópole do estado de Mato Grosso, e por fim no Arraial de Sant'Anna, onde hoje é a cidade de Goiás, no estado de Goiás.

Esse lugar de minas, como ficou popularizado, no período da exploração do ouro fazia parte da Capitania de São Vicente, na atual São Paulo, contudo a Capitania de São Vicente foi separada e formaram-se as Capitanias de Goiás e Minas Gerais.

No decorrer da primeira metade do século XVIII, uma grande quantidade de pessoas se mudou para o local das minas. Dentre esses indivíduos estavam homens brancos europeus, africanos escravos, colonos e índios e lá eles criaram diversos povoados, vilas e arraiais.

Na mineração, ou seja, na obtenção de ouro nas minas, usavam-se o ofício de negros escravizados vindos da África. As minas representavam os lugares onde os escravos eram inspecionados pelos seus senhores, que pretendiam conter o tráfico de ouro.

Fora a inspeção constante, a atividade escrava realizada na mineração possuía deploráveis condições. Diversos escravos não aguentavam mais que cinco anos nessa ocupação; e constantemente haviam mortes precoces pautadas nas circunstâncias de trabalho nocivo e aos acidentes de ofício.

Dessa maneira, os escravos trabalhavam perante o perigo de morte por meio de afogamento ou soterramento ocasionado pela ruptura das barragens de controle das minas. Esse era o acidente de ofício mais frequente nas minas e que sacrificava os escravos. Além disso, os presos faziam a atividade diante de condições deploráveis de higiene, permanecendo dentro da água por um período muito longo, sujeitos a baixas temperaturas, ao mesmo tempo em que outros permaneciam muito tempo no interior das cavernas e nas minas.

Tirando as lamentáveis situações de trabalho, os negros escravos encaravam a falta de alimentos e entregavam-se a diversas doenças, promovendo uma grande quantidade de falecimentos.

As atividades escravas no local das minas não ficaram apenas limitadas a obtenção do ouro, uma vez que os escravos executavam diversas funções, como trabalhos

relacionados ao transporte, comércio ambulante e a estruturação de ruas, pontes e edifícios. A atividade nas minas foi julgada o modo de trabalho mais doloroso e árduo exercido pelos africanos que eram escravizados no Brasil.

### **Trabalho escravo dos indígenas**

Os indígenas foram utilizados no Brasil a partir dos primeiros anos da conquista até o século XVIII. Os colonos portugueses escravizaram os índios para que eles executassem atividades, especialmente, na obtenção de madeira. Os indígenas escravizados cortavam e carregavam a madeira até os navios.

Os índios eram muito usados e sofriam intensas punições físicas quando resistiam a trabalhar ou agiam de maneira errada. Vários não suportavam a condição e faleciam.

### **Trabalho Escravo dos Africanos**

Os portugueses que chegaram ao Brasil foram procurar na África a mão-de-obra essencial para os hábitos da cana-de-açúcar. Os escravos colaboravam com todos os processos da manufatura do açúcar, a começar pelo plantio até a preparação do açúcar nos engenhos. Esforçavam-se de sol a sol e eram punidos com dureza quando não efetuavam as ordens, pecavam na atividade ou tentavam escapar. Tinham que realizar todos os trabalhos exigidos pelo seu “dono”.

As escravas mulheres também atuavam muito, contudo um pequeno número tinha a sorte de executar atividades domésticas como, culinária, limpeza e cuidas das crianças. Essas possuíam um trabalho menos doloroso.

Os filhos de escravos também trabalhavam desde muito novos. Em torno dos oito anos de idade já eram coagidos a realizar atividades de adultos e quase abandonavam a infância.

Com início na metade do século XVIII, e com a descoberta das minas de ouro, os presos de nacionalidade africana começaram a trabalhar na mineração. Executavam as atividades mais difíceis, isto é, carregavam cascalho, quebravam pedras e operavam na procura de pepitas de ouro nos riachos.

Nos séculos XVIII e XIX eram frequentes, especialmente nas maiores cidades, os prisioneiros de ganho. Esses possuíam a autonomia de realizar atividades ou comercializar mercadorias nas ruas. Contudo, a grande parte dos ganhos dessas atividades teria que ser entregue aos seus donos. Mesmo que ficassem com quase nada, diversos escravos de ganho economizam dinheiro no decorrer dos anos para poder adquirir a carta de alforria, alcançando assim sua liberdade.

### **Resultado**

O trabalho destinado aos escravos no Brasil até 1888, com a abolição, foi pesado, fuzilante e injusto. Ganhavam somente alimentação de qualidade ruim, vestimentas velhas e moradias desumanas, conhecidas como senzalas.

Vários escravos não aguentavam e faleciam de enfermidades ou acidentes de ofício, que eram frequentes na época. Não apresentavam direito e eram comercializados como mercadorias. Em oposição a essas situações de trabalho, diversos escravos fizeram rebeliões ou escapavam, construindo os quilombos, no qual podiam trabalhar conforme os hábitos africanos.

## Revoltas Coloniais

As Revoltas Coloniais, em suma, foram as seguintes:

- ✓ Aclamação de Amador Bueno (São Paulo – 1641) – **motivo** – proibição da Escravidão Indígena.
- ✓ Revolta de Beckman (Maranhão – 1684) – **motivos** – contra o monopólio da Cia Geral do Comércio do Maranhão e proibição da Escravidão Indígena.
- ✓ Guerra dos Emboabas (São Vicente – 1707-1710) – **motivo** – disputa pelo ouro.
- ✓ Guerra dos Mascates (Pernambuco – 1710) – **motivo** – endividamento dos senhores de engenho (Olinda) com os comerciantes Reinóis (Recife).
- ✓ Revolta de Vila Rica (ou Felipe dos Santos – 1720) – **motivo** – casas de fundição.

## Revoltas Coloniais e Conflitos

Em função da exploração exagerada da metrópole ocorreram várias revoltas e conflitos no período colonial do Brasil.

Dentre as principais revoltas e conflitos do período temos:

- ✓ **Guerra dos Emboabas** – os bandeirantes queriam exclusividade na exploração do ouro nas minas que encontraram. Entraram em choque com os paulistas que estavam explorando o ouro das minas.
- ✓ **Revolta de Filipe dos Santos** – ocorrida em Vila Rica, representou a insatisfação dos donos de minas de ouro com a cobrança do quinto e das Casas de Fundição. O líder Filipe dos Santos foi preso e condenado a morte pela coroa portuguesa.
- ✓ **Inconfidência Mineira** (1789) – liderada por Tiradentes, os inconfidentes mineiros queriam a libertação do Brasil de Portugal. O movimento foi descoberto pelo rei de Portugal e os líderes foram condenados.

## Revoltas Coloniais – Período Colonial

As revoltas ocorridas no Período Colonial costumam ser divididas didaticamente em Nativistas e Separatistas.

### Revoltas Nativistas

Foram movimentos de protesto contra o excesso de exploração por parte de Portugal, bem como, conflitos internos entre grupos rivais, mas sem qualquer pretensão de independência.

As principais foram:

- ✓ **A Aclamação de Amador Bueno da Ribeira** – Vila de São Paulo (1641) – foi um protesto contra o fim do comércio com a região do Rio da Prata, provocado pela Restauração Portuguesa, bem como, contra repressão à escravidão indígena.

A população aclamou o comerciante Amador Bueno da Ribeira como “rei da Vila de São Paulo, que se recusou a participar do movimento. Dias depois, as autoridades pacificaram a população.

✓ **A Revolta de Nosso Pai** – Pernambuco (1666) – foi causada pelas dificuldades econômicas no período após a expulsão dos holandeses e pela nomeação de Jerônimo de Mendonça Furtado para governar Pernambuco. Um grupo, do qual faziam parte senhores de engenho, padres, vereadores e até o Juiz de Olinda, organizou uma falsa procissão de Nosso Pai, na qual foi preso o Governador. Mais tarde foi nomeado André Vidal de Negreiros como novo Governador de Pernambuco, acalmando os ânimos.

✓ **Revolta de Beckman** – Maranhão (1684) – foi provocada pela proibição da escravidão indígena, graças aos jesuítas, e pela falta de negros, além, é claro, pelos altos preços cobrados pela Companhia de Comércio do Estado do Maranhão. Os rebeldes, liderados pelos fazendeiros Jorge Sampaio, Manuel Beckman e Tomás Beckman, expulsaram os jesuítas, saquearam os armazéns da Companhia de Comércio, depuseram as autoridades locais e formaram um novo governo. Tomás Beckman foi enviado a Portugal para informar ao rei quais eram os motivos da revolta. Lá chegando, foi preso e reconduzido ao Maranhão, junto com Gomes Freire, novo governador indicado por Portugal, que recolocou no poder as autoridades depostas e capturou os rebeldes. Manuel Beckman e Jorge Sampaio foram enforcados e Tomás Beckman foi exilado na África. Os jesuítas voltaram ao Maranhão e a Companhia de Comércio foi reativada.

✓ **Guerra dos Emboabas** – Minas Gerais (1708–1709) – foi provocada pela rivalidade entre os bandeirantes paulistas (descobridores das minas) e os “emboabas” (pessoas que vieram de outros lugares em busca de metais preciosos). O Rei Dom João V determinou que todos pudessem explorar as minas e separou a capitania de São Paulo e Minas de Ouro da jurisdição do Rio de Janeiro. Muitos paulistas partiram para Goiás e Mato Grosso, onde acabaram descobrindo novas jazidas de ouro.

✓ **Guerra dos Mascates** – Pernambuco (1710–1711) – com a decadência do açúcar, os outrora poderosos senhores de engenho, que moravam em Olinda, foram se endividando com os portugueses que habitavam em Recife, que, aliás, dependia das leis vindas da Câmara de Olinda. Os olindenses denominavam os recifenses de “mascates”, que, por sua vez, chamavam os olindenses de “pés-rapados”. O conflito se agravou quando Recife obteve autonomia em relação a Olinda. Os olindenses, liderados por Bernardo Vieira de Melo, atacaram Recife, provocando a imediata reação dos “mascates”, liderados por João da Mota. O conflito só terminou com o perdão de parte das dívidas dos senhores de engenho e com a ascensão de Recife como capital da Capitania.

✓ **Revolta de Felipe dos Santos** – Vila Rica (1720) – foi provocada pelos elevados preços cobrada pelos comerciantes portugueses e, principalmente, pela criação das Casas de Fundição. Os rebeldes entregaram uma lista ao governador Conde de Assumar, contendo uma série de exigências, tais como, diminuição dos impostos (inclusive sobre o ouro), e o fim do monopólio que os comerciantes portugueses possuíam sobre o sal, o fumo e a aguardente. Assumar fingiu concordar com tudo, mas quando a situação se acalmou, mandou prender os líderes, entre eles, Felipe dos Santos, que foi enforcado e esquartejado. Os demais foram enviados a Portugal e, logo depois, foram perdoados.

## Revoltas Separatistas

Buscavam a independência em relação a Portugal e suas causas gerais foram: influência do Iluminismo, o desejo do fim do monopólio, a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789).

As principais foram:

### ✓ **Inconfidência Mineira (1789)**

**Causas Locais:** Os impostos exagerados sobre a mineração, assim como, o violento aumento da fiscalização e da repressão na região mineradora.

**Líderes:** Domingos Vidal Barbosa, José Álvares Maciel, Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes), etc.

**Projetos:** Implantação de uma República inspirada nos Estados Unidos, cuja capital seria São João Del Rei e o primeiro presidente seria Tomás Antônio Gonzaga; criação do serviço militar obrigatório; fundação de uma universidade em Vila Rica; instalação de fábricas por todo o país; amparo às famílias numerosas; manutenção da escravidão.

O movimento deveria acontecer no dia da Derrama, mas os rebeldes foram delatados por Silvério dos Reis, Brito Malheiros e Correia Pamplona. Foram todos presos e submetidos a processo (Os Autos da Devassa), que durou três anos, e condenados à morte, mas apenas Tiradentes foi executado, pois todos os outros reconheceram que eram “culpados de traição” e foram degredados para a África.

### ✓ **Conjuração do Rio de Janeiro (1794)**

Em 1794, os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, liderados por Ildelfonso Costa Abreu, Silva Alvarenga, Mariano José Pereira da Fonseca e João Marques Pinto, foram presos por ordem do vice-rei Conde de Resende, acusados de conspiração contra a Coroa Portuguesa. Dois anos depois, foram libertados por falta de provas.

### ✓ **Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (1798)**

**Causas Locais:** Decadência econômica, aumento dos preços das mercadorias, aumento dos impostos, influência das duas revoltas populares de 1711, conhecidas como “Motins do Maneta” (João de Figueiredo Costa).

**Líderes:** Membros da Loja Maçônica Cavaleiros da Luz, Cipriano Barata, Lucas Dantas, Luiz Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira. Foi um movimento com grande participação popular e seus principais líderes eram pessoas pobres e negras (soldados, alfaiates, escravos, ex-escravos, etc).

**Projetos:** Implantar a República Baiense, inspirada na República Francesa; liberdade de comércio; fim da escravidão e do preconceito.

A revolta foi duramente reprimida e seus líderes mais pobres foram enforcados e esquartejados. Os demais líderes foram degredados ou presos e muitos foram anistiados depois.

## **Revoltas Coloniais – Brasil**

Ainda hoje, muitos historiadores pensam sobre como o Brasil conseguiu dar fim a dominação colonial exercida pelos portugueses.

O interesse pelo assunto promove uma discussão complexa que interliga as transformações intelectuais e políticas que tomaram conta do continente europeu e o comportamento das ideias que sustentaram a luta pelo fim da ingerência lusitana diretamente ligado ao poder. Por fim, tivemos que alcançar nossa autonomia graças ao interesse de sujeitos metropolitano.

No século XVIII, podemos observar que algumas revoltas foram fruto da incompatibilidade de interesses existente entre os colonos e os portugueses. Algumas vezes, a situação de conflito não motivou uma ruptura radical com a ordem vigente, mas apenas a manifestação por simples reformas que se adequassem melhor aos interesses locais. Usualmente, os livros de História costumam definir essas primeiras revoltas como sendo de caráter nativista.

Outras rebeliões desenvolvidas no mesmo século XVIII tomaram outra feição. As chamadas rebeliões separatistas pensavam um novo meio de se organizar a vida no espaço colonial a partir do banimento definitivo da autoridade lusitana. Em geral, seus integrantes eram membros da elite que se influenciaram pelas manifestações liberais que engendraram a Independência das Treze Colônias, na América no Norte, e a Revolução Francesa de 1789.

Mesmo preconizando os ideais iluministas e liberais, as revoltas acontecidas no Brasil eram cercadas por uma série de limites. O mais visível deles se manifestava na conservação da ordem escravocrata e a limitação do poder político aos membros da elite econômica local. Além disso, ao contrário do que apregoavam muitos historiadores, essas revoltas nem mesmo tinham a intenção de formar uma nação soberana ou atingir amplas parcelas do território colonial.

Entre os principais eventos que marcam a deflagração das revoltas nativistas, destacamos a Revolta dos Beckman (1684, Maranhão); a Guerra dos Emboabas (1707, Minas Gerais); a Guerra dos Mascates (1710, Pernambuco); e a Revolta de Filipe dos Santos (1720, Minas Gerais). As únicas revoltas separatistas foram a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, na região de Vila Rica, e a Conjuração Baiana, deflagrada em 1798, na cidade de Salvador.

### **Rebeliões Nativistas**

As pessoas aprendem ou interpretam as rebeliões coloniais em bloco, julgando, quase sempre, todos os eventos como uma prova incontestável do desejo e da luta pela romântica e patriótica autonomia política da nação.

De fato, várias revoltas, motins e conspirações marcaram o nosso passado colonial e revelavam a insatisfação dos colonos e a dificuldade de controle por parte das forças metropolitanas. Contudo, dizer que eles lutavam pela autonomia do nosso povo ou defendiam a construção de uma nação autônoma incorre em um grande equívoco. Afinal de contas, as ideias de povo ou nação brasileira nem sequer eram debatidos nos meios intelectuais da época.

Observando os primeiros conflitos ocorridos na colônia, observamos que a intenção fundamental era a de promover algumas mudanças nas exigências e práticas impostas pela metrópole. Em nenhum momento, as primeiras grandes revoltas, acontecidas entre os séculos XVII e XVIII, pretendiam extinguir o pacto colonial ou estabelecer a independência da América Portuguesa. Com isso, temos mais um argumento que vai contra a tradicional interpretação dada aos levantes decorridos no período colonial.

Conhecidos como Revoltas Nativistas, esses movimentos tiveram início no século XVII, momento em que diversas regiões da colônia enfrentavam sérias dificuldades econômicas provenientes da crise da economia açucareira. Adentrando o século XVIII, vemos que essas rebeliões persistem com a rigorosa fiscalização imposta por Portugal nessa mesma época. Entre as maiores rebeliões nativistas destacamos a Revolta de Beckman (1684), a Guerra dos Emboabas (1708), a Guerra dos Mascates (1710) e a Revolta de Filipe dos Santos (1720).

## **Rebeliões Separatistas**

A Independência do Brasil, notamos que os desejos pela emancipação apareceram anteriormente ao momento em que o Príncipe Regente, Dom Pedro I, realizou a proclamação de 1822. Ao longo do século XVIII, em um contexto em que a mineração tinha grande visibilidade econômica, os colonos se mostravam insatisfeitos com as exigências, cobranças e imposições estabelecidas pela Coroa Portuguesa.

Se por um lado contabilizamos a mudança política do governo português, também devemos destacar que essa insatisfação veio acompanhada por uma base de sustentação ideológica. Nesse sentido, surge a necessidade de salientarmos como o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos tiveram grande peso para que uma parte dos colonos projetasse o fim do pacto colonial. Já nessa época, alguns filhos de nossas elites se formavam em universidades europeias onde essas transformações eram propagadas.

Ao identificarmos as Rebeliões Separatistas, observamos que esse conjunto de fatores atuou em favor de levantes favoráveis à quebra do pacto colonial. Contudo, vale aqui frisar que esses movimentos não podem ser erroneamente julgados como eventos que lutaram pela formação de uma nação autônoma. No século XVIII, a emancipação de nosso extenso território ou o reconhecimento de uma pátria brasileira não se evidenciou na pauta dos revoltosos dessa época.

Por meio dessa afirmativa, realizamos a construção de outra perspectiva com relação ao significado da Inconfidência Mineira. Ocorrida em 1789, essa conspiração antimetropolitana não fez menção a nenhum desejo de libertação do nosso território. Focado no desenvolvimento de uma pátria mineira, a elite envolvida com esse movimento estabeleceu um projeto de emancipação que preservava o trabalho escravo em terras coloniais.

Tocada por essa mesma separação entre as elites e as camadas menos favorecidas, a Conjuração Baiana, de 1798, foi impulsionada por uma elite ilustrada que se afastou do movimento ao perceber que o mesmo passava a ser controlado por populares. Mesmo

não tendo um projeto amplo de emancipação, essa revolta teve grande importância ao tocar diretamente na questão da escravidão – um dilema que ainda perduraria por um bom tempo em nossa história.

Por fim, em 1817, observamos uma última revolta que se desenvolveu na capitania de Pernambuco, já conhecida pelo desenvolvimento de diversas situações de enfrentamento. Na chamada Revolução Pernambucana, temos o discurso iluminista e o socialismo utópico, fundamentando a fala de uma população desgastada com os altos impostos a serem pagos e as oscilações econômicas que marcavam o lugar. Mais uma vez, a reprimenda das cortes impediu o fortalecimento dessa situação de conflito.

## **Revoltas no Brasil Colonial**

Do fim do século XVII até o começo do século XIX, o Brasil passou por diversas revoltas que podem ser divididas, segundo suas características, em dois grupos: movimentos nativistas ou reformistas e movimentos emancipacionistas.

Até a primeira metade do século XVIII, diversos movimentos nativistas realizaram-se no Brasil. O que caracterizou esses movimentos foi a negação dos abusos portugueses sem, no entanto, contestar o domínio luso. Baseavam-se, portanto, na defesa dos interesses locais e regionais, porém sem questionar o Pacto Colonial.

Já os movimentos emancipacionistas, ocorridos da segunda metade do século XVIII ao primeiro quartel do XIX, tratou-se de revoltas contra a subordinação da colônia ao poder da Coroa portuguesa. Diante dos sinais de esgotamento do sistema colonial, estas tensões surgem lutando, principalmente, pela independência política da região que representavam.

Neste espaço trataremos das principais rebeliões pertencentes às duas categorias acima descritas e da ligação de cada uma destas com o contexto mundial da época.

## **Revoltas Nativistas**

Ocorridas num intervalo de aproximadamente 30 anos, as revoltas nativistas têm muito em comum. Nos links abaixo você poderá ler sobre a situação da Europa na época e um pouco mais sobre cada uma dessas manifestações.

## **Contexto Internacional**

Como já estudado, Portugal esteve sob domínio espanhol de 1580 a 1640. Durante esse período, os portugueses foram obrigados a participar de guerras contra os inimigos da Espanha: França, Holanda e Inglaterra. Isto lhe acarretou a perda de diversas colônias na África e no Oriente e invasões no território brasileiro, prejudicando a política mercantilista portuguesa. As principais dessas invasões foram as holandesas ocorridas no Nordeste açucareiro na região da Bahia, de 1624 a 1625, e na de Pernambuco, de 1630 a 1654, e que fizeram com que os portugueses perdessem o controle sobre uma importante área produtora de cana.

A situação portuguesa ainda só tendia a piorar. Na luta pela libertação da União das Coroas Ibéricas, Portugal contou com ajuda financeira inglesa, tornando-se economicamente dependente e submisso a essa potência. Além disso, também tiveram de arcar com a perda do controle do tráfico negreiro para a Holanda em 1641 e, treze

anos mais tarde, com as despesas adquiridas na briga contra o domínio holandês no Nordeste.

Os batavos, sem contar mais com o açúcar brasileiro, foram estabelecer-se nas Antilhas francesas e inglesas onde foram bem sucedidos na economia açucareira.

Em pouco tempo, a produção antilhana começou a concorrer com a brasileira, dando início a decadência do açúcar do Brasil.

Diante desse quadro tão desfavorável, só restava a Portugal intensificar a exploração de sua colônia de maior importância econômica, o Brasil, que mesmo sofrendo com a crise da comercialização da cana ainda era a base colonial do Reino. Essa intensificação consistia no arrocho colonial, determinando menor autonomia para a colônia e maior controle e exploração da mesma através de várias medidas como a implantação do Conselho Ultramarino, que resultou no aumento de poder dos governantes gerais (elevados a categoria de vice-reis em 1720), as Companhias de Comércio que asseguravam o monopólio português no comércio brasileiro, e a interferência nas Câmaras Municipais através de Juizes de Fora, nomeados pelo próprio rei, visando controlar a elite local.

Toda essa situação de enrijecimento do pacto colonial, a partir do fim do século XVII, gerou insatisfações, desencadeando os movimentos denominados nativistas ou reformistas.

#### ✓ **Revolta dos Beckman (1684)**

No Maranhão, por volta do século XVII, a situação econômica baseava-se na exploração das drogas do sertão e nas lavouras dos colonos. A mão-de-obra usada nessas plantações não podia ser a escrava negra, uma vez que a região maranhense era pobre e não tinha recursos para valer-se de tal mão-de-obra escassa e cara, restando como opção a escravização de indígenas. Já as drogas do sertão eram extraídas com mão-de-obra indígena, porém não escrava, uma vez que os índios, habitantes de missões jesuíticas, eram convencidos a fazê-lo por livre e espontânea vontade, a favor da comunidade onde viviam. Um impasse, porém, estabeleceu-se nessa situação quando os jesuítas conseguiram determinar junto a Portugal a proibição da escravização indígena, causando a insatisfação dos colonos e opondo os dois grupos. Tendo como um dos motivos amenizar a tensão entre agricultores e religiosos, o governo português estabeleceu, em 1682, uma Companhia de Comércio para o Estado do Maranhão, que tinha como finalidade deter o monopólio do comércio da região, vendendo os produtos europeus e comprando os locais, além de estabelecer um trato de fornecimento de escravos negros para a região. Esta, contudo, não foi a solução do problema uma vez que a Companhia vendia produtos importados a altos preços, oferecia pouco pelos artigos locais e não cumpria com o abastecimento de escravos, sendo marcada pelo roubo e pela corrupção.

O descontentamento da população, diante deste quadro, aumentava cada vez mais. Assim, chefiados por Manuel e Tomas Beckman, os colonos se rebelaram, expulsando os jesuítas do Maranhão, abolindo o monopólio da Companhia e constituindo um novo governo, que durou quase um ano. Com a intervenção da Coroa Portuguesa, foi nomeado um novo governador para a região. Este puniu os revoltosos com a condenação à prisão ou ao exílio dos mais envolvidos, a pena de morte para Manuel

Beckman e Jorge Sampaio e reintegrou os jesuítas no Maranhão. Dos objetivos da revolta o único que foi, de fato, alcançado com sucesso foi a extinção da Companhia de Comércio local.

“Não resta outra coisa senão cada um defender-se por si mesmo; duas coisas são necessárias: revogação dos monopólios e a expulsão dos jesuítas, a fim de se recuperar a mão livre no que diz respeito ao comércio e aos índios.” Manuel Beckman (1684)

### ✓ **Guerra dos Emboabas (1708)**

No fim do século XVII, os bandeirantes paulistas descobriram ouro na região das Minas Gerais, na época, região pertencente à capitania de São Vicente. Este ouro seria uma riqueza muito importante para Portugal e para todos os brasileiros, uma vez que, desde a crise da produção do açúcar, estes vinham buscando uma nova fonte de lucro. Pelo fato dos paulistas terem sido pioneiros na descoberta das jazidas de metais preciosos, julgavam-se no direito de possuir a exclusividade de extração destes, não aceitando que forasteiros, em sua maioria baiana e portuguesa, também se beneficiassem da atividade.

O nome emboabas, palavra vinda da língua tupi e que se referia a um determinado tipo de ave com pés emplumados, fora usado pelos paulistas, povo simples e rude, em menção pejorativa aos portugueses, que usavam botas, acessório incomum dentre os primeiros.

Estas discrepâncias entre bandeirantes, colonos da Bahia e portugueses acabaram desencadeando um conflito armado. Neste, os emboabas saíram vitoriosos, visto que estavam em maior número, possuíam mais e melhores armamentos e tinham o apoio do Estado Português, para o qual interessava que o maior número possível de mineradores explorasse a região, visto que quanto maior fosse a mineração, mais ouro seria extraído e conseqüentemente mais lucro teria a metrópole.

Para melhor administrar a região e encerrar o conflito, o Governo Português criou a capitania de São Paulo e das Minas. Voltando aos paulistas, derrotados, muitos abandonaram a região, dirigindo-se para Mato Grosso e Goiás, fato que implicou não só na descoberta de novas minas de ouro, como também na expansão territorial do domínio português na América.

### ✓ **Guerra dos Mascates (1710)**

Em Pernambuco, por volta do século XVIII, podiam-se destacar dois grupos sociais como os de maior importância. O primeiro deles era a aristocracia rural olindense, que, produtora de açúcar, vinha empobrecendo com a crescente desvalorização deste produto devido à crise açucareira. O segundo era o grupo de comerciantes recifenses, que estavam prosperando com o intenso comércio que se praticava na região e com os empréstimos que faziam a altos juros aos olindenses falidos. À medida que os mascates, apelido pejorativo dado pelos olindenses aos comerciantes do Recife, ganhavam

importância econômica, mais se incomodavam com a condição de subordinação política a Olinda, estabelecida pelo fato de ser apenas da segunda o título de Município, implicando que se localizasse e fosse comandada por esta a Câmara Municipal, força política de ambas regiões. Muito insatisfeito com a condição de freguesia de Olinda e com as decisões políticas que barganhavam as crescentes dívidas da elite rural, Recife busca a autonomia junto a Portugal. Inicialmente a Coroa pendeu para o lado dos proprietários de terra, mas não deixando de ignorar a importância cada vez maior dos comerciantes, o governo luso acabou por, em 1709, privilegiá-los, elevando a freguesia a categoria de município, com sua própria Câmara Municipal. Os olindenses, inconformados, invadem e dominam os recifenses, nomeando um governador. A reação local gera um conflito armado que prossegue até a chegada de um novo governador enviado pelo Reino. Este prende os principais envolvidos na revolta mantém a autonomia do Recife, que no ano seguinte viria a ser elevada a categoria de sede administrativa de Pernambuco.

### ✓ **Revolta de Felipe dos Santos (1720)**

A descoberta das jazidas de ouro e o início da extração aurífera na Brasil faziam surgir em Portugal a necessidade de uma administração que assegurasse os privilégios da metrópole, facilitasse a política fiscal e impusesse o absoluto controle sobre a mineração, impedindo o contrabando. A Revolta de Felipe dos Santos ou Levante de Vila Rica, ocorreu como consequência destes crescentes tributos. Visando impedir fraudes no transporte e no comércio do ouro em pó ou em pepitas, o governo real criou as Casas de Fundição, nas quais todo ouro extraído seria fundido e teria o quinto cobrado.

Também foi estabelecida uma rigorosa legislação com penas severíssimas a todos aqueles que fossem surpreendidos circulando com ouro bruto. Insatisfeitos com as novas medidas e com a opressiva tributação imposta à região, mais de 2000 mineradores, liderados por Felipe dos Santos, dirigiram-se ao governador de Minas Gerais.

Sem soldados suficientes para reprimir a revolta, o governador estrategicamente decidiu receber alguns revoltosos fingindo aceitar a revogação da instalação das Casas de Fundição e a diminuição das tributações. Deste modo ganhou tempo e quando conseguiu reunir forças militares suficientes prendeu todos os revoltosos punindo-os com rigor e violência e condenando à forca e ao esartejamento o líder Felipe dos Santos.

Sendo totalmente frustrada em seus objetivos, esta rebelião ainda implicou na separação das capitanias de São Paulo e Minas Gerais, intensificando a autoridade real sobre a região.

### **Revoltas Emancipacionistas**

Sendo influenciadas pelo ideal iluminista europeu, as revoltas emancipacionistas são o assunto desta seção.

Abaixo estão detalhados cada um destes importantes movimentos ocorridos no Brasil Colonial:

## ✓ **Contexto Internacional**

O século XVIII, na Europa, foi um período de transição da velha ordem monárquica, absolutista, mercantilista e testamental para uma ordem mais liberal burguesa. Essas transformações foram encabeçadas por países como França e Inglaterra, berços de novas ideologias que vinham de encontro aos princípios do Antigo Regime.

No plano filosófico, difundiram-se as ideias iluministas, que com o lema “liberdade, igualdade e fraternidade”, baseavam-se no princípio de que todo homem podia aprender e agir com sua própria consciência, condenando a submissão total ao Estado e exaltando valores como o individualismo, o livre arbítrio, a liberdade de expressão e a propriedade privada. Influenciados por esta doutrina, muitos movimentos eclodiram na Europa. O primeiro deles foi a Revolução Industrial que impulsionou a burguesia e representou a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, difundindo a doutrina do liberalismo. Outro movimento de influências Iluministas foi a Revolução Francesa que, também com bases liberais, fez a burguesia chegar ao poder. Toda essa movimentação na Europa teve como consequência inicial a Independência dos Estados Unidos, que foi o primeiro forte indício da decadência do sistema colonial e o ato responsável pela divulgação do Regime Republicano na América.

Todos estes acontecimentos e novos pensamentos circulantes chegavam ao Brasil através de um hábito da época que era o de jovens da elite colonial brasileira viajarem para a Europa para completar seus estudos, em sua grande maioria na universidade de Coimbra. Lá, entravam em contato com todas estas novas ideias e vinham divulgá-las na colônia ao retornarem. Em um Brasil sufocado pela intensa exploração da Coroa Portuguesa, tais ideais foram muito bem aceitos, servindo como fonte de inspiração para a ocorrência de algumas revoltas, cujas propostas revolucionárias foram estruturadas sobre o desejo de emancipação política da sua área de ocorrência.

## ✓ **Inconfidência Mineira (1789)**

Na segunda metade do século XVII, a mineração começou a entrar em decadência, surgindo os primeiros sinais de esgotamento do ouro. Nessa época, a colônia já nem mais conseguia arrecadar com a cobrança do quinto as cem arrobas de ouro anuais exigidas pela Coroa Portuguesa que, mesmo diante deste quadro, no qual era quase impossível para os mineiros pagar tantas taxas, não diminuía a alta tributação que aplicava sobre o metal extraído. Pelo contrário, o governo real, em 1765, ainda criou a derrama, novo imposto que visava alcançar a meta anual de ouro através da apropriação de pertences da população mineira. Inconformados, um grupo de colonos da elite de Vila Rica iniciou reuniões secretas com o objetivo de conspirar contra Portugal e preparar uma revolta.

A proposta revolucionária do grupo era muito baseada nas ideias e acontecimentos de caráter iluminista que vinham ocorrendo na Europa e englobavam medidas como a emancipação política entre Brasil e Portugal, com a adoção de um sistema republicano; a obrigatoriedade do serviço militar; o apoio à industrialização; a criação de uma universidade em Vila Rica.

Os inconfidentes haviam decidido que o movimento ocorreria no dia da derrama e pretendiam aprisionar o representante do governo português da região.

Segundo o plano, Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier, iria ao Rio de Janeiro para a divulgação do movimento, porém, três conspiradores, sendo o mais famoso deles Joaquim Silvério dos Reis, denunciaram a revolta a autoridades portuguesas que suspenderam a derrama, expediu ordem de prisão aos conjurados e aprisionou Tiradentes, que estava a caminho do Rio. Este foi o único dos envolvidos que assumiu responsabilidade no movimento, recebendo como pena o enforcamento e o esquartejamento. As partes do corpo de Tiradentes foram distribuídas pelas cidades onde este esteve pedindo apoio e sua cabeça foi exposta em Vila Rica, na intenção de intimidar o acontecimento de novas rebeliões.

O fracasso da Inconfidência Mineira deveu-se principalmente à falta de apoio popular ao movimento, organizado somente entre a elite, e à falta de organização militar. De qualquer forma, apesar de não ter passado de uma conspiração, esta foi o principal movimento emancipacionista ocorrido no Brasil.

“Ouro branco! Ouro preto! Ouro podre!  
De cada ribeirão trepidante e de cada recosto  
De montanha o metal rolou na cascalhada  
Para fausto d’El-Rei: para a glória do imposto  
Que restou do esplendor de outrora? Quase nada:  
Pedras” ... Templos que são fantasmas ao sol-posto.”

Manoel Bandeira – Ouro Preto – Lira dos 50 anos

### ✓ **Conjuração Baiana (1798)**

Após 1763, quando a capital brasileira foi transferida para o Rio de Janeiro, Salvador entrou em sérias dificuldades econômicas. Lá, as diferenças sociais eram contrastantes, havendo por um lado ricos comerciantes portugueses e grandes proprietários, com a maioria da população, submetida à opressão tributativa e preconceitos raciais e sociais. O descontentamento do povo havia ganhado força com as informações que chegavam, principalmente, sobre a fase popular da Revolução Francesa e sobre a independência do Haiti.

Foi fundada então em Salvador a “Academia dos Renascidos”, uma associação literária que discutia os ideais do iluminismo e os problemas sociais que afetavam a população. A Conjuração Baiana surgiu com as discussões promovidas por esta associação, que por contar com a participação de negros e mulatos, artesãos, pequenos comerciantes, escravos, alfaiates e libertos ficou também conhecida como Revolta dos Alfaiates. O movimento pretendia o fim da escravidão, a emancipação política de Portugal, a proclamação de uma república democrática e a igualdade social.

Em 12 de agosto de 1798, a cidade de Salvador amanheceu com cartazes revolucionários espalhados por diversas igrejas, estabelecimentos comerciais e residências. A repressão contra o movimento foi imediata. Houve a decretação da devassa pelo governador e a prisão e enforcamento dos principais envolvidos.

## ✓ **Revolução Pernambucana (1817)**

Em 1808, fugindo dos franceses, a família real portuguesa veio abrigar-se no Brasil e, para manter os luxos que a sua corte tinha em Portugal, foram ainda mais elevados os impostos cobrados sobre a colônia. A população desta, que já se encontrava em uma situação difícil por não ter nenhum produto em ascendência comercial, ficou revoltada com este aumento tributário. Então, grupos populares e de classe média pernambucana organizaram um movimento pró-independência e república.

Os revoltosos chegaram a derrubar o governador e implantar um novo governo, acabando com a tributação, dando liberdade de imprensa e religião. Os envolvidos discordavam quanto ao tópico escravidão, não tendo chegado a nenhuma conclusão. Esta e outras divergências internas enfraqueceram o movimento, que sucumbiu quando foi cercado por mar e por terra por tropas portuguesas, que prenderam ou executaram os envolvidos.

A Revolução Pernambucana de 1817 contribuiu decisivamente para a independência brasileira, ocorrida pouco mais tarde, em 1822.

### **Paralelo com a atualidade**

Mudam-se as épocas e os contextos, porém focos de insatisfação com características da sociedade, da política ou da economia sempre se fazem presentes. Do período colonial até hoje, em muitas ocasiões os brasileiros de várias regiões uniram-se na tentativa de concretizar mudanças que julgavam necessárias. No entanto, o que mais diferencia estas mobilizações são os modos pelos quais elas ocorrem.

No Brasil-Colônia, em geral, as reivindicações realizavam-se de modo desorganizado, havendo contradições de interesses entre os grupos envolvidos e a distinção entre revoltas das camadas populares e da elite, visto que esta segunda temia pedir apoio aos primeiros para não ter que atender suas reivindicações como terra, fim da escravidão, melhores condições de vida etc., as manifestações, quando chegavam a acontecer, davam-se violentamente, buscando alcançar seus objetivos através da força física. A opressão destas revoltas por parte da Coroa Portuguesa também era igualmente agressiva, realizada de modo tirânico, sem dar espaço a eventuais negociações ou acordos.

Já atualmente, as contestações são feitas de modo muito mais organizado. Normalmente as pessoas unem-se e protestam através de greves e passeatas. Buscam por meio da argumentação e negociação atingir suas metas. O governo, por sua vez, também modificou sua maneira de reagir a estas manifestações, passando a tentar propor acordos ou fazer concessões que venham a beneficiar ambas as partes.

Mas o que levou de fato a essas diferentes maneiras de demonstrar descontentamento?

A resposta para esta pergunta também acaba evidenciando outro fato, do qual, às vezes, não nos damos conta: o de quanto é forte influência da política sobre nosso modo de viver e de agir. Quando colônia, o Brasil era regido por um Estado Absolutista, no qual todo o poder concentrava-se na mão de um só governante, determinado por hereditariedade. Para esse tipo de regime, não é importante a vontade e a satisfação popular sendo, portanto praticamente nulo o interesse da Coroa pela opinião e

sentimentos da população. Sem espaço e até mesmo sem outra opção para expor o que lhes desagradava, só mesmo restava a eventuais grupos descontentes chamar atenção para suas causas através de revoltas, lutas, invasões, etc. E, diante dessas rebeliões, o governo, poder único e majoritário, tinha como único objetivo abafá-las para assegurar sua autoridade, derramando para isto o sangue que fosse necessário e na maioria das vezes não dando a mínima atenção ou importância às reclamações dos revoltosos. O grande trunfo do regime atual, a república, para assegurar que haja respeito às ideias e à integridade do povo é o fato de os governantes atuais dependerem do voto popular para serem eleitos. Atualmente, o governo, para manter-se precisa preocupar-se com o bem-estar de todo seu povo, respeitando e ouvindo todas as suas exigências e tentando solucionar eventuais mobilizações, não com represálias brutas, mas sim com diplomacia e acordos, visando conservar sua popularidade.

Não se pode afirmar que hoje a população conquista todas as melhorias pelas quais protesta, nem mesmo que têm seus desejos como prioridade governamental, porém, o progresso, assim como o tempo, não para e desejamos que com mais alguns anos o Brasil livre-se das falhas de sua política (com um destaque para a vergonhosa corrupção), alcançando, conseqüentemente, o molde de uma sociedade ideal.

### Compreensão

Produza na tabela, comparando as Revoltas Coloniais apresentadas, caso seja necessário, faça uma pesquisa.

Revolta	Revolta de Vila Rica (1720)	Conjuração Mineira (1789)	Conjuração Baiana (1798)
Motivo Principal			
Reivindicações			
Organizações			
Sentença de aos líderes			

2. Leia o texto e responda as questões.

A segunda metade do século XVIII foi marcada por intensas transformações na história. No Brasil, não foi diferente, e em 1798, o mês de Agosto ficou marcado como um dos mais importantes para o movimento negro brasileiro. Foi de 12 a 25 de Agosto daquele ano que negros e mestiços comandaram uma das maiores manifestações populares em busca de democracia, igualdade e melhores condições de vida para todos os brasileiros (...).

a) A qual evento histórico o texto faz referências?

---



---

b) Em sua opinião, por que esse evento é importante para o movimento negro no Brasil, atualmente?

---

---

3. Complete as frases com as palavras.

Quilombos – fugas – resistência

a) Houve muita \_\_\_\_\_ á escravidão no Brasil tanto por parte dos indígenas como dos africanos e seus descendentes.

b) Entre as principais maneiras de resistir á escravidão estavam as \_\_\_\_\_.

c) Ao fugiram do domínio de seus senhores, muitos escravos procuravam formar \_\_\_\_\_.

4. Faça um desenho representando a estrutura de um engenho.

## Capítulo 3

### De Colônia a País Independente

#### Corte Portuguesa no Brasil

No início do século XIX, a política expansionista de Napoleão Bonaparte altera o equilíbrio político da Europa. O imperador tenta impor a supremacia da França sobre os demais países. A Inglaterra resiste e Napoleão decreta o chamado bloqueio continental: a proibição, sob a ameaça das armas, de os demais países do continente negociar com a Inglaterra.

Portugal tenta uma política de neutralidade, mas continua negociando com os ingleses. Em represália, o imperador francês ordena a invasão de Portugal pelas tropas do general Jean Junot. Firma com a Espanha o Tratado de Fontainebleau (1807), que reparte o território português entre os dois países, dividindo-o em dois reinos, Lusitânia e Algarves.

Essa divisão não é posta em prática, mas a ameaça de uma invasão francesa faz com que a família real portuguesa se transfira para o Brasil.

#### Fuga da Família Real

Em outubro de 1807 os governos português e inglês assinam um acordo secreto em que a Inglaterra se compromete a ajudar a nobreza em fuga. Começa, então, o que os historiadores caracterizam como o momento do “salve-se quem puder”. A notícia da fuga da família real espalha-se, e Lisboa é tomada pelo caos. Apavorada, a população da cidade sai às ruas para protestar contra os governantes que não hesitam em deixá-la entregue à própria sorte.

#### Séquito Real

Dia 29 de novembro, depois de vários incidentes, a esquadra real parte de Lisboa escoltada por navios de guerra ingleses. Vários nobres morrem afogados ao tentar alcançar a nado os navios superlotados. Nas 36 embarcações, o príncipe-regente dom João, a família real e seu séquito, estimado em 15 mil pessoas, trazem joias, peças de ouro e prata e a quantia de 80 milhões de cruzados, o equivalente à metade do dinheiro circulante no reino. Em janeiro de 1808, a frota lusa chega à Bahia. O Brasil passa a ser sede da monarquia portuguesa.

#### Dom João VI (1767-1826)

Filho da Rainha Dona Maria I e do Príncipe Dom Pedro III, herda o direito ao trono com a morte do primogênito Dom José.

Em 1785, casa-se com Dona Carlota Joaquina, uma das herdeiras do trono espanhol. Dom João assume a regência de Portugal em 1792, quando sua mãe enlouquece e enfrenta conflitos internos e externos durante todo o seu governo.

Na França, Luís XVI é executado pelos revolucionários e as monarquias europeias temem destino semelhante. Na Corte Portuguesa, Dom João sofre constantes tentativas de golpes tramados pela esposa e pelo filho, Dom Miguel.

No Brasil, Dona Carlota tenta derrubar Dom João e conspira com diferentes grupos da nobreza espanhola. Pretende conquistar a Coroa da Espanha, unir os dois reinos e tornar-se imperatriz das Américas.

Quando Dom João, de volta a Portugal, submete-se ao regime constitucionalista, Dona Carlota e Dom Miguel assumem a luta pela autonomia do trono frente às Cortes. Prendem Dom João durante uma revolta em Lisboa, em 1824. O rei foge sob a proteção dos ingleses e manda prender a esposa e o filho. Isolado na Corte, morre dois anos depois.

### **A Corte no Rio de Janeiro**

Em 7 de março de 1808, a corte se transfere para o Rio de Janeiro. No primeiro momento, a mudança provoca grandes conflitos com a população local. A pequena cidade, com apenas 46 ruas, 19 largos, seis becos e quatro travessas, não tem como acomodar de uma hora para outra os 15 mil novos habitantes.

Para resolver o problema, os funcionários reais recorrem à violência, obrigando os moradores das melhores casas a abandoná-las a toque de caixa. A senha P.R. (Príncipe-Regente), inscrita nas portas das casas escolhidas, passa a ter para o povo o sentido pejorativo de “ponha-se na rua”. Apesar dos contratemplos iniciais, a instalação da realza ajuda a tirar a capital da letargia econômica e cultural em que está mergulhada.

### **Novas Instituições**

Toda a burocracia administrativa do Estado Português é remontada no Brasil. Para fazer frente às novas despesas é criado, em 1808, o primeiro Banco do Brasil. Sua função é obter fundos para cobrir os gastos suntuários da Corte, pagar os soldados e promover transações comerciais. Instalam-se o Erário Régio, depois transformado em Ministério da Fazenda; o Conselho de Estado; a Junta de Comércio; a Intendência Geral da Polícia; o Desembargo do Paço; a Mesa de Consciência e Ordens (ou tribunal) e a Junta Real de Agricultura e Navegação.

### **Repercussões Econômicas**

Logo ao chegar, Dom João decreta a abertura dos portos às nações amigas, abolindo o monopólio comercial luso. A vida econômica muda radicalmente. O Séquito Real amplia a demanda de bens de consumo e aumenta as despesas públicas. O comércio se diversifica com a inundação de produtos estrangeiros suntuários e o príncipe toma medidas de incentivo à indústria.

### **Estímulo às Manufaturas**

Dom João revoga o alvará de 1785, que proibia as manufaturas brasileiras e autoriza a instalação de tecelagens, fábricas de vidro e de pólvora, moinhos de trigo e uma fundição de artilharia. Também facilita a vinda de artesãos e profissionais liberais europeus, inclusive médicos e farmacêuticos. Dez anos depois da chegada da corte ao Brasil, a população do Rio de Janeiro aumentam de 50 mil para 100 mil habitantes.

### **Presença Inglesa no Brasil**

Até 1814 a abertura dos portos beneficia exclusivamente a Inglaterra, que praticamente monopoliza o comércio com o Brasil. Outros tratados firmados por Dom João em 1810, o de Amizade e Aliança e o de Comércio e Navegação consolidam ainda

mais a presença inglesa na colônia. O Tratado de Comércio, por exemplo, fixa a taxa de 15% para todas as importações inglesas e de 24% para as de outras nações.

## **Abertura Cultural**

Com a corte no Brasil, dom João toma várias iniciativas para estimular a educação, a ciência e as artes na colônia. Promove várias missões culturais, com a vinda de cientistas e artistas franceses, alemães e ingleses: o pintor e escritor francês Jean-Baptiste Debret, o botânico francês Auguste Saint-Hilaire, o naturalista alemão Karl Friedrich Von Martius, o pintor alemão Johann Moritz Rugendas e o naturalista e geólogo britânico John Mawe.

## **Centros Culturais**

Foi criada a primeira escola superior, a Médico-cirúrgica, em Salvador, em 18/2/1808; a Academia da Marinha, em 5/5/1808, e a Academia Militar do Rio de Janeiro, em 4/12/1808; e a primeira Biblioteca Pública (atual Biblioteca Nacional), também no Rio de Janeiro, em 13/5/1811. Cultura e ciências são também estimuladas com a criação do Jardim Botânico e da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (depois Academia de Belas Artes), em 4/12/1810.

## **D.João VI e a Família Real Portuguesa no Brasil (1808)**

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil representou um passo importante para a nossa futura independência política. Na primeira década do século XIX, as forças militares de Napoleão Bonaparte, tomaram a Europa, em nome dos ideais democráticos da Revolução Francesa.

Napoleão tinha a intenção de dominar a Europa dividindo o continente entre aliados e amigos da França. Essa divisão foi levada radicalmente em 1806, quando foi declarado o Bloqueio Continental por meio do qual pretendia sufocar a economia inglesa, que era principal adversário francês.

O Bloqueio Continental foi instituído através de um decreto de Napoleão Bonaparte, assinado em 1806, proibindo os países europeus de receberem navios ingleses em seus portos e de venderem produtos a Inglaterra.

Com essa medida Napoleão Bonaparte pretendia enfraquecer a Inglaterra, privando-a de seus mercados consumidores e de suas fontes de abastecimentos. Aliado fiel do Império Britânico, Portugal viu-se no meio de um grave conflito internacional. Não podia virar as costas a Inglaterra, nem afrontar o Bloqueio Napoleônico.

A situação interna de Portugal apresentava dificuldades administrativas e políticas: falta de orientação do regente D. João nos assuntos de governo e divergência entre os partidários monárquicos e liberais. No plano externo a situação era bastante grave, devido ao expansionismo napoleônico e as ameaças a Portugal.

Muitas instituições foram inauguradas no Rio de Janeiro para abrigar e manter o funcionamento da sede do governo a partir de 1808, tais como:

- ✓ **Imprensa Régia** – foi a primeira editora do Brasil, fundada em 1808 para publicar livros e documentos oficiais do governo.
- ✓ **Real Horto** – criado em 1808 para o estudo e a adaptação de plantas de diferentes espécies ao clima tropical do Brasil.

- ✓ **Banco do Brasil** – fundado em 1809, foi o primeiro banco a funcionar no Brasil.
- ✓ **Real Biblioteca** – foi trazida de Portugal para o Brasil e, a partir de 1810, foi instituída com um acervo composto de cerca de 60 mil peças, entre livros, mapas, gravuras, manuscritos e outros.

## Compreensão

Leia o texto e responda as questões.

### A vinda da Família Real para o Brasil

A Família Real nunca tinha vindo visitar o Brasil desde o descobrimento. Somente em 1808, D. João resolveu que a Família Real Portuguesa e a corte teriam que vir para o Brasil.

O que motivou essa mudança foi a guerra entre ingleses e franceses, em que Napoleão Bonaparte ameaçou invadir Portugal.

Neste período quem governava Portugal era o Príncipe Regente D. João, que governava em nome de sua mãe D. Maria I que estava muito doente.

O fato principal não foi só a vinda da Família Real, mas a transferência da sede do governo para o Brasil.

A Família Real foi recebida em Salvador com muita festa. Mas um mês depois a sede do governo foi mudada para o Rio de Janeiro. Com a sua chegada, os benefícios foram os seguintes: a abertura dos portos às nações amigas; instalações de fábricas; criação da imprensa régia; criação do Banco do Brasil; casa da moeda, do Jardim Botânico, da Biblioteca e do Teatro Real, e das escolas de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro.

O Brasil foi elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. No ano seguinte com a morte de D. Maria I, D. João tornou-se rei do Brasil e de Portugal e recebeu o título de D. João VI.

Todos os brasileiros estavam felizes com a permanência do rei. Já os portugueses, com a retirada das tropas francesas do território, exigiam a volta do Rei para Portugal.

Em 1821 o rei cedeu às exigências dos portugueses e voltou a Portugal, deixando seu filho D. Pedro como Príncipe-Regente.

## Compreensão

1. Em que ano a Família Real veio para o Brasil?

---

---

2. Qual o motivo para a Família Real vir morar no Brasil?

---

---

3. Quem governava Portugal nesta época? Por quê?

---

---

4. Onde desembarcou a Família Real no Brasil?

---

---

5. Onde foi fixada a sede do governo?

---

---

6. Cite pelo menos três benefícios trazidos para o Brasil pela vida da Família Real.

---

---

7. O que aconteceu em 1815?

---

---

8. O que aconteceu em 1816?

---

---

9. O que aconteceu em 1821?

---

---

## Independência do Brasil



A Independência do Brasil, enquanto processo histórico desenhou-se muito tempo antes do príncipe regente Dom Pedro I proclamar o fim dos nossos laços coloniais às margens do Racho Ipiranga.

De fato, para entendermos como o Brasil se tornou uma nação independente, devemos perceber como as transformações políticas, econômicas e sociais inauguradas com a chegada da família da Corte Lusitana ao país abriram espaço para a possibilidade da independência.

A chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil foi episódio de grande importância para que possamos iniciar as justificativas da nossa independência. Ao pisar em solo brasileiro, Dom João VI tratou de cumprir os acordos firmados com a Inglaterra, que se comprometera em defender Portugal das tropas de Napoleão e escoltar a Corte Portuguesa ao litoral brasileiro. Por isso, mesmo antes de chegar à capital da colônia, o rei português realizou a abertura dos portos brasileiros às demais nações do mundo.

Do ponto de vista econômico, essa medida pode ser vista como um primeiro “grito de independência”, onde a colônia brasileira não mais estaria atrelada ao monopólio comercial imposto pelo antigo Pacto Colonial. Com tal medida, os grandes produtores agrícolas e comerciantes nacionais puderam avolumar os seus negócios e viver um tempo de prosperidade material nunca antes experimentado em toda história colonial. A liberdade já era sentida no bolso de nossas elites.

Para fora do campo da economia, podemos salientar como a reforma urbanística feita por Dom João VI promoveu um embelezamento do Rio de Janeiro até então nunca antes vivida na capital da colônia, que deixou de ser uma simples zona de exploração para ser elevada à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. Se a medida prestigiou os novos súditos tupiniquins, logo despertou a insatisfação dos portugueses que foram deixados à mercê da administração de Lorde Protetor do exército inglês.

Essas medidas, tomadas até o ano de 1815, alimentaram um movimento de mudanças por parte das elites lusitanas, que se viam abandonada por sua antiga autoridade política. Foi nesse contexto que uma revolução constitucionalista tomou conta dos quadros políticos portugueses em agosto de 1820. A Revolução Liberal do Porto tinha como objetivo reestruturar a soberania política portuguesa por meio de uma reforma liberal que limitaria os poderes do rei e reconduziria o Brasil à condição de colônia.

## Dom Pedro I

Os revolucionários lusitanos formaram uma espécie de Assembleia Nacional que ganhou o nome de “Cortes”. Nas Cortes, as principais figuras políticas lusitanas exigiam que o rei Dom João VI retornasse à terra natal para que legitimasse as transformações políticas em andamento. Temendo perder sua autoridade real, D. João saiu do Brasil em 1821 e nomeou seu filho, Dom Pedro I, como príncipe regente do Brasil.

## Primeiro Reinado

### Dom Pedro I

O Primeiro Reinado foi o período inicial do Império, estende-se da Independência do Brasil, em 1822, até a abdicação de Dom Pedro I, em 1831.

Aclamado primeiro imperador do país a 12 de outubro de 1822, Dom Pedro I enfrenta a resistência de tropas portuguesas.

Ao vencê-las, em meados do ano seguinte, consolida sua liderança.

Seu primeiro ato político importante é a convocação da Assembleia Constituinte, eleita no início de 1823. É também seu primeiro fracasso: devido a uma forte divergência entre os deputados brasileiros e o soberano, que exigia um poder pessoal superior ao do Legislativo e do Judiciário, a Assembleia é dissolvida em novembro.

A Constituição é outorgada pelo imperador em 1824. Contra essa decisão rebelam-se algumas províncias do Nordeste, lideradas por Pernambuco. A revolta, conhecida pelo nome de Confederação do Equador, é severamente reprimida pelas tropas imperiais.

Embora a Constituição de 1824 determine que o regime vigente no país seja liberal, o governo é autoritário. Frequentemente, Dom Pedro impõe sua vontade aos políticos. Esse impasse constante gera um crescente conflito com os liberais, que passam a vê-lo cada vez mais como um governante autoritário. Preocupa também o seu excessivo envolvimento com a política interna portuguesa. Os problemas de Dom Pedro I agravam-se a partir de 1825, com a entrada e a derrota do Brasil na Guerra da Cisplatina.

A perda da Província da Cisplatina e a Independência do Uruguai, em 1828, além das dificuldades econômicas levam boa parte da opinião pública a reagir contra as medidas personalistas do imperador.

## Sucessão em Portugal

Além disso, após a morte de seu pai Dom João VI, em 1826, Dom Pedro envolve-se cada vez mais na questão sucessória em Portugal. Do ponto de vista português, ele continua herdeiro da Coroa. Para os brasileiros, o imperador não tem mais vínculos com a antiga colônia, porque, ao proclamar a Independência, havia renunciado à



herança lusitana. Depois de muita discussão, formaliza essa renúncia e abre mão do trono de Portugal em favor de sua filha Maria da Glória.

Ainda assim, a questão passa a ser uma das grandes bandeiras da oposição liberal brasileira. Nos últimos anos da década de 1820, esta oposição cresce. O governante procura apoio nos setores portugueses instalados na burocracia civil-militar e no comércio das principais cidades do país.

Incidentes políticos graves, como o assassinato do jornalista opositor Lúcio Buarque de Macedo em São Paulo, em 1830, reforçam esse afastamento: esse crime é cometido a mando de policiais ligados ao governo imperial e Dom Pedro é responsabilizado pela morte.

Sua última tentativa de recuperar prestígio político é frustrada pela má recepção que teve durante uma visita a Minas Gerais na virada de 1830 para 1831. A intenção era costurar um acordo com os políticos da província, mas é recebido com frieza. Alguns setores da elite mineira fazem questão de ligá-lo ao assassinato do jornalista.

Revoltados, os portugueses instalados no Rio de Janeiro promovem uma manifestação pública em desagravo ao imperador. Isso desencadeia uma retaliação dos setores antilusitanos. Há tumultos e conflitos de rua na cidade. Dom Pedro fica irado e promete castigos. Mas não consegue sustentação política e é aconselhado por seus ministros a renunciar ao trono brasileiro. Ele abdica em 7 de abril de 1831 e retorna a Portugal.

O Período Regencial é uma época da História do Brasil entre os anos de 1831 e 1840. Quando o imperador D. Pedro I abdicou do poder em 1831, seu filho e herdeiro do trono D. Pedro de Alcântara tinha apenas 5 anos de idade. A Constituição brasileira do período determinava, neste caso, que o país deveria ser governado por regentes, até o herdeiro atingir a maioridade (18 anos).

### **Regentes que governaram o Brasil no período**

- ✓ **Regência Trina Provisória** (1831) – regentes Lima e Silva, Senador Vergueiro e Marquês de Caravelas.
- ✓ **Regência Trina Permanente** (1831 a 1835) – teve como regentes: José da Costa Carvalho, João – Bráulio Moniz e Francisco de Lima e Silva.
- ✓ **Regência Una de Feijó** (1835 a 1837) – teve como regente Diogo Antônio Feijó.
- ✓ **Regência Interina de Araújo Lima** (1837) – teve como regente Pedro de Araújo Lima.
- ✓ **Regência Una de Araújo Lima** (1838 a 1840) – teve como regente Pedro de Araújo Lima.

### **Um Período Tumultuado**

O Brasil passou por uma grave crise políticas e diversas revoltas durante o Período Regencial.

## Crise Política

A crise política deveu-se, principalmente, a disputa pelo controle do governo entre diversos grupos políticos: Restauradores (defendiam a volta de D. Pedro I ao poder); Moderados (voto só para os ricos e continuação da Monarquia) e Exaltados (queriam reformas para melhorar a vida dos mais necessitados e voto para todas as pessoas).

### Revoltas

As revoltas ocorrem basicamente por dois motivos: más condições de vida de grande parte da população (mais pobres) e vontade das elites locais em aumentar seu poder e serem atendidas pelo governo.

### Principais Revoltas do período

- ✓ **Cabanagem** (1835 a 1840) – motivada pelas péssimas condições de vida em que vivia a grande maioria dos moradores da província do Grão-Pará.
- ✓ **Balaiada** (1838–1841) – ocorreu na província do Maranhão. A causa principal foi a exploração da população mais pobre por parte dos grandes produtores rurais.
- ✓ **Sabinada** (1837-1838) – ocorreu na província da Bahia. Motivada pela insatisfação de militares e camadas médias e ricas da população com o governo regencial.
- ✓ **Farroupilha** (1835) – teve como líder Bento Gonçalves, eles estavam insatisfeitos com a taxa sobre o gado na fronteira Brasil – Uruguai.

### Golpe da Maioridade e fim do Período Regencial

Os políticos brasileiros e grande parte da população acreditavam que a grave crise que o país enfrentava era fruto, principalmente, da falta de um imperador forte e com poderes para enfrentar a situação. Em 23 de julho de 1840, com apoio do Partido Liberal, foi antecipada pelo Senado Federal a maioridade de D. Pedro II (antes de completar 14 anos) e declarado o fim das regências.

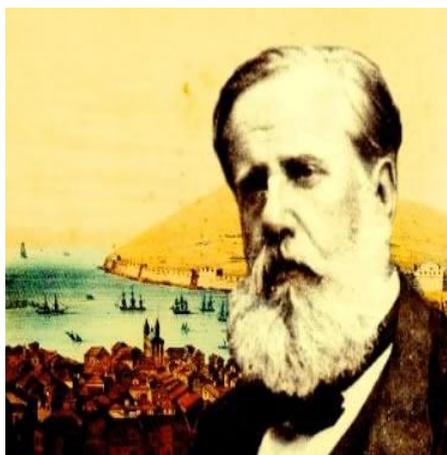
Esse episódio ficou conhecido como o Golpe da Maioridade. Foi uma forma encontrada pelos políticos brasileiros de dar poder e autoridade ao jovem imperador para que as revoltas pudessem ser debeladas e a ordem restaurada no Brasil.

### Segundo Reinado

Dom Pedro II, um Imperador em meio às transformações de um longo governo. O Segundo Reinado iniciou-se com a declaração de maioridade de Dom Pedro II, realizada no dia 23 de julho de 1840.

Na época, o jovem imperador tinha apenas quatorze anos de idade e só conseguiu ocupar o posto máximo do poder executivo nacional graças a um bem arquitetado golpe promovido pelos grupos políticos liberais.

Até então, os conservadores (favoráveis à centralização política) dominaram o cenário político nacional.



Antes do novo regime monárquico, o período regencial foi caracterizado por uma política conservadora e autoritária que fomentou diversas revoltas no Brasil. As disputas políticas do período e o desfavor promovido em torno do autoritarismo vigente permitiram que a manobra em favor de Dom Pedro de Alcântara tivesse sustentabilidade política.

Nos quarenta e nove anos subsequentes o Brasil esteve na mão de seu último e mais longo monarca. Para contornar as rixas políticas, Dom Pedro II contou com a criação de dispositivos capazes de agraciar os dois grupos políticos da época. Liberais e conservadores, tendo origem em uma mesma classe socioeconômica, barganharam a partilha de um poder repleto de mecanismos onde a figura do imperador aparecia como um “intermediário imparcial” às disputas políticas.

Ao mesmo tempo em que se distribuía ministérios, o rei era blindado pelos amplos direitos do irrevogável Poder Moderador. A situação contraditória, talvez de maneira inesperada, configurou um período de relativa estabilidade.

Depois da Revolução Praieira, em 1847, nenhuma outra rebelião interna se impôs contra a autoridade monárquica. Por quê? Alguns historiadores justificam tal condição no bom desempenho de uma economia impulsionada pela ascensão das plantações de café. No entanto, esse bom desempenho conviveu com situações delicadas provindas de uma economia internacional em plena mudança.

O tráfico negreiro era sistematicamente combatido pelas grandes potências, tais como a Inglaterra, que buscava ampliar seus mercados consumidores por aqui. A partir da segunda metade do século XIX, movimentos abolicionistas e republicanos ensaiavam discursos e textos favoráveis a uma economia mais dinâmica e um regime político moderno e inspirado pela onda republicana liberal.

Após o fim da desgastante e polêmica Guerra do Paraguai (1864–1870), foi possível observar as primeiras medidas que indicaram o fim do regime monárquico. O anseio por mudanças parecia vir em passos tímidos ainda controlados por uma elite desconfiada com transformações que pudessem ameaçar os seus antigos privilégios. A estranha mistura entre o moderno e o conservador ditou o início de uma república nascida de uma quartelada desprovida de qualquer apoio popular.

## **Compreensão**

1. Qual o motivo que levou D. Pedro I deixar o Império do Brasil?

---

2. Como era a forma de governo no Brasil Colônia?

---

3. O que foi o Período Regencial?

---

4. Quais foram as revoltas no Período Regencial?

---

5. Como ficou caracterizado o Segundo Reinado?

---

---

## **Fim da Escravidão no Brasil**

Desde o início do século XIX, a questão da escravatura é uma fonte constante de atrito entre o Brasil e a Inglaterra. No interior do país, a abolição da escravatura é defendida por grupos de liberais, mas não chega a ter repercussão na elite agrária, dependente do trabalho escravo. O fim efetivo do tráfico negreiro é o primeiro grande passo para a transformação real da estrutura das relações de trabalho no Brasil, mantidas praticamente intactas desde a colonização.

### **Fim do Tráfico**

Já em 1810, ao assinar o Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra, Dom João VI compromete-se com o fim do comércio de escravos. As negociações arrastam-se por 15 anos, devido à ferrenha oposição dos grandes proprietários de terras. Em 1825 os ingleses exigem que o Brasil marque uma data para a extinção do tráfico.

Um decreto imperial de 1827 garante a interrupção do comércio negreiro no prazo de quatro anos. Em 7 de novembro de 1831 é votada a lei que determina o fim do tráfico. Nunca posta em prática, o episódio dá origem à expressão “para inglês ver”.

### **Lei Eusébio de Queiroz**

Em 8 de agosto de 1845 o Parlamento inglês promulga a Lei Bill Aberdeen, que proíbe o tráfico em todo o mundo e arroga ao Reino Unido o dever e o direito de aprisionar qualquer navio suspeito de carregar escravos.

No Brasil, o fim do tráfico negreiro é definido pela Lei Eusébio de Queiroz, aprovada em 4 de setembro de 1850 e complementada pela Lei Nabuco de Araújo, de 1854. Os últimos 209 escravos trazidos para o Brasil desembarcam em Sirinhaém (PE), em 1855.

### **Consequências do fim do Tráfico**

Em 1856 já não há entradas de escravos no Brasil. Logo aparecem as primeiras reclamações sobre a falta de “braços” para a lavoura e a carestia das “peças” negras.

Alguns fazendeiros chegam a tentar a reprodução “racionalizada” da população escrava, num sistema semelhante ao utilizado nas plantations norte-americanas. Mas a experiência não vinga por exigir grandes gastos com a manutenção dos “reprodutores”.

O fim do tráfico negreiro estimula a imigração de europeus, inclusive de operários qualificados, e libera grandes quantidades de capitais, até então empregados no comércio de escravos – cerca de 1,9 milhão de libras esterlinas por ano. Esses dois fatores são determinantes para a diversificação econômica do país.

### **Campanha Abolicionista**

O Partido Liberal compromete-se publicamente com a causa abolicionista. A campanha cresce após a Guerra do Paraguai com a adesão dos militares. No início da década de 80 é criada a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Associação Central Abolicionista, no Rio de Janeiro, agremiações políticas que reúnem figuras proeminentes do Império, como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Luís Gama e André Rebouças.

Em 1887, nas fazendas, começam as fugas em massa de escravos. São apoiadas pelos abolicionistas e o Exército recusa-se a perseguir os fugitivos.

### ✓ **Lei do Ventre Livre**

Em 28 de setembro de 1871 o governo conservador do visconde do Rio Branco promulga a Lei do Ventre Livre. De poucos efeitos práticos, a lei dá liberdade aos filhos de escravos, mas deixa-os sob tutela dos senhores até 21 anos de idade.

### ✓ **Abolição no Ceará**

A campanha abolicionista no Ceará ganha a adesão da população pobre. Os jangadeiros encabeçam as mobilizações, negando-se a transportar escravos aos navios que se dirigem ao sudeste do país. Apoiados pela Sociedade Cearense Libertadora, os “homens do mar” mantêm sua decisão, apesar das fortes pressões governamentais e da ação repressiva da polícia.

O movimento é bem-sucedido: a vila de Acarape (CE), atual Redenção, é a primeira a libertar seus escravos, em janeiro de 1883. A escravidão é extinta em todo o território cearense em 25 de março de 1884.

### ✓ **Lei dos Sexagenários**

Em 28 de setembro de 1885 o governo imperial promulga a Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários, que liberta os escravos com mais de 65 anos. A decisão é considerada de pouco efeito, pois a expectativa de vida do escravo não ultrapassa os 40 anos.

## **Fim da Escravidão no Brasil**

### ✓ **Lei Áurea**

Em 13 de maio de 1888, o gabinete conservador de João Alfredo apresenta, e a Princesa Isabel assina a Lei Áurea, extinguindo a escravidão no país. A decisão, porém, não agrada aos latifundiários, que exigem indenização pela perda dos “bens”. Como isso não acontece, passam a apoiar a causa republicana. Os escravos, por seu lado, ficam abandonados à própria sorte. Marginalizados pela sociedade, vão compor a camada mais miserável das classes populares.

## **Compreensão**

Leia o texto e responda as questões.

### **Abolição da Escravatura**

A decisão de abolir a escravatura não se deu da noite para o dia, levou muitos anos e passou por muitas revoltas. Alguns movimentos como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana que tinham como proposta substituir a mão de obra escrava pelo trabalho livre.

Mas a estrutura agrária brasileira era contra, e ao invés disso eles queriam intensificar o tráfico de escravos, pois isso garantia mão de obra barata.

Em 1831 foi promulgada a lei que declarava livres os negros que entrassem no Brasil a partir daquela data, mas esta lei nunca foi obedecida. Em 1850 o tráfico foi proibido, mas isso também foi inútil.

Em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que declarava livre os filhos dos escravos nascidos a partir daquela data. Esta lei dizia que as crianças tinham que ficar com as mães que eram escravas.

Em 1885 surgiu a Lei dos Sexagenários, que declarava livres os escravos com mais de 60 anos.

Em 13 de maio de 1888 a Princesa Imperial Regente D. Isabel, assinou a Lei Áurea, que abolia a escravidão no Brasil. Isso aconteceu aproximadamente às 15 horas, no Paço da Liberdade. Para assinar a Lei a Princesa utilizou uma caneta de ouro e pedras preciosas, oferecida pelos abolicionistas.

### **Compreensão**

1. Em que data foi assinada Abolição da Escravatura?

---

2. Que nome levou esta lei?

---

3. Quem assinou esta lei?

---

4. Cite alguns movimentos abolicionistas que precederam a Abolição da Escravatura.

---

5. Que lei foi promulgada em 1831? Ela foi obedecida?

---

6. Que lei foi assinada em 1850?

---

7. Quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre?

---

8. Explique o que era a Lei do Ventre Livre.

---

9. O que era a Lei dos Sexagenários? E quando ela foi assinada?

---

10. Produza um texto dissertativo sobre a Escravidão. O texto deve ter no mínimo 10 linhas.

---

---

---

---

---

---



## Imigração no Brasil

A vinda de imigrantes para o Brasil, ressalvada a presença dos portugueses – colonizadores do País – delinea-se a partir da abertura dos portos às “nações amigas” (1808) e da independência do País (1822).

À margem dos deslocamentos populacionais voluntários, cabe lembrar que milhões de negros foram obrigados a cruzar o oceano Atlântico, ao longo dos séculos XVI a XIX, com destino ao Brasil, constituindo a mão-de-obra escrava. Os monarcas brasileiros trataram de atrair imigrantes para a região sul do País, oferecendo-lhes lotes de terra para que se estabelecessem como pequenos proprietários agrícolas. Vieram primeiro os alemães e, a partir de 1870, os italianos, duas etnias que se tornaram majoritárias nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entretanto, a grande leva imigratória começou em meados de 1880, com características bem diversas das acima apontadas.

A principal região de atração passou a ser o estado de São Paulo e os objetivos básicos da política imigratória mudaram. Já não se cogitava de atrair famílias que se convertessem em pequenos proprietários, mas de obter braços para a lavoura do café, em plena expansão em São Paulo.

A opção pela imigração em massa foi a forma de se substituir o trabalhador negro escravo, diante da crise do sistema escravista e da abolição da escravatura (1888). Ao mesmo tempo, essa opção se inseria no quadro de um enorme deslocamento transoceânico de populações que ocorreu em toda a Europa, a partir de meados do século XIX, perdurando até o início da Primeira Guerra Mundial.

A vaga imigratória foi impulsionada, de um lado, pelas transformações socioeconômicas que estavam ocorrendo em alguns países da Europa e, de outro, pela maior facilidade dos transportes, advinda da generalização da navegação a vapor e do barateamento das passagens. A partir das primeiras levas, a imigração em cadeia, ou seja, a atração exercida por pessoas estabelecidas nas novas terras, chamando familiares ou amigos, desempenhou papel relevante. Nas Américas, pela ordem, os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil foram os principais países receptores de imigrantes.

No caso brasileiro, os dados indicam que em torno de 4,5 milhões de pessoas imigraram para o país entre 1882 e 1934. Destes, 2,3 milhões entraram no estado de São Paulo como passageiros de terceira classe, pelo porto de Santos, não estando, pois, aí incluídas entradas sob outra condição.

É necessário ressaltar, porém, que, em certas épocas, foi grande o número de retornados. Em São Paulo, por exemplo, no período de crise cafeeira, (1903-1904), a migração líquida chegou a ser negativa.

Um dos traços distintivos da imigração para São Paulo, até 1927, foi o fato de ter sido em muitos casos subsidiada, sobretudo nos primeiros tempos, ao contrário do que sucedeu nos Estados Unidos e, até certo ponto, na Argentina. O subsídio consistiu no fornecimento de passagem marítimo para o grupo familiar e transporte para as fazendas e foi uma forma de atrair imigrantes pobres para um país cujo clima e condições sanitárias não eram atraentes.

A partir dos anos 30, a imigração em massa cedeu terreno. A política nacionalista de alguns países europeus – caso típico da Itália após a ascensão de Mussolini – tendeu a colocar obstáculos à imigração para a América Latina.

No Brasil, a demanda de força de trabalho, necessária para o desenvolvimento industrial, passou a ser suprida, cada vez mais, pelas migrações internas. Habitantes do Nordeste do País e do estado de Minas Gerais abandonaram suas regiões em busca do “Eldorado paulista”.

Na década de 30, somente os japoneses, ligados à pequena propriedade agrícola, continuaram a vir em grande número para São Paulo. Em anos mais recentes, a imigração para o Brasil, qualitativamente, diversificou-se bastante. Novas etnias se juntaram às mais antigas, como é o caso da imigração de países vizinhos – Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia etc. – tanto por razões profissionais como políticas. Coreanos passaram a compor a paisagem da cidade de São Paulo, multiplicando restaurantes e confecções.

Após os primeiros anos de dificuldades extremas, que não foram muito diversas das que atravessaram em outros países, os imigrantes acabaram por se integrar à sociedade brasileira.

Em sua grande maioria, ascenderam socialmente, mudando a paisagem socioeconômica e cultural do Centro-sul do Brasil. No Sul, vincularam-se à produção do trigo, do vinho, e às atividades industriais; em São Paulo, impulsionaram o desenvolvimento industrial e o comércio.

Nessas regiões, transformaram também a paisagem cultural, valorizando a ética do trabalho, introduzindo novos padrões alimentares e modificações na língua portuguesa, que ganhou palavras novas e um sotaque particular.

Os imigrantes europeus, do Oriente Médio e asiático (portugueses, italianos, espanhóis, alemães, judeus, sírios e libaneses, japoneses) influenciaram a formação étnica do povo brasileiro, sobretudo na região Centro-sul e Sul do País.

Tendo em conta as contribuições de índios e negros, disso resultou uma população etnicamente diversificada, cujos valores e percepções variam de um segmento a outro, no âmbito de uma nacionalidade comum.

### ✓ Espanhóis

Os espanhóis começaram a imigrar para o Brasil em razão dos problemas no país de origem e das possibilidades de trabalho que, bem ou mal, lhes eram oferecido. Muitos agricultores, proprietários de minifúndios, partiram da Galícia; outros vieram da Andaluzia, onde eram, principalmente, trabalhadores agrícolas.

Nos primeiros tempos, ou seja, a partir da década de 80 do século XIX, os espanhóis foram encaminhados, sobretudo, para trabalhar nas fazendas de café no estado de São Paulo. Com relação aos demais grupos europeus, caracterizaram-se por serem os que, em maior grau, chegaram como grupo familiar e os que trouxeram crianças em maior proporção.

Eles constituíram a terceira maior etnia que imigrou para o Brasil, após os portugueses e italianos, entre 1880 e 1972, representando cerca de 10% do total de imigrantes nesse período.

Dentre os grandes grupos de imigrantes, os espanhóis foram os que mais se concentraram no estado de São Paulo.

O censo de 1920, por exemplo, revelou que 78% dos espanhóis residiam neste estado. Embora a grande maioria dos espanhóis tenha se fixado, a princípio, no campo, onde ganharam posições como pequenos e médios proprietários, a presença urbana da etnia não é desprezível.

Em seus primeiros tempos, os espanhóis vincularam-se ao comércio de metais usados – o chamado “ferro velho” – e ao setor de restaurantes, diversificando, posteriormente, suas atividades.

### ✓ Italianos

Os italianos começaram a imigrar em número significativo para o Brasil a partir da década de 70 do século XIX. Foram impulsionados pelas transformações socioeconômicas em curso no Norte da península italiana, que afetaram sobre tudo a propriedade da terra. Até a virada do século, italianos dessa região predominaram na corrente imigratória.

A partir daí, os italianos do Centro-sul ou do Sul se tornaram dominantes. Um aspecto peculiar à imigração em massa italiana é que ela começou a ocorrer pouco após a unificação da Itália (1871), razão pela qual uma identidade nacional desses imigrantes se forjou, em grande medida, no Brasil.

As grandes áreas de atração de imigrantes italianos para o Brasil foram os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Considerando o período 1884-1972, verificamos que quase 70% dos italianos ingressaram no País pelo estado de São Paulo.

As condições de estabelecimento dos italianos foram bastante diversas. A imigração sulina praticamente não foi subsidiada e os recém-chegados instalaram-se como proprietários rurais ou urbanos.

Em São Paulo, foram a princípio atraídos para trabalhar nas fazendas de café, através do esquema da imigração subsidiada. Nas cidades paulistas, trabalharam em uma série de atividades, em especial como operários da construção e da indústria têxtil.

Os imigrantes italianos influenciaram fortemente os hábitos alimentares nas regiões em que se fixaram e deram uma importante contribuição à industrialização gaúcha e paulista.

A maioria dos primeiros grandes industriais de São Paulo – o Matarazzo, os Crespi – constituíram o grupo dos chamados “condes italianos”, cuja proeminência só foi ultrapassada com o correr dos anos.

## ✓ Japoneses

A primeira leva de japoneses chegou ao Brasil em 1908, através de um esquema de imigração subsidiada. Houve oposição inicial à imigração dessa etnia, que acabou sendo aceita como uma alternativa as dificuldades impostas pelo governo italiano à imigração subsidiada de italianos para o Brasil.

Os japoneses concentraram-se no estado de São Paulo, correspondendo a 92,5% o número de japoneses que entrou nesse estado, entre 1909 e 1972. O fluxo imigratório de japoneses ganhou relevo no período posterior a 1930, quando a imigração de italianos e de espanhóis se reduziu consideravelmente. Entre 1932 e 1935, cerca de 30% dos imigrantes que ingressaram no Brasil eram de nacionalidade japonesa.

Os japoneses foram destinados inicialmente as fazendas de café, mas gradativamente tornaram-se pequenos e médios proprietários rurais. Dentre todos os grupos imigrantes foram os que se concentraram por período mais longo nas atividades rurais, em que se destacaram pela diversificação da produção dos hortifrutigranjeiros.

Em anos recentes, houve forte migração de descendentes de japoneses para os centros urbanos, onde passaram a ocupar posições importantes nas várias atividades componentes da área de serviços.

### Compreensão

Leia as sentenças abaixo e assinale com “X” a alternativa correta para cada questão.

1. Um dos fatores que favoreceu o fim do Império Brasileiro foi:

- ( ) Chegada de D. Pedro II à Portugal.
- ( ) A chegada de imigrantes que defendiam os direitos dos trabalhadores.
- ( ) A destruição das tropas de Napoleão.

2. Qual dos fatores abaixo justifica o aumento de imigrantes no Brasil no período imperial?

- ( ) A natureza exuberante da época atraía os turistas estrangeiros que adoravam praia.
- ( ) Para substituir os índios nas roças.
- ( ) O fim do tráfico de escravos fez com que pessoas de outros países viessem para cá, com o objetivo de trabalhar nas fazendas de café.

3. Como os jornais apresentavam a figura do imperador no período Imperial?

- ( ) Somente publicavam imagens dele jovem.
- ( ) Publicavam imagens dele brincando com crianças de rua.
- ( ) Publicavam imagens do imperador cansado e velho.

4. Após a Proclamação da República em 15 de Novembro de 1889 podemos afirmar que:

- ( ) A situação econômica do povo brasileiro melhorou muito, principalmente das pessoas mais pobres que ficaram ricas, algumas até ficaram milionárias.

( ) Logo após a Proclamação da República Dilma foi eleita a primeira presidente do Brasil.

( ) A situação da população pouco mudou, pois o povo continuou sob o domínio de governantes que atendiam somente aos interesses das pessoas mais ricas do país.

5. O que aconteceu com a família imperial após a Proclamação da República?

( ) A Família Imperial foi obrigada a trabalhar nas fazenda de café no lugar dos escravos.

( ) A Família Imperial foi obrigada a doar suas terras para os índios.

( ) A Família Imperial deixou o Brasil e voltou para a Europa.

## Capítulo 4

### O Fim da Monarquia e a República no Brasil



A Monarquia é um sistema de governo que tem uma pessoa como chefe de estado permanente, até que ele ou ela morre ou abandona a sua posição.

Normalmente, a posição de Monarca é hereditária, tal como é o caso com monarcas famosos como a do Reino Unido.

O termo é usado frequentemente para se referir a um sistema de governo em que o monarca – como um rei ou rainha – tem autoridade absoluta, mas muitas monarquias são monarquias limitadas ou constitucional na qual o monarca restringiu o poder e pode até mesmo ser mais uma figura em vez de uma régua.

#### ✓ Monarquia Absoluta

Em uma Monarquia Absoluta, o monarca tem total autoridade sobre o governo e de seus povos. Um gabinete de conselheiros pode ser montado para ajudar o monarca, mas os membros do gabinete não fazer as grandes decisões. Este tipo de monarquia tornou-se cada vez mais raros, porque muitos países têm receio de dar a uma pessoa o poder desmarcado.

Os níveis de felicidade dos cidadãos sob Monarquias Absolutas podem variar muito, e esses governos geralmente são fiscalizadas por outras nações.

#### ✓ Monarquia Limitada

O poder do Monarca em uma monarquia constitucional ou limitado é restrito pela constituição do país ou outras leis, e mais poder político pode realmente ser exercido por uma câmara de representantes eleitos e um primeiro-ministro. O monarca costuma participar na execução da nação, mas ele ou ela pode ter poderes em sua maioria cerimoniais ou pode ser capaz de agir só com a aprovação do primeiro-ministro e outros membros do governo.

Em uma Democracia Constitucional, o monarca é muitas vezes capaz de vetar a legislação que ele ou ela se sente é contrária aos melhores interesses do país. O monarca também pode ser capaz de dissolver a Câmara de representantes sob determinadas circunstâncias.

#### Pode promover a unidade

Um aspecto de uma Monarquia que é considerado ser uma vantagem é que ele pode reduzir ou eliminar a luta para poder final dentro do governo. Quando o chefe de Estado deve ser eleito, os membros de diferentes partidos políticos ou facções vão concorrer ao cargo. Isso muitas vezes cria divisão e conflito dentro do governo.

Se o chefe de Estado serve para a vida e seu sucessor já é conhecido, ele pode aumentar a unidade dentro do governo.

## Tradição Cultural

Em muitos lugares, mesmo após a operação real do governo mudou para um sistema diferente, uma monarquia será mantida, porque é um aspecto importante da história cultural e política da nação. Os monarcas, nestes casos, são representantes de gerações de governantes que vivem. Eles muitas vezes são tratados como figuras de reverência.

## Proclamação da República

A data da Proclamação da República – 15 de novembro se tornou feriado nacional a partir da aprovação da lei nº. 662, de 6 de abril de 1949, proposta pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra. A República no Brasil começou a dar seus primeiros passos em 1870, com a publicação do “Manifesto Republicano” no jornal A República.

Com 58 assinaturas de jornalistas, advogados, médicos, negociantes e fazendeiros o documento anunciava: “Somos da América e queremos ser americanos”. Ser americano, naquele momento, significava ser republicano. Afinal, o Brasil era o único país do continente que ainda adotava a monarquia como regime de governo.

O Manifesto defendia o Federalismo (autonomia para as Províncias administrarem seus próprios negócios) e criticava o poder pessoal do imperador. A partir dessas ideias surgiram os jornais, os clubes e os partidos republicanos.

Em 1873, foi fundado o Partido Republicano Paulista (PRP), na cidade de Itu, que difundiu a ideia de que a República era sinônimo de progresso. Na verdade, os cafeicultores paulistas que compunham o partido não aceitavam a falta de participação na vida política do país. O PRP passou a contar também com o apoio de parte da classe média, dos operários, do Exército e da Igreja Católica.

Em 1873, reuniu-se em Itu, na província de São Paulo, a primeira Convenção republicana. Os republicanos de São Paulo começavam os trabalhos que orientariam a ação do Partido Republicano.

Marechal Deodoro proclamou a República no Quartel-General do Exército, Os republicanos brasileiros dividiam-se em duas tendências:



### Tendência Evolucionista

Representada por Quintino Bocaiúva, acreditava que a transição da Monarquia para a República deveria ser feita pacificamente.

### Tendência Revolucionária

Representada por Silva Jardim e Lopes Trovão. Pretendia instalar a República através da ação armada do povo. Essa tendência era minoritária no Parlamento Republicano.

### Questões que levaram a queda da Monarquia

Em 1888, a escravidão foi definitivamente abolida. Os grandes proprietários rurais do Vale do Paraíba (SP), defensores da escravidão, passaram a apoiar o movimento republicano, pois se sentiam traídos pela monarquia. Durante o Império, o Catolicismo

era a religião oficial no Brasil e a Igreja era subordinada ao Estado. O império começou a perder a simpatia da Igreja Católica a partir de 1872. Nesse ano, os bispos de Olinda e de Belém puniram ordens religiosas que apoiavam os maçons. D. Pedro II solicitou que as punições fossem suspensas, mas os bispos não obedeceram, sendo, por isso condenado à prisão.

Depois da guerra do Paraguai, o Exército ganhou importância na sociedade. Mas, não tinham reconhecimento do governo monárquico. O poder dos civis era muito maior que o dos militares. Os militares queriam maior participação na vida política do país, os oficiais do Exército começaram a aderir as ideias republicanas. O coronel Benjamin Constant foi um dos que ajudaram a difundir as ideias republicanas.

Em 1844, grandes chefes do Exército (entre eles o marechal Deodoro da Fonseca) revoltaram-se contra a punição de oficiais que fizeram denúncias de corrupção acobertada por políticos. Para resolver sua situação de isolamento, o governo imperial tentou um programa de reformas políticas (liberdade religiosa, liberdade de ensino, autonomia das províncias, mandato temporário para os senadores). Mas as reformas chegaram tarde.

No dia 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro, o marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), liderou um golpe que depôs a Monarquia. Deodoro à frente de um batalhão marchou para o Ministério da Guerra, depondo o Gabinete de Ouro Preto. Não houve resistência. Os revoltosos conseguiram a adesão das tropas governistas.

Deodoro que estava doente dirigiu-se então para a sua residência e os militares voltaram aos quartéis. Nesse momento, alguns republicanos, entre os quais José do Patrocínio, preocupados com a indefinição do movimento, dirigiu-se à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, proclamando a República. O povo não participou de nenhuma ação política, quando viram a tropa na rua, pensaram que se tratasse de um desfile militar. Deodoro criou o governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. D. Pedro II foi convidado a deixar o país com sua família.

## Compreensão

1. Explique o que é Monarquia?

---

2. O que levou a população exigir o fim da Monarquia?

---

3. O que é República?

---

4. Quem proclamou a República? E qual foi o dia, mês e ano?

---

5. O que aconteceu com D. Pedro II e sua família após o fim da Monarquia?

---

## **Primeiros Anos do Brasil República**

Os primeiros anos republicanos foram governados por 2 militares

- ✓ Marechal Deodoro da Fonseca
- ✓ Marechal Floriano Peixoto

### **Marechal Deodoro da Fonseca (15/11/1889 a 23/11/1891)**

Em seu governo foi promulgada a primeira Constituição republicana e a segunda Constituição brasileira. Deodoro enfrentou vários problemas em seu governo. O ministro da Fazenda, Rui Barbosa, queria industrializar o Brasil, ou seja, transformar o país em uma nação industrializada, então autorizou os bancos a emprestar dinheiro. Com esta facilidade, muitos criaram empresas fantasmas e outros investiram na Bolsa.

Como consequência, o dinheiro desvalorizou-se causando a ruína de muitos empresários. Com todos estes problemas, os fazendeiros passaram a ser os principais opositores ao governo de Deodoro. Rui Barbosa foi demitido e o presidente tenta um golpe de Estado decretando o fechamento do Congresso. As Forças Armadas foram contra esta atitude. Deodoro sente-se pressionado e acaba renunciando.

### **Outros Acontecimentos Do Governo De Deodoro**

- ✓ Destruição de todos os documentos ligados ao período da escravatura.
- ✓ Criação da Igreja Episcopal do Brasil.

### **Constituição de 1891**

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, ou Constituição de 1891, foi a primeira Constituição Republicana do país, promulgada em dois anos de negociações após a queda do Imperador D. Pedro II.

Inspirada no exemplo norte-americano e moldada pela filosofia francesa do positivismo foi esta a constituição que estabeleceu as principais características do Estado brasileiro contemporâneo, como o modelo presidencialista e federativo, o voto direto (ainda que masculino e não secreto) para representantes do executivo e legislativo, a separação entre Estado e religião (laicidade) e a independência entre os três Poderes, bem como o fim de instituições monárquicas como o Poder Moderador e o Conselho de Estado. Relativamente estável esta Constituição durou até a Revolução (ou Golpe) de 1930, sofrendo apenas uma grande alteração neste período (as Emendas Constitucionais de 1926).

### **Contexto Histórico**

A Constituição de 1891 surgia com o fim do Império Brasileiro (1899) e, mais importante, com o fim da escravidão, tendo que lidar com os conflitos de interesses de uma sociedade essencialmente agrária, pobre, politicamente centralizadora e socialmente fragmentada.

Visando à construção de uma nação plural e livre, seu texto se inspira na Constituição dos Estados Unidos; refletindo a tendência intelectual da época, que acreditava que um Estado seria mais bem governado sob preceitos racionais, a elaboração da Carta baseou-se também nas ideias do filósofo positivista Auguste Comte, que acreditava que

a sociedade operava - e, portanto, podia ser administrada - por leis fixas e objetivas, tal como a natureza opera segundo leis físicas como a da gravidade.

## **Divisão de poderes e o Presidencialismo Federalista**

Decidida a expurgar a influência despótica da política nacional, a Carta de 1891 instituiu a independência dos três poderes e eliminou o Poder Moderador, através do qual o Imperador influenciava os demais.

Com a adoção do Presidencialismo, ela ampliava o direito de voto para o cargo máximo do Executivo, sendo Prudente de Moraes o primeiro presidente eleito do país. Com o federalismo, legava-se maior autonomia e independência aos Estados, que podiam criar suas próprias leis, embora sempre em consonância com a Constituição.

Ainda assim, como seria costumeiro em todas as constituições seguintes, houve uma eventual concentração de prerrogativas no Poder Executivo federal, principalmente após as emendas de 1926, que ampliaram o escopo da União para suplantar os interesses dos líderes e populações estaduais, como visto nas diversas revoltas da República Velha (Guerra de Canudos, Guerra do Contestado, etc.).

## **Voto e Eleições**

A Constituição estabeleceu o sufrágio direto para Presidentes e Vice-Presidentes (mandatos de quatro anos sem reeleição), senadores e deputados, acabando com a censitariedade (ou seja, restrição por condições financeiras) da Constituição de 1824. Mesmo assim, podiam votar apenas homens alfabetizados com mais de 21 anos, estando excluídos também mendigos e membros de ordens monásticas, o que restringia o número de eleitores a uma ínfima parcela da população.

A Constituição acabou com a vitaliciedade de senadores, reduzindo seu mandato a nove anos, e, em tese, também não restringia a elegibilidade aos cargos por condições econômicas. Na prática, como o voto era descoberto (não secreto), manipulações e intimidações de eleitores pelos candidatos da elite era norma, resultando no fenômeno do coronelismo.

## **República Oligárquica**

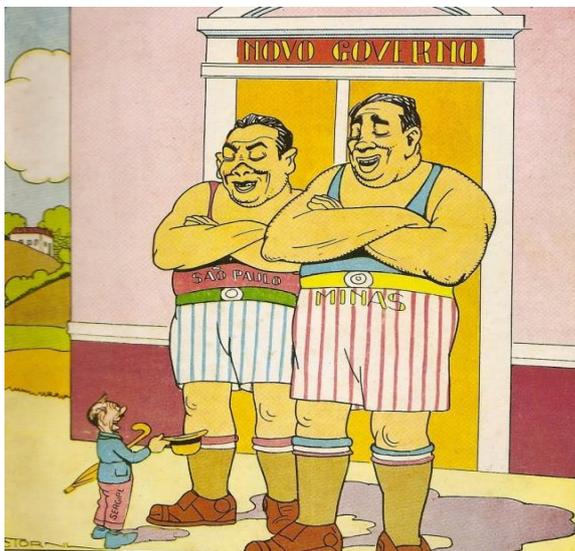
Damos o nome de República Oligárquica (1894 -1930) a um dos períodos da República Velha. O mesmo se inicia após a saída de Floriano Peixoto do poder, que acabou sendo substituído por Prudente de Moraes, um grande cafeicultor paulista.

### **✓ Campos Sales**

A morte de Floriano Peixoto e os desgastes gerados pelos diversos conflitos surgidos na época fizeram com que os militares tenham se afastado do poder, abrindo caminho para a ascensão das elites agrárias.

A eleição de Prudente de Moraes marca o início de uma nova dinâmica política no Brasil, dominada pelas oligarquias. Foi nesse período que surgiu a Política Café-com-Leite. Café e leite eram os principais produtos de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Tal política se baseou no revezamento entre políticos destes dois Estados na presidência do país.

Isso era possível pelo fato de estes estados serem os mais ricos do Brasil, sem contar que Minas Gerais detinha o maior colégio eleitoral na época.



A base da Política Café-com-Leite tinha nome: coronelismo. Na época, os coronéis, grandes latifundiários, tinham o direito de formar milícias em suas propriedades e combater qualquer levante popular.

Assim, trabalhadores e camponeses se viam subordinados ao poder militar e, sobretudo, político dos coronéis. Contrariar o candidato preferido do coronel na eleição, por exemplo, era uma atitude que poderia resultar no assassinato do indivíduo, uma vez que o voto era aberto. Essa dinâmica eleitoral ficou conhecida como “voto de cabresto”.

Desta forma, os coronéis, grandes fazendeiros, optavam por candidatos da Política Café-com-Leite, e estes, além de focar suas decisões no sentido de proteger os negócios destes latifundiários, lhe concediam regalias, cargos públicos e financiamentos.

Entre os motivos do fim da República Oligárquica, podemos citar o fortalecimento dos centros urbanos; a queda do preço do café brasileiro, gerada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929; e a insatisfação de empresários ligados à indústria, que viam o governo não dar a devida atenção para a atividade industrial. A República Oligárquica se findou com a Revolução de 1930, marcando o início da Era Vargas.

### Compreensão

1. Comente sobre a relação entre o fim da escravidão e a queda da Monarquia no Brasil.

---

---

---

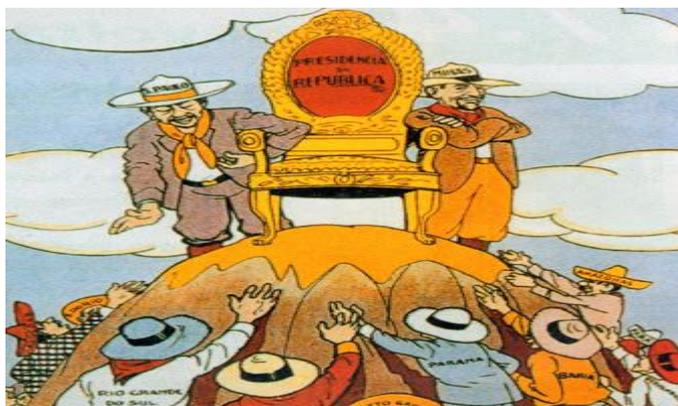
2. Quais as principais características da Constituição de 1891?

---

---

---

3. Observe a charge a seguir e responda às questões.



a) A qual período da História Política do Brasil ela faz referência? O que caracterizou esse período?

---

---

---

b) Faça uma pequena descrição da charge.

---

---

---

c) De que maneira os coronéis exerciam o controle sobre a população?

---

---

---

d) Como os coronéis podiam favorecer os governantes?

---

---

---

### **Revolta da Vacina**

Com o advento da República, em 1889, o Brasil passou a ter não apenas uma nova forma de organização política, como também uma nova concepção de Estado e sociedade. Aos poucos, a presença do Estado na vida social foi ficando cada vez mais intensa; processo esse que teve seu ápice com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Contudo, essa inserção do domínio estatal gerou bastante resistência, que pode ser claramente vista nas denominadas Revoltas da República Velha. Uma delas foi a Revolta da Vacina, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904. Para compreendermos efetivamente essa revolta, é necessário que saibamos alguns detalhes do contexto em que ela ocorreu.

O Rio de Janeiro, como sabemos, era capital do Brasil naquela época. Como a população da cidade havia crescido muito, sua organização urbana acabou por ficar precarizada. As regiões centrais da cidade estavam abarrotadas de cortiços com péssimas condições de habitação. A proliferação de doenças infectocontagiosas era frequente. O então prefeito da cidade, que também era engenheiro, Pereira Passos, com o apoio do presidente da República, Rodrigues Alves, promoveu, no ano de 1903, uma radical reforma urbana no Rio de Janeiro.

A Reforma de Pereira Passos teve uma orientação sanitária, isto é, guiava-se pelas medidas de controle de proliferação de doenças transmitidas por agentes como mosquitos, pulgas, carrapatos, ratos etc.

O sanitárioíssimo pautava-se nas teses do médico francês Louis Pasteur, fundador da higienização. A principal autoridade nesse campo de estudos no Brasil era o também médico Oswaldo Cruz, que era quem aprovava as medidas reformistas implementadas

por Pereira Passos. A remoção dos cortiços, por exemplo, tinha, além de um objetivo arquitetônico-urbanístico, um viés de viabilidade sanitária.

Apesar de tais medidas, nem todas as doenças infectocontagiosas foram eliminadas pela reforma urbana. Uma das mais mortíferas ainda persistia, a varíola. A única forma de erradicar os casos de varíola era a vacinação.

O problema é que o método da vacinação ainda não era um consenso nessa época. Nem todos os médicos eram partidários do higienismo de Pasteur como Oswaldo Cruz e muitos acusavam a vacinação de produzir o óbito de muitos dos vacinados.

Essas divergências de opinião ocuparam as páginas dos jornais da época e, por consequência, atingiram as camadas populares da cidade. A rejeição à ideia da vacinação por livre iniciativa acabou por gerar a campanha pela vacinação obrigatória, levada a cabo em 1904.

Essa campanha culminou em uma intensa revolta da população contra o Estado na cidade do Rio de Janeiro. Além de uma grande massa de pessoas não concordar com o método da vacinação, também não concordava com o poder que o Estado queria exercer sobre as pessoas, poder esse que havia chegado ao nível da “administração do corpo”, da “gestão da saúde” dos indivíduos. Mas apesar dos levantes populares de 1904, a campanha prosseguiu nos anos seguintes e obteve sucesso. Com o tempo, o discurso da medicina sanitaria prevaleceria em praticamente todo o globo.

## Compreensão

1. Observe a charge e responda as questões.



a) Na charge, o personagem central é o médico sanitaria Oswaldo Cruz. Como ele foi representado?

---

---

---

b) Que pessoas representam a população do Rio de Janeiro? Como essas pessoas foram representadas?

---

---

---

c) Por que as pessoas reagiram dessa forma à vacinação obrigatória?

---

---

## Governo Getúlio Vargas

Depois de liderar uma revolução 1938 que derrubou o partido do governo brasileiro, Getúlio Vargas assumiu poderes ditatoriais e trabalhou para centralizar o governo até que ele próprio foi derrubado em 1945. Restante uma figura controversa e divisava, ele foi mais tarde eleito presidente em 1951, mas cometeu suicídio em 1954, após um apelo generalizado para a sua retirada.

Getúlio Dornelles Vargas serviu como presidente do Brasil, primeiro como ditador, de 1930 a 1945, e em um prazo democraticamente eleito a partir de 1951 até seu suicídio em 1954. Getúlio Vargas levou o Brasil por 18 anos, o máximo para qualquer presidente, e segundo na história do Brasil apenas para o Imperador Pedro II entre os chefes de governo.

Ele favorecia o nacionalismo, industrialização, centralização, bem-estar social e populismo – para o último. Getúlio Vargas ganhou o apelido de “O Pai dos Pobres” (Português para “O Pai dos Pobres”). Apesar de sua promoção de direitos dos trabalhadores, Vargas era um ferrenho anticomunista.

Getúlio Vargas foi levado ao poder por pessoas de fora políticos e da classificação e arquivo das Forças Armadas na Revolução de 1930, uma reação à sua perda em fraudulentas eleições no início do ano que. Sua ascensão marcou o fim do Brasileiro oligárquico da República Velha e dos estados dominados café política com Leite. Ele conseguiu influenciado o resultado da eleição presidencial brasileira de 1934, e instituiu um autoritário corporativista regime, em 1937, conhecido como o Estado Novo (Estado Novo), prolongando a sua espera no poder.

Getúlio Vargas passou a apaziguar e eventualmente dominar os seus apoiantes, e empurrou sua agenda política como ele construiu uma propaganda máquina em torno de sua figura. Vargas procurou transformar o Brasil de uma economia de plantação baseada em uma potência industrializada, sob a orientação da intervenção governamental.

Seu abraço de desenvolvimentismo foi expressa não apenas na retórica forte, mas também pela proteção de empréstimos à indústria nacional e em um orçamento de investimento pesado que visa dar o pontapé inicial setores “estratégicos” e configurar a infraestrutura necessária. Vargas criou monopólios estatais de petróleo ( Petrobras ), mineração ( Vale ), siderurgia ( Companhia Nacional de Siderurgia ), álcalis (Companhia Álcalis Nacional) e automóveis ( Fábrica Nacional de Motores ).

Suas políticas moldaram o debate econômico brasileiro ao longo de décadas, a partir dos governos de esquerda de Juscelino Kubitschek e João Goulart para o milagre brasileiro na direita ditadura militar de 1964-1985. A tendência protecionista foi revertida na década de 1990 com as reformas liberais de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Com o aumento global da democracia no rescaldo da II Guerra Mundial, Vargas concordou em ceder o poder em eleições livres, terminando assim a Era Vargas. Sua

popularidade lhe rendeu um termo final presidencial, mas a pressão de montagem e conflitos políticos sobre seus métodos o levou ao suicídio. Ele foi o primeiro presidente do país para desenhar um amplo apoio das massas e é considerado como o político mais influente do Brasil do século XX.

Ele também era advogado e proprietário de terras e ocupou a cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras a partir de 1943 até sua morte em 1954.

### **Governo Juscelino Kubitschek (JK)**

Após ter assumido a presidência da República, JK efetivou o Plano de Metas, além disso, foi no Governo JK que Brasília foi construída para ser a nova capital do país. Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República em 1955, juntamente com o vice-presidente João Goulart. Nos primeiros anos do pleito, após a situação política ter tomado seus caminhos (tentativa de golpe da UDN (União Democrática Nacional) e dos militares), rapidamente JK colocou em ação o Plano de Metas e a construção de Brasília, transferindo a capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Sendo assim, abordaremos os principais feitos realizados por JK durante o seu governo como presidente (1955-1960).

O Plano ou Programa de Metas (31 metas) tinha como principal objetivo o desenvolvimento econômico do Brasil, ou seja, pautava-se em um conjunto de medidas que atingiria o desenvolvimento econômico de vários setores, priorizando a dinamização do processo de industrialização do Brasil.

O desenvolvimentismo econômico que o Brasil viveu durante o mandato de JK priorizou o investimento nos setores de transportes e energia, na indústria de base (bens de consumos duráveis e não duráveis), na substituição de importações, destacando a ascensão da indústria automobilística, e na Educação. Para JK e seu governo, o Brasil iria diminuir a desigualdade social gerando riquezas e desenvolvendo a industrialização e conseqüentemente fortalecendo a economia. Sendo assim, estava lançado seu Plano de Metas: “o Brasil iria desenvolver 50 anos em 5”.

Para ampliar o desenvolvimentismo econômico brasileiro, JK considerava impossível o progresso da economia sem a participação do capital estrangeiro. Para alcançar os objetivos do Plano de Metas era necessária uma intervenção maior do Estado na economia, priorizando, então, a entrada de capitais estrangeiros no país, principalmente pela indústria automobilística.

Ressalta-se que nesse período o Brasil iniciou o processo de endividamento externo. Os setores de energia e transporte foram considerados fundamentais para o desenvolvimentismo econômico, ressalta-se a importância do governo Vargas neste processo, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda-RJ no ano de 1946 e da Petrobras no ano de 1953.

Outros setores que ganharam relevância foram o agropecuário; JK procurou aumentar a produção de alimentos e o setor energético, construindo as usinas Hidrelétricas de Paulo Afonso no rio São Francisco e as barragens de Furnas e Três Marias.

## Compreensão

Marque (V) para as alternativas Verdadeiras e (F) para as Falsas

1. O período da República conhecido como "Era Vargas" divide-se em três fases: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Os principais fatos do Governo Provisório foram:

- a) ( ) Revolução Constitucionalista de 1932;
- b) ( ) A criação dos Ministérios da Educação e Saúde; Trabalho, Indústria e Comércio;
- c) ( ) Período sem revolução;
- d) ( ) A promulgação da Constituição de 1934.

2. É característica da Constituição de 1934:

- a) ( ) Diminuiu bastante a autonomia dos Estados,
- b) ( ) Facilitava Intervenção Federal;
- c) ( ) Abria o direito de voto às mulheres e aos maiores de 18 anos;
- d) ( ) Conservava os fundamentos republicanos do Federalismo e do Presidencialismo;
- e) ( ) Incluía apenas o poder executivo;
- f) ( ) Estabeleceu a Justiça Eleitoral, a Justiça do Trabalho e a Militar.

3. Aconteceu no período Constitucional da "Era Vargas" (1934-1937)

- a) ( ) Este período se caracterizou pelo desenvolvimento de duas políticas de orientação contrárias: Ação Integralista Brasileira e Aliança Nacional Libertadora (ANL).
- b) ( ) A ANL foi colocada na ilegalidade e sua ala mais radical iniciou um movimento armado em novembro de 1935: foi a Revolta Vermelha ou Intentona Comunista, reprimida pelas forças do governo.
- c) ( ) A Intentona Comunista e o apoio dos chefes militares contribuíram decisivamente para que Getúlio Vargas desse o Golpe de Estado de 1937, instaurando no Brasil um regime de caráter democrático.
- d) ( ) O movimento integralista de 1935, a descoberta do Plano Cohen (forjado pelos integralistas, que continha um plano comunista para a tomada do poder),

4. O Estado Novo (1937-1945) da "Era Vargas" foi marcado pelos seguintes fatos:

- a) ( ) Foi Outorgada a Constituição de 1937, que instituiu um federalismo centralizado;
- b) ( ) Aumentou autonomia federalista dos Estados.
- c) ( ) Centralização do poder nas mãos do Executivo;

d) ( ) Nomeação de interventores para os Estados; Proibição das greves e Extinção de todos os partidos políticos.

## **A Construção de Brasília**

Em termos estratégicos e econômicos, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi marcado pela elaboração e aplicação do Plano de Metas, que estava dividido em seis grandes objetivos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e, é claro, a construção de Brasília, o que foi chamado de meta-síntese.

Apesar da descrença generalizada de que a nova capital fosse realmente construída, Juscelino conseguiu aprovar no Congresso, em 19 de setembro de 1956, a Lei n.º 2.874, que daria seguimento ao processo de construção e criaria a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novação), responsável pela execução do projeto.

Entre os objetivos básicos para a mudança da capital, destacavam-se: obedecer à Constituição de 1891, reafirmada pela de 1946; integrar o interior do país; gerar empregos; ocupar parte da mão-de-obra nordestina; e promover o desenvolvimento do interior do país, contribuindo para desafogar a Região Centro-Sul.

A construção de Brasília expressava o desejo, por parte tanto dos arquitetos e engenheiros quanto dos políticos, de modernidade, de igualdade defendida pelo Estado; enfim, de mudança histórica, pois o Brasil, pela primeira vez, olhava para seu interior e não para o Oceano Atlântico e a Europa.

## **Ditadura Militar**

A Ditadura Militar é um tipo de governo liderado pelo exército. Para designar uma ditadura militar, muitas vezes falamos de Junta (o espanhol junta), mas é mais especificamente um tipo de ditadura militar bastante convencional na América Latina (daí a origem da palavra) que é gerenciado por um grupo de líderes de exércitos.

É uma forma de governo onde o poder político reside com o militar. É semelhante, mas não idêntico a um estratocracia, um estado governado diretamente pelos militares. A ditadura militar pode ter político ao invés de líderes militares, onde eles são nomeados e mantidos no local pelos militares.

Como qualquer ditadura, uma Ditadura Militar pode ser oficial ou não oficial, e como resultado não pode realmente qualificar como *stratocratic*. Também existem formas mistas, onde o militar exerce uma influência muito forte, sem ser totalmente dominante.

## **Tipos de Ditadura**

Desde 1945, a América Latina, África e Oriente Médio foram as áreas comuns a todas as ditaduras militares. Uma das razões para isso é o fato de que o militar tem frequentemente mais coesão e estrutura institucional do que a maioria das instituições civis da sociedade.

A Ditadura Militar típica na América Latina era governada por uma junta (derivado de uma palavra espanhola que pode ser traduzido como “conferência” ou “board”), ou um comitê composto por vários agentes, muitas vezes de liderança mais antigo dos militares, mas, em outros casos menos sênior, como evidenciado pelo regime dos coronéis prazos, onde os líderes militares permaneceram leais ao regime anterior.

Outros tipos estão inteiramente nas mãos de um único funcionário, às vezes chamado de caudilho, geralmente o comandante do exército sênior. Em ambos os casos, o presidente da junta ou o único comandante pode muitas vezes pessoalmente assumir mandato como chefe de Estado.

No Oriente Médio e África, militares governos mais vezes passou a ser liderado por uma única pessoa poderosa, e eram autocracias além de ditaduras militares.

Líderes como Saddam Hussein, Idi Amin, Sani Abacha, Muammar Gaddafi, e Gamal Abdul Nasser trabalhado para desenvolver um culto à personalidade e se tornou a face da nação dentro e fora de seus países.

### **Compreensão**

1. Quais as características do Regime Militar?

---

2. Qual era a atitude da população diante os militares?

---

3. Explique o que é tortura.

---

4. Como acabou o Regime Militar?

---

### **A Constituição de 1988**

#### **A Constituição Federal Brasileira**

Foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988 a nova Constituição Federal, com uma abordagem o tanto quanto democrática em relação as demais constituições. Essa democracia é evidenciada, pois teve a colaboração e participação do povo, por meio de abaixo-assinados, liderados pelos sindicatos de classe, entidades religiosas e demais segmentos da sociedade.

Na nova Constituição, a classe trabalhadora adquiriu vários direitos, como de licença maternidade para 120 dias, licença paternidade de 5 dias, redução da jornada de trabalho de 48 horas semanais para 44 horas , além de direito à greve, liberdade sindical, abono de férias de um terço do salário e o 13o salário para os aposentados.

Foram realizadas mudanças para a consolidação da democracia como o direito de voto aos analfabetos e facultativo aos jovens com idade entre 16 e 18 anos, as eleições que antes eram de apenas um turno com a nova constituição passa a ser de dois, para os candidatos ao cargo de presidente, governador e prefeito, no caso de prefeito ocorre segundo turno somente nas cidades que possuem mais de 200 mil eleitores, quando ocorrer de um dos candidatos alcançar 50% dos votos, e o mandato do presidente sofreu uma redução de 5 para 4 anos.